



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 78

III Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 30 de outubro de 2014

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

A sessão iniciou-se com a [interpelação ao Governo Regional sobre "Poluição e descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória"](#), apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP.

Após as intervenções de abertura do debate do Sr. Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP) e do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (*Luís Viveiros*), participaram no debate as Sras. Deputadas Judite Parreira (PSD) e Zuraida Soares (BE) e os Srs. Deputados Luís Rendeiro (PSD), Berto Messias (PS), Paulo Estêvão (PPM), André Bradford (PS) e Aníbal Pires (PCP). Usou ainda da palavra a Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

Posteriormente, teve continuidade a [**sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre “funcionamento do sistema educativo regional”**](#), apresentada pela Representação Parlamentar do PPM.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e a Sra. Deputada Renata Correia Botelho (*PS*).

Para responder usou da palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (*Avelino de Meneses*).

Em seguida, iniciou-se o debate do [**Projeto de Resolução n.º 78/X - Estudo analítico sobre jovens açorianos qualificados**](#), apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção do Sr. Deputado Ricardo Ramalho (*PS*), iniciou-se o debate que contou com a participação das Sras. Deputadas Ana Espínola (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*), Marta Couto (*PS*), dos Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Isabel Almeida Rodrigues*).

O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Também por unanimidade foi aprovada a [**Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/X – “Sétima alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 14/2014/A, de 1 de agosto, que estabelece o regime da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”**](#).

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Joaquim Machado (*PSD*), Rogério Veiros (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Félix Rodrigues (*CDS-PP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e ainda a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por unanimidade em votação final global.

Proferiram declarações de voto a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*) e os Srs. Deputados Félix Rodrigues (*CDS-PP*) e Rogério Veiros (*PS*).

O ponto seguinte, o **Projeto de Deliberação – Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República da Proposta de Lei n.º 165/XII - “Oitava alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, foi aprovado por maioria, não sem antes ter usado da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se o **recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de Resolução n.º 93/X – “Recomenda à Assembleia da República que promova as alterações necessárias ao sistema político, de forma a permitir o direto e livre sufrágio do povo português em relação à questão da natureza republicana ou monárquica do Estado Português”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Após a intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), passou-se para a votação tendo a câmara rejeitado o mesmo por maioria.

Seguiram-se as declarações de voto por parte dos Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e da Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*).

Por fim foi aprovado por unanimidade o relatório da CAPAT referente ao **pedido de autorização para o Senhor Deputado Pedro Miguel Medeiros de Moura prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo disciplinar n.º 15/2013-A/D, da Ordem dos Advogados.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 42 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo.

Vamos começar os nossos trabalhos.

Antes disso o Sr. Secretário da Mesa vai fazer o favor de fazer a chamada.

Eram 10 horas e 11 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

André Jorge Dionísio Bradford

António Gonçalves Toste Parreira

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Cecília do Rosário Farias Pavão

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Iasalde Fraga Nunes

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lizuarte Manuel Machado

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Manuel Alberto da Silva Pereira

Maria da Graça Oliveira Silva

Marta Cristina Moniz do **Couto**
Miguel António Moniz da **Costa**
Paulo Alexandre Vieira **Borges**
Pedro Miguel Medeiros de **Moura**
Renata **Correia** **Botelho**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Baptista Soares **Marinho**
António Lima Cardoso **Ventura**
António Oldemiro das Neves **Pedroso**
Cláudio Borges **Almeida**
Cláudio José Gomes **Lopes**
Duarte Nuno D'Ávila Martins de **Freitas**
Humberto Trindade Borges de **Melo**
João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**
Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**
Jorge Manuel de Almada **Macedo**
José **Joaquim** Ferreira **Machado**
José Maria de Medeiros **Andrade**
Luís Carlos Correia **Garcia**
Luís **Maurício** Mendonça Santos
Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**
Maria **Judite** Gomes **Parreira**
Paulo Henrique **Parece** Baptista
Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**
Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Ana Carina Alberto Espínola

Artur Manuel Leal de Lima

António Félix Flores Rodrigues

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida Soares

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados. Temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Esta manhã vamos debater o ponto três da nossa Agenda: **interpelação ao Governo Regional sobre "Poluição e descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória"**, interpelação esta apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS.

Os tempos são os que temos vindo a utilizar e que foram definidos pela Conferência de Líderes.

Para iniciar o debate tem a palavra o Sr. Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A poluição de solos e aquíferos na ilha Terceira por hidrocarbonetos passou, no pensamento do PS, de uma fase de veemente negação para uma fase de elevada preocupação com os seus impactos na saúde, como parecem querer demonstrar as recentes declarações de dois protagonistas desta longa história de contaminação descontaminação: Álamo de Meneses e Roberto Monteiro.

Roberto Monteiro está preocupado com os efeitos dessa poluição na Praia da Vitória e critica o Plano de Descontaminação. Álamo de Meneses está neste momento preocupado com o risco para as águas de consumo no Concelho de Angra do Heroísmo se não forem removidas na zona do Cabrito as tubagens

que aí se encontram. Essa é uma estranha, mas mesmo muita estranha e rápida evolução de pensamento desses dois autarcas socialistas.

O problema da falta de dados relativamente ao processo de descontaminação de solos e aquíferos na Praia da Vitória, de que alguns deputados se queixam, também passou de ontem para hoje, por um processo de “aclaramento”.

Deixaram de estar eclipsados dados e é pedido pela Senhora Secretária Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares, que a Senhora Presidente da Assembleia distribua um relatório do LNEC de dezembro de 2013, pelos deputados desta Câmara, sobre o processo de descontaminação de solos e aquíferos na Praia da Vitória, uma vez que tal documento ajudará certamente a perceber, ou não, a interpelação do CDS-PP sobre essa temática.

A celeridade com que o Partido Socialista nestes dois últimos dias tem tratado essa questão, deixa-me deveras perplexo.

Deputado André Bradford (PS): Perplexo, no bom sentido!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Olhe que vai calhar-lhe uma coisinha!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

No entanto esta história, com o Partido Socialista é outra e muito diferente, pois podíamos estar aqui a discutir um problema de muito menor grau de gravidade.

Em 2008, foi tornado público que os norte-americanos estacionados na Base das Lajes tinham encomendado, a uma empresa alemã, em 2005, um estudo – denominado de *Hydrogeological Report* – que identifica claramente quatro zonas contaminadas de solos e aquíferos por hidrocarbonetos no Concelho da Praia da Vitória, para além de um vasto número de locais com elevada probabilidade de estarem contaminados.

As análises apresentadas nesse relatório eram preocupantes, e a comunicação social deu nota dessa preocupação.

Acontece que:

O Governo Regional põe em causa a credibilidade do estudo encomendado pelos norte-americanos;

O Departamento de Relações Públicas da Força Aérea Portuguesa admite que “*existem identificados na Base Aérea das Lajes solos contaminados com hidrocarbonetos, mas superficialmente e pouco preocupantes*”;

As autoridades regionais tentam fazer crer, nomeadamente à população mais diretamente afetada, que existem interesses políticos e científicos que estão a ser empolados pela comunicação social. Cria-se, assim, um clima alarmista desnecessário, segundo o Partido Socialista, pelo que anunciam que vão mandar fazer um novo estudo, que encomendam ao LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil);

Desmerece-se por inteiro o relatório de um estudo encomendado pelos poluidores, que assumem a poluição e até a vontade própria de despoluir e descontaminar as áreas identificadas;

Afastaram-se todos os investigadores açorianos que possuíam dados sobre a poluição – curiosamente, a Região até chegou à afastar os investigadores que foram convidados, pelo comando norte-americano da base, para uma reunião onde se discutiu a contaminação dos aquíferos da Praia da Vitória e destinada a fornecer dados adicionais (enfim, poderá ter sido uma questão de *soft power*, mas a verdade é que os americanos fizeram aquilo que o Governo Regional não fez);

E gastou-se mais de meio milhão de euros com o novo estudo do LNEC...

Fazem-se jogos de cintura, danças de ventre,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... coisas que poderíamos classificar de falta de bom senso, se não tivessem por detrás de si uma grande dose de atrevimento. Todo o Partido Socialista parece ter ficado grudado, como que por alcatrão, à falta de bom senso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Três anos depois, em 2011, (registre-se... perderam-se 3 anos, sem aparente explicação, num processo de descontaminação que deveria ser urgente)...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e após muitas peripécias, veio à Praia da Vitória o LNEC apresentar o seu estudo que, no essencial, se poderia sintetizar em três notas:

- Pouca extensão geográfica;
- Boa opção na diversidade de análises das amostras recolhidas;
- Conclusões finais de tal maneira embrulhadas que não se entendiam.

Foi a partir destas conclusões embrulhadas que o Governo Regional, através de um protagonista assíduo desta história (triste história, diga-se de passagem), veio cantar vitória, e desta vez em unísono com o Consulado dos EUA em Ponta Delgada que, no mesmo instante, também emitia muitos comunicados.

Tal relatório provoca imensa confusão com contaminação de locais que não estão poluídos, ou se estiverem poluídos, não estão contaminados, entre outros empirismos argumentados pelo Partido Socialista, por isso, foi chamado a este Parlamento, respetivamente à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, o responsável pelo estudo do LNEC, o Doutor Lobo Ferreira, que confirmou que a grande diferença entre o estudo do LNEC e o estudo dos norte-americanos residia no facto do LNEC ter identificado poluição do aquífero basal da ilha e outras áreas contaminadas não referidas no relatório dos norte-americanos.

Por ser o LNEC uma instituição credível, apesar de ter apresentado conclusões embrulhadas, os diferentes relatórios produzidos contêm todos os dados científicos necessários para se perceber a gravidade da situação da contaminação por hidrocarbonetos na Praia da Vitória.

Mais: o responsável pelo estudo do LNEC, afirmou que era importante “*uma descontaminação imediata dos focos de poluição*”,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Imediata, Sr. Deputado Berto Messias!

O Orador: ... bem como a remoção de todos os *pipelines* e infraestruturas que já não eram utilizadas. Acrescentou ainda, claramente, que o estudo dos americanos – que o Governo Regional desmereceu – era credível e já manifestava “*uma consciência muito grande de que o problema tem que ser resolvido...*” de imediato.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): De imediato!

O Orador: Estávamos em 2011. E só depois disso é que se veio a iniciar o processo de descontaminação, três anos depois e em apenas dois locais, os mais poluídos: Porta de Armas e *South Tank Farm*.

Tudo poderia ter começado em 2008 se o Governo Regional não tivesse advogado que o estudo dos poluidores não era credível.

Aliás, este é um caso paradigmático de como os Governos, por vezes, gerem mal os dinheiros públicos: o poluidor é que nos informa que poluiu; acrescenta que quer limpar o que sujou; porém, o Governo socialista, perante as evidências, gastou dinheiro em mais um estudo.

Ficaram os contribuintes Açorianos a perder!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Até 2012, altos responsáveis políticos socialistas (como André Bradford, Roberto Monteiro, Álamo Meneses ou Berto Messias)...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Grande elogio! Altos responsáveis políticos!...

O Orador: ... negaram sempre a existência de perigo para a saúde pública.

Aliás, chegou-se ao ponto da Câmara Municipal da Praia da Vitória ameaçar com tribunais e a discussão passou para a retórica política onde se baralharam conceitos como contaminação, poluição, valores paramétricos, análises e amostras.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É ignorância, Sr. Deputado!

O Orador: Já Álamo Meneses, Secretário do Ambiente, dizia que a água de consumo não está sobre nenhuma ameaça, ao mesmo tempo que reconhecia a necessidade de agir para que a ameaça não aconteça. Estranhos paradoxos!

A 28 de Fevereiro de 2012, em resposta dada a um requerimento do CDS-PP na Assembleia Municipal da Praia da Vitória, verifica-se a presença de metais pesados como Boro, Crómio, Vanádio, Chumbo e Mercúrio nas captações de água da Praia (metais esses que não são explicados pelo quimismo e geologia da ilha, visto que no concelho da Angra do Heroísmo não estão presentes) e é fácil explicar que a sua fonte não é o solo. Então a água continua com problemas.

A 27 de março de 2013, Berto Messias insistia que “*apesar das conclusões do estudo do LNEC não indicarem a existência de poluição ou risco imediato sobre a água de consumo,...*”

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Imediato!

O Orador: ... *é necessário monitorizar o processo de descontaminação... para que esse risco não aumente”*.

Estranha contradição! Como é possível aumentar um risco de poluição, se a poluição não existe?

(Risos do Deputado Artur Lima)

A 14 de outubro de 2014, novamente Berto Messias afirma que “*é possível aumentar o esforço e a intensidade deste processo de descontaminação na redução da matéria contaminadora, mas também amenizando os riscos de contaminação dos aquíferos que fornecem água ao concelho da Praia da Vitória*” referindo ainda que “*é necessário impedir o alastramento da contaminação das zonas afetadas*” e manifestando satisfação com a adjudicação do projeto que prevê a limpeza e remoção do *pipeline* que liga a zona do Cabrito à Base das Lajes.

Ou seja, finalmente, e passada quase uma década, o PS reconhece haver risco de contaminação da água de consumo...

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Afinal, quem é que tem a responsabilidade de acompanhamento do processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória?

Qual é o papel da Secretaria Regional de Agricultura e Ambiente nesse processo? E da ERSARA (Entidade Reguladora de Águas e Resíduos dos Açores)?

Qual é o papel e as funções do LNEC no processo de descontaminação em questão?

Quantas vezes o LNEC se deslocou à Praia da Vitória para se reunir com o Comando da Força Aérea Portuguesa, ERSARA e Força Aérea Americana, desde que se iniciou o processo de descontaminação?

Quantos relatórios elaborou o LNEC desde que se iniciou o processo de descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória?

Quem tem assumido as despesas das deslocações e os trabalhos do LNEC? E quanto custou até agora esses trabalhos?

Que importância é concedida pelo Governo Regional e pelos norte-americanos às recomendações técnicas do LNEC?

Quais são os principais resultados positivos do processo de descontaminação?

E quais são os principais problemas desse processo de descontaminação?

Aguardamos as vossas respostas, agora que, envergonhadamente, já perceberam que estiveram mal no passado.

É certo que, até agora, o PS nunca assumiu que andou enganado estes anos todos...

Deputado Berto Messias (PS): Mas enganado porquê?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não andou enganado! Andou foi enganando as pessoas!

O Orador: ... e que cometeu o impropério de misturar política com investigação, numa tentativa de “esconder o sol com a peneira”.

Aos socialistas ficava bem um pedido de desculpas a todos os açorianos, especialmente pelo dinheiro gasto a mais e pelo atraso que provocaram no processo de descontaminação, com consequências não previsíveis, mas obviamente não nulas, na saúde dos Praisenses.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem! O senhor é um dos responsáveis! É que impediu a descontaminação, sabe-se lá à custa de quê!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para cumprir com o definido no artigo 184.º do Regimento, dou agora a palavra ao Sr. Secretário Regional.

Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros): Sra. Presidente,...

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e o Deputado Artur Lima)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Secretário Regional faça a sua intervenção.

O Orador: ... Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Permitam-me, em primeiro lugar, relevar este momento parlamentar suscitado pelo CDS-PP para aqui debater e, sobretudo, esclarecer os esforços que têm sido desenvolvidos com o objetivo claro de solucionar um problema em que o Governo dos Açores colocou e coloca todo o seu empenho,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... com vista à normalização da situação e à salvaguarda da segurança dos cidadãos.

O abastecimento de água de boa qualidade às populações, tal como é preconizado pela ONU, que considera a água como um Direito Humano desde 2010, é um desafio assumido...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isto que este senhor está a dizer tem a ver com a interpelação?

O Orador: ... e decisivo para o desenvolvimento da Região e para a garantia da saúde pública.

A comprová-lo, estão os mais recentes dados da qualidade da água nos Açores. Hoje, orgulhamo-nos de disponibilizar o acesso a uma água com qualidade média de 98,33%, sendo que, em mais de metade dos concelhos açorianos, a sua qualidade é superior às metas preconizadas pelo Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais – PENSAAR 2020, como é o caso da Praia da Vitória, onde se regista uma valorização de 99%!

Tais resultados só foram possíveis, em consequência do esforço depositado na melhoria da qualidade desse precioso líquido, promovendo, entre outras medidas, o acompanhamento técnico às entidades responsáveis pelo abastecimento e cofinanciando os sistemas de tratamento.

É com este sentido de responsabilidade sobre a qualidade da água, pela proteção do ambiente, dos seus recursos e, sobretudo, dos consumidores que tem sido realizada a monitorização regular da qualidade da água nas zonas envolventes aos locais referidos como contaminados na Base das Lajes, ilha Terceira, nomeadamente a Porta de Armas (*Main Gate*) e o *South Tank Farm*, através de entidades independentes, como é o caso reconhecido do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Se fossem só esses dois sítios?

O Orador: É, assim, fundamental para o Governo dos Açores, à semelhança, aliás, do que acontece em todos os concelhos dos Açores, a garantia da qualidade da água do aquífero basal das Lajes da Terceira, fonte de abastecimento público utilizada pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, que desenvolve um Programa de Controlo de Qualidade de Água acessório, além de outras análises mandadas efetuar pelo Governo através do INOVA.

Mas, detenhamo-nos um pouco na história desta problemática.

Após conhecimento da contaminação de alguns locais utilizados pela Força Aérea Americana na ilha Terceira, não só foi responsabilizado o Governo dos Estados Unidos, através de várias instâncias e comissões onde os Açores têm assento,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

O Orador: ... como foi exigida a sua remediação, através da remoção de potenciais fontes de contaminação,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é verdade!

O Orador: ... na sua maioria associada ao armazenamento e transporte de combustíveis, como também a sua descontaminação.

O Governo dos Açores, em concertação com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, procedeu, então, à contratação de um estudo credenciado, independente, multidisciplinar, alargado e de indubitável qualidade técnica sobre as áreas de captação dos furos de abastecimento naquele concelho.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Presidente da Câmara da Praia está muito contente com a atuação do Governo!

O Orador: A entidade adjudicada, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil, realizou, entre 2009 e 2010, a elaboração dos trabalhos e do consequente relatório, denominado: “Análise e parecer sobre a situação ambiental nas áreas de Captação dos furos de abastecimento do Concelho da Praia da Vitória”.

Relembro que o principal objetivo desse estudo foi a avaliação ambiental integral da qualidade dos recursos hídricos subterrâneos, ao longo de toda a área do concelho de Praia da Vitória onde existiam captações que estivessem a ser, ou pudessem vir a ser, afetadas por situações de poluição associadas às infraestruturas da Base das Lajes.

O estudo não se debruçou, portanto, sobre outras eventuais origens de poluição que pudessem existir no próprio concelho em resultado das suas condições geográficas ou das utilizações económicas do seu território, mas foi, do ponto de vista hidrográfico e científico, o estudo mais completo alguma vez desenvolvido sobre a qualidade da água da Praia da Vitória.

O relatório final apontou para a existência de apenas duas áreas restritas declaradas como poluídas: o *South Tank Farm* e *Main Gate* (Porta de Armas), atestando, já na altura e após a realização de 11.600 análises, a ausência da presença de hidrocarbonetos acima dos valores de água potável.

Das conclusões, recordo que os dados históricos disponíveis apontaram para uma contenção física do problema e uma, muito pouco provável, migração de qualquer poluição existente para o aquífero de base, por migração direta dos contaminantes.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Quanto à presença de metais pesados, encontrados por vezes em concentrações acima do valor *standard*, segundo conclusão do LNEC, isso deveu-se ao próprio meio geológico por onde circulavam – isto é, à geofísica da própria ilha e naturalmente também do próprio local.

Por outro lado, o estudo apontou, no entanto, locais potencialmente contaminados por hidrocarbonetos, tais como:

- Os tanques enterrados no Pico Celeiro; (*como sabem, já foram retirados*);

- A área de implantação do *Pipeline* da Cova das Cinzas; (*cuja negociação para ser completamente retirado decorre e prevê-se o início dos trabalhos já no próximo ano de 2015*);
- A zona do posto 1 (*Main Gate*) (*onde os tanques, os reservatórios, já foram retirados*);
- E a saída da descarga de águas pluviais a norte da Base Aérea (*North Storm Sewer*) (*que ainda não foi desenvolvido dada a prioridade que lhe foi conferida em termos de intervenção*).

Em consequência, recomendava-se então uma ação imediata de limpeza e regeneração das duas áreas identificadas como poluídas, prioritárias, e um trabalho sequencial de limpeza dos restantes pontos onde havia potencial de poluição decorrente das infraestruturas da Base.

Entretanto, a Resolução desta Assembleia n.º11/2011, de 19 de maio, denominada “*Acompanhamento do Processo de Descontaminação e Reabilitação na Praia da Vitória*” determinava, nomeadamente, que o Governo a informasse sobre a evolução, em particular através de uma audição a solicitar pela comissão da especialidade, e dos resultados do processo de descontaminação e reabilitação das zonas identificadas no 1.º relatório do LNEC, como poluídas, e dos locais descritos como presumivelmente contaminados.

Cumprindo a Resolução, em 2012, foi apresentado e submetido aos conselheiros do Conselho Regional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável o plano apresentado então pelas autoridades americanas para remediação das áreas prioritárias identificadas como poluídas.

Este mesmo debate e o próprio plano foram depois vertidos no Relatório do Estado do Ambiente, que tem uma periodicidade trienal, conforme certamente sabem.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas onde?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é falso, Sr. Secretário!

O Orador: Está no relatório!

Deputado Berto Messias (PS): No anexo!

Deputada Zuraída Soares (BE): Não está não!

O Orador: Relativamente às audições em Comissão devo aqui referir que nunca, pelo menos no decorrer desta legislatura, fui convidado a prestar estas informações.

Mas o GRA, o Governo Regional dos Açores, não se limitou a cumprir a Resolução emanada desta câmara e foi mais além.

Mantendo uma postura ativa no acompanhamento e monitorização da situação, o Governo Regional contratou também com o LNEC, desde o início do processo de limpeza por parte dos EUA, um trabalho de monitorização dos seus resultados.

Esse trabalho – vertido no relatório recentemente enviado a esta Assembleia e também espelhado no último Relatório do Estado do Ambiente dos Açores que será analisado ainda este ano na próxima reunião do CRADS – permite-nos ter garantias independentes do trabalho que está a ser conduzido, monitorizar eventuais situações de risco e, sobretudo, exigir mais, com segurança científica, do processo de limpeza e descontaminação que, recorde, se iniciou em setembro de 2012.

1 – Quanto à opção técnica que foi tomada para a mesma, tendo em conta um estudo de uma empresa alemã, a AMEC, consistiu na limpeza, manual e com bombas, das duas zonas identificadas como poluídas – *Main Gate (site 3001)* e *South Tank Farm (site 5001)*, prevendo-se, como primeira fase dos trabalhos, um ano de limpeza e mais quatro de monitorizações.

2 - Ao longo deste primeiro ano dos trabalhos, o Governo dos Açores manteve também uma postura exigente, através da Comissão Técnica do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os EUA, onde foi feito o acompanhamento regular dos resultados da limpeza que apontaram para uma diminuição geral de produto livre – confirmada pelo novo relatório do LNEC encomendado pela Região –, e se verificou o empenho das autoridades dos EUA em prosseguir esse trabalho de limpeza.

3 - Na última reunião da Comissão Técnica (*em maio de 2014*), a parte norte-americana informou que já tinha sido adjudicado novo contrato, para

continuação da limpeza e descontaminação, e que os trabalhos teriam início em junho.

Posso adiantar que está prevista nova reunião da Comissão Técnica no próximo dia 14 de novembro, onde se poderá confirmar a evolução deste processo.

No entanto, o processo está a decorrer conforme a aplicação dos procedimentos adotados pelos órgãos de Governo próprio da Região, em sede de Comissão Técnica de Acompanhamento, no âmbito do Acordo Bilateral entre Portugal e os EUA, com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, e mantendo-se ainda, paralelamente, reuniões entre os departamentos do Governo dos Açores com competência nesta matéria com as forças norte-americanas estacionadas na Base das Lajes, autorizadas para o efeito.

Como se comprova, o Governo dos Açores tem cumprido com as demandas da Resolução desta Assembleia e tem mantido uma ação preventiva e de acompanhamento de todo este processo.

Temo-lo feito em defesa da qualidade da água e do ambiente do Concelho da Praia da Vitória e das suas populações e exigindo da parte norte-americana que a limpeza prossiga e vá mais longe.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me, ainda, destacar alguns outros aspetos do trabalho mais recentemente desenvolvido:

Entre setembro de 2012 e dezembro de 2013, foram retirados, manualmente, através de *bailers* descartáveis, e com um descarregador passivo, acionado automaticamente sempre que é detetada acumulação de hidrocarbonetos sobrenadantes sobre o nível piezométrico, 182 litros desses compostos (*assim como 433 kg de uma mistura de sobrenadantes e águas oleosas*).

Verifica-se, portanto, uma clara redução de hidrocarbonetos sobrenadantes em alguns dos piezómetros,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Alguns pioraram, Sr. Secretário!

O Orador: ... localizados na Porta de Armas e no *South Tank Farm*, após as primeiras operações de remoção de produto, conforme se pode confirmar pela leitura do relatório que vos foi entregue.

Em todos esses pontos, registou-se a afluência hidrocarbonetos sobrenadantes nalgum período, de facto, embora com espessuras muito reduzidas.

Em outubro de 2013 não havia, aliás, registo de produto sobrenadante em dois pontos do *South Tank Farm* e num dos pontos da Porta de Armas.

De todas as análises efetuadas em hidrocarbonetos apenas foi ultrapassado o Limiar de Qualidade num dos piezómetros, onde foi detetada a presença de tetracloroetileno (PCE), sem contaminação da água de abastecimento público, mas denunciando a sua deteção que a poluição do local tem de ser controlada.

Mais concretamente, sobre a área do *Main Gate* permitam-me referir:

Das amostras realizadas em cinco dos piezómetros localizados dentro da área da Porta de Armas e três fora desse perímetro, regista-se a presença no aquífero suspenso, de diversos elementos e compostos orgânicos.

Merecendo destaque o facto de nos piezómetros localizados fora do perímetro da Porta de Armas, mas junto ao limite do mesmo, não terem sido encontrados poluentes, ao contrário do que tinha ocorrido no passado, podendo ser interpretado isto como uma evolução do processo de descontaminação muito positiva.

Relativamente ao *South Tank Farm* foram realizadas amostragens de água para análise química em dois piezómetros, localizados juntos ao limite desta zona. A escolha destes locais foi realizada para analisar a evolução da situação da qualidade da água, a jusante destes locais.

Atendendo a que os furos de captação de água para consumo humano se localizam a montante, a principal preocupação foi a de proteger a lagoa. Neste local, as captações localizam-se no aquífero basal.

Foram no primeiro estudo do LNEC encontrados vestígios de hidrocarbonetos totais de petróleo, ainda que em concentrações abaixo dos limiares definidos.

No que diz respeito à qualidade da água do aquífero basal, a mesma foi analisada de acordo com os resultados da execução por parte da empresa Praia

Ambiente do Programa de Controlo de Qualidade da Água para Consumo Humano.

Os resultados das análises de monitorização da qualidade da água evidenciaram que todos os parâmetros determinados se encontram em conformidade com Normas de Qualidade, com exceção do parâmetro Ferro, Cloreto e Vanádio, pois foi detetada a presença de tetracloroetileno (PCE) em quatro dos cinco furos, embora também abaixo do Limiar de Qualidade.

Os resultados relativos ao Ferro e Vanádio estão, todavia, associados à constituição geológica dos locais, sendo que a presença de Cloretos está relacionada com a sobre-exploração do aquífero de base e a exploração do furo na interface da água salobra.

Já a presença de tetracloroetileno (PCE) em quatro dos cinco pontos, embora em concentrações iguais ou pouco superiores ao limite de deteção e, por isso, abaixo do Limiar de Qualidade definido pelo INAG, é um fator naturalmente a ter em atenção.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Se esses resultados da monitorização que realizámos e mantemos nos deixam tranquilos relativamente à água facultada aos cidadãos e que, friso, é de qualidade, tal não significa que o Governo dos Açores se tenha dado por satisfeito.

O processo de desmantelamento de infraestruturas e de descontaminação tem de prosseguir, tem de ser alargado e deve ser mais célere.

Sessenta anos de presença militar nas Lajes produziram um desafio ambiental que não pode ser vencido num ano, mas também não podem restar dúvidas que é aos Estados Unidos e apenas aos Estados Unidos da América quem cabe e devem continuar a caber todos os esforços e ações necessários para devolver os locais identificados no Relatório do LNEC às boas condições.

Não porque haja nenhum perigo imediato, mas porque as recomendações do LNEC – com quem o Governo vai manter o contrato de monitorização do processo em curso assim o aconselham.

Contudo, reconhecemos que, paulatinamente, o processo de limpeza e descontaminação é já uma realidade e os resultados começam a ser visíveis, comprovados pela clara redução de hidrocarbonetos sobrenadantes.

Sendo inegável que um processo deste tipo se caracteriza por uma elevada complexidade, como é, com certeza, consciência desta Câmara, e de duração prolongada, entende o Governo dos Açores que, até à sua remediação total, é necessária a fiscalização e pressão permanentes da Região e do Estado sobre quem provocou os danos.

Em prol da descontaminação e pela remoção integral das infraestruturas desativadas associadas à contaminação.

Assim e na defesa do princípio da precaução, da defesa do ambiente e da saúde pública, continuará o Governo dos Açores empenhado em que a Força Aérea Norte-Americana proceda à remoção integral do *pipeline* do Cabrito – compromisso já assumido pela parte americana em sede da Comissão Técnica do Acordo –, e de todas as potenciais fontes de contaminação, conforme tem manifestado e pressionado junto do Governo dos Estados Unidos, através do Ministério da Defesa e do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Assim, os praienses, podem ter a garantia:

- de uma fiscalização permanente do Governo dos Açores ao trabalho desenvolvido pela Força Aérea Americana;
- da existência de um Plano de Controlo da Qualidade da Água distribuída para consumo humano que cumpre as diretrizes legais europeias, nomeadamente a Diretiva Quadro da Água;
- do nosso empenho no aumento do esforço técnico para a remoção célere de qualquer contaminação.

O esforço e empenho do Governo dos Açores contribuíram para que se despoletasse a resolução efetiva desta situação.

Garanto que continuaremos a trabalhar para que se consiga a total reabilitação destes locais!

Muito obrigado.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Zuraida Soares...

Deputada Zuraida Soares (BE): Para solicitar um intervalo regimental de 15 minutos, Sra. Presidente.

Presidente: É regimental. Regressamos às 11:05H.

Eram 10 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 10 minutos.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Judite Parreira tem a palavra.

(*) Deputada Judite Parreira (PSD): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Secretário:

Sr. Secretário, há sensivelmente um ano, durante a apresentação e discussão do Plano e Orçamento do Governo para 2014, em resposta a uma questão colocada pelo Deputado Luís Rendeiro, o Sr. Secretário disse, em relação à descontaminação dos solos no concelho da Praia da Vitória, que cabia aos militares norte-americanos, autores da pegada ecológica, e na lógica do princípio do poluidor pagador, fazer essa descontaminação e que ao Governo cabia apenas fazer a monitorização dos trabalhos e apresentar periodicamente os resultados ao município da Praia da Vitória.

Muito bem até aqui. Aliás, o senhor já disse isso tudo hoje. Essa parte estava perfeitamente entendida por nós e fazia sentido.

Tudo bem, não fosse em fevereiro deste ano, numa reunião de câmara, o Sr. Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória ter apresentado um

requerimento onde solicitava esclarecimentos sobre a descontaminação dos solos dos aquíferos do concelho da Praia da Vitória.

Eu tive acesso a esse requerimento, porque como se sabe sou vereadora da câmara. O requerimento foi depois levado à Assembleia Municipal e foi enviado a V. Exa..

Agora pergunto-lhe, Sr. Secretário: isso foi em fevereiro deste ano. Pelo menos até ao fim de setembro o senhor não tinha dado resposta ao requerimento.

Não deu resposta, porquê, Sr. Secretário? Porque não tomou conhecimento dele?

Se não tomou conhecimento do requerimento isso é grave e o senhor, naturalmente, vai ter que pedir responsabilidades a alguém.

Mas se tomou conhecimento e não respondeu,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Mais um documento que o Sr. Secretário desconhece!

A Oradora: ... é muito mais grave, porque isso quer dizer que o senhor sonegou informação à Câmara Municipal da Praia da Vitória.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por que é que fez isso, Sr. Secretário?

Fez porque estava tudo bem com os aquíferos da Praia da Vitória e não era necessário dar uma resposta?

Duvidamos! Logo os senhores que gostam tanto de dar boas notícias. Não foi com certeza por isso.

Foi porque havia problemas nos aquíferos e não quis alarmar os praienses?

Bom, Sr. Secretário, não pode ser assim. Os praienses exigem saber a qualidade da água que bebem e por isso o senhor, hoje, vai ter que dar uma resposta, não ao PSD, mas a todos os praienses que estão muito curiosos para saber a situação da descontaminação dos solos da Praia da Vitória.

Obrigada.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições de momento.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária e Sr. Secretário:

A questão da descontaminação é um processo que tem que ser devidamente acompanhado. Estamos todos de acordo relativamente a isto.

De facto, não existem só bolsas de contaminantes escondidas em sacos de plástico dentro de água em que a gente tira a bolsa, ela vem cá para fora e resolve o problema.

Tem a ver, de facto, com um conjunto de valores paramétricos que têm que ser determinados com exatidão para sabermos exatamente o que é que estamos a medir.

Neste contexto, Sr. Secretário, não vale a pena estarmos a referir aquilo que muitas vezes se refere para uma situação, que é a situação continental.

Diz a professora Benilde, que é repetida até à exaustão sempre que se fala em Vanádio, que o Vanádio é o bico na atmosfera, que ele tanto pode estar no solo, como pode estar ligado aos hidrocarbonetos, como pode estar na água.

Eu digo-lhe, Sr. Secretário, todos os elementos da tabela periódica estão no solo, estão na água e estão no ar. Há que saber distingui-los.

O facto de em Portugal não termos um valor paramétrico para o Vanádio, é porque não temos, de facto, problemas de contaminação por hidrocarbonetos noutros aquíferos, à semelhança do que existe no Canadá e nalguns locais da América do Norte e da América do Sul.

Logo, não faz sentido introduzir na lei valores paramétricos que não correspondem à nossa realidade. A realidade continental não tem nada a ver com a realidade regional, nomeadamente a da Ilha Terceira, dada a sua geologia.

Não podemos justificar com geologia aquilo que não é justificável em lado nenhum.

Vou mostrar-lhe um gráficozinho, que o senhor entenderá certamente, relativamente ao Vanádio, e que é preocupante em termos de saúde pública.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra um gráfico)

A linha vermelha refere-se ao valor paramétrico do Canadá para águas de consumo, para evitar problemas de saúde pública.

Repare que a água de consumo analisada, em todos os locais, está acima do valor paramétrico.

Justificar o Vanádio com a ausência de contaminação por hidrocarbonetos é dizer, por exemplo, que não há qualquer relação entre uma coisa e outra.

Eu posso mostrar-lhe um gráfico. O senhor é formado em engenharia. Percebe perfeitamente muito bem isto.

(Neste momento o Sr. Deputado volta a mostrar um gráfico)

Isto é uma ausência clara de correlação. Não há relação nenhuma entre uma coisa e outra, entre o Boro e o Vanádio, o que quer dizer que são duas origens distintas.

Mas isto, Sr. Secretário, que o senhor saberá ver,...

(Novamente o Sr. Deputado mostra um gráfico)

... e gostaria que olhasse para esta reta perfeita, diz que há uma correlação linear com 96,6% de coeficiente de correlação entre o naftaleno no solo, determinado pelo LNEC, e os níveis de Vanádio no solo.

Por outro lado, determinando fatores de enriquecimento, a água está mais rica em Vanádio quando comparada com o solo.

E o senhor vem dizer-me que não há preocupações.

Há aqui técnicas de separação dos poluentes dos vários compartimentos.

Sr. Secretário, o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável tem um conjunto de pessoas que dá pareceres ao Governo Regional sobre determinadas problemáticas e pode dar-lhe um parecer sobre isto. Mas não são técnicos de poluição! Não são pessoas que tenham um conhecimento da hidráulica, do processo de descontaminação para que possam, de facto, objetivamente opinar sobre o assunto.

Não vou falar nos dados que foram enviados pela Câmara Municipal da Praia da Vitória. Vou falar-lhe daquilo que é enviado à Sra. Vice-Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória acerca do ponto da situação da descontaminação. É uma tabela que se anexa (por acaso não é da sua secretaria, é do Gabinete do Subsecretário Regional da Presidência para as Relações Externas).

Tenho aqui a tabelinha que demonstra as várias espessuras de hidrocarbonetos que vão sendo realizados ao longo do tempo. No início, nalguns pontos, tínhamos algo como 14,4 cm e foi efetivamente diminuindo.

Se nos centrarmos, por exemplo, no furo MW3, começa com 14,4 cm a 26/09/2012.

A 10/12/2012 não há absolutamente nada.

É interessante e era excelente se continuasse assim.

Acontece que a 23/05 temos 70,9 cm de hidrocarbonetos outra vez no mesmo furo. Ou seja, descontaminou-se e aumentou a quantidade de combustível.

Se repararmos há, de facto, o mesmo comportamento neles, o que quer dizer que a extensão da poluição é muito maior do que aquela que se imaginava e que não estava localizada.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Muito bem, Sr. Deputado!

O Orador: Não era só necessário intervir em dois locais.

Sr. Secretário, não compreendo que no dia 20/08/2014 seja dada essa resposta, mas que depois se diga ao Partido Socialista, num requerimento que eles pedem no ano 2003, que de facto isto ainda não está a andar bem e apenas se apresenta o processo de descontaminação. Ao próprio Partido Socialista, que suporta o

Governo, apresentam-lhe o processo de descontaminação, quando efetivamente ele começou a 26/09/2012.

Então já não havia dados para dar a 28/05/2013?

Eu não percebo esses paradoxos, Sr. Secretário.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo Regional:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, permita-me que lhe diga, dentro do respeito institucional a que estou obrigada, o seguinte:

Se tudo aquilo que o senhor afirmou daquela tribuna fosse na realidade verdade, nem haveria uma interpelação do Grupo Parlamentar do CDS sobre esta matéria,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Claro!

Deputado Manuel Pereira (PS): Que grande aliança!

A Oradora: ... nem haveria um Projeto de Resolução de urgência do Bloco de Esquerda ainda durante este plenário.

Deixe-me dizer-lhe também que quando o Sr. Secretário Regional, daquela tribuna, se confessa satisfeito porque paulatinamente (e a palavra é sua... paulatinamente!) o processo de descontaminação dos solos da Praia da Vitória está a ocorrer, deixe-me dizer-lhe que o Bloco de Esquerda recusa esta satisfação com o paulatinamente.

Eu gostaria era de ouvir da boca do Sr. Secretário Regional que este trabalho está a ser feito célere e rapidamente, aliás com a rapidez a que todos os técnicos autorizados, nomeadamente o LNEC, obrigam a este processo. Não é de agora! É já de há anos atrás!

Deputado André Bradford (PS): Temos aqui uma nova coligação!

A Oradora: Sobre esta matéria dizer também que uma das conclusões que se pode tirar é que o Governo Regional não cumpre aquilo que o Grupo Parlamentar que o suporta, no caso o Partido Socialista, vota nesta Casa.

Este é um exemplo entre outros passados, que nós conhecemos e seguramente futuros também, porque a Resolução que foi aprovada nesta Casa, Resolução do Partido Socialista (depois de rejeitado um Projeto de Resolução do Bloco de Esquerda e um outro assinado pelos Grupos Parlamentares da oposição; o Partido Socialista impôs o seu), diz, no ponto n.º 1, (o Sr. Secretário Regional referiu-se a ele, mas esqueceu-se de ler exatamente o que ele diz) que:

O Governo fica obrigado a informar a “Assembleia Legislativa dos Açores sobre a evolução e os resultados do processo de descontaminação e reabilitação das zonas identificadas no relatório do LNEC como poluídas e dos locais descritos como presumivelmente contaminados...”

E como? Como é que o Governo fica obrigado a isto?

“... quer por via do relatório do estado do ambiente (...) quer por via do Conselho Regional para o Desenvolvimento Sustentável, quer ainda através de uma audição anual em comissão especializada competente em função da matéria, dos Membros do Governo com competência no que concerne ao Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos e em matéria de Ambiente.”

Sr. Secretário Regional, deixe-me dizer-lhe que nada disto está feito ou existe. Poderá existir para os senhores, poderá existir nas mãos do Partido Socialista.

Uma pessoa, um deputado, que vá por exemplo a este relatório do Conselho Regional para o Desenvolvimento Sustentável na net, que é a forma de ter acesso a ele, não está lá nada sobre a Base, não está lá nada sobre a descontaminação dos aquíferos.

Mais. Ontem foi entregue nesta Casa isto que aqui está,...

(Neste momento a Sra. Deputada mostra cópia de um relatório)

... que é o relatório a que o Governo estaria obrigado a entregar a esta Casa há tempos atrás.

Deputado André Bradford (PS): Isso é outra coisa!

A Oradora: Deixem-me dizer-vos uma coisa, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um Governo Regional que manda, na véspera de uma interpelação, aos Deputados desta Casa isto que aqui está, das duas, uma: ou parte do princípio que os Deputados e Deputadas desta Casa não têm seriedade no seu trabalho ou está a brincar connosco,...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: ... porque na véspera é impossível ler isto.

E mais. A razão por que enviam está aqui expressa.

É tendo em conta a interpelação do CDS?

Não, Sras. e Srs. Deputados!... Não, Sra. e Srs. Membros do Governo!

Não é tendo em conta a interpelação! É tendo em conta a Resolução que foi aqui aprovada em 19 de maio de 2011.

Ainda relativamente a este relatório, relatório disponibilizado no dia 28 deste mês, é curioso...

Há 15 dias o Sr. Deputado Berto Messias, líder da bancada socialista, na realidade faltou à verdade a todos os açorianos e açorianas, e sobretudo a todos e a todas as praienses, quando disse publicamente que este relatório estava na mão da CAPAT e que a Sra. Deputada Zuraida Soares desconhecia porque era preguiçosa, eventualmente como já aqui foi dito, ou porque era vestal...

Deputado Berto Messias (PS): Eu disse isso?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É como os anexos. Só o Sr. Deputado Berto Messias é que os conhecia!

A Oradora: Não, não, não! Isto são parênteses.

... ou porque andava distraída, quando na realidade isto foi entregue ontem, Sras. e Srs. Deputados.

O Sr. Deputado Berto Messias faltou à verdade quando disse que isto estava na posse da CAPAT e, portanto, todos os deputados tinham a obrigação de conhecer.

Acontece, para a história ter algum sentido, que no dia 24 de setembro o Bloco de Esquerda fez uma visita à Câmara da Praia da Vitória, onde foi recebido pela

Sra. Vice-Presidente que, com toda a verdade, disse que não tinha informação nenhuma, apesar de a ter pedido em fevereiro, como já fez referência a Sra. Deputada Judite Parreira, sobre o que é que se estava a passar no território, no concelho de que ela é Vice-Presidente.

Quanto à descontaminação, zero!

No entanto, o Sr. Deputado Berto Messias veio à televisão dizer que estava tudo a correr bem. Olhou para as obras e disse, com o seu olho de especialista na matéria: está tudo a correr que é uma maravilha e é uma pena que a Deputada Zuraída Soares não venha cá também, porque é uma especialista na matéria, olhe para as obras e diga que elas são bonitas!

Isto é absolutamente inaceitável. Isto é desrespeito pela inteligência das pessoas, isto é desrespeito pela seriedade das pessoas...

Deputados João Bruto da Costa (PSD) e Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... e sobretudo não é responsável, Sr. Deputado Berto Messias.

Como estamos a falar de aquíferos e desta reunião, é bom também lembrar que isto tudo começou, para fazer justiça, com uma peça da Antena 1. Não vamos tirar o seu a seu dono.

Há uma peça da Antena 1, que não foi desmentida em sítio nenhum, onde nas conclusões de um relatório do LNEC a que aquele órgão de comunicação social teria tido acesso, está escrito preto no branco, entre várias outras conclusões que com 10 minutos não posso referir, uma que diz que se admitem contaminações para o aquífero basal neste momento.

E não venham falar de alarmismo, Sras. e Srs. Deputados do Partido Socialista,...

Deputado André Bradford (PS): Ah, venham, venham!

A Oradora: ... porque houve um tempo na nossa história que o povo não estava preparado para a Democracia.

Não é admissível que agora, hoje, o povo açoriano não esteja preparado para a verdade.

Confiem na inteligência das pessoas, confiem na inteligência do povo açoriano...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... que ele sabe distinguir o que é alarmismo daquilo que é a verdade.

Portanto, nós não estamos a falar de alarmismo. Estamos a falar daquilo que é verdade.

Deputado André Bradford (PS): A senhora não está a falar de alarmismo, está a praticar alarmismo!

A Oradora: Finalmente a gestão do processo de descontaminação está entregue aos norte-americanos e a supervisão portuguesa (tanto quanto temos entendido, pelo menos desde que esta Resolução foi aprovada; já não falo de 2005 para cá, falo apenas de maio de 2011) é pontual e – pasme-se! – é baseada naquilo que o gestor da descontaminação, que é simultaneamente o poluidor, informa, diz.

Isto parece a história do lobo mau e da avozinha. Volto a dizer: é perguntar ao lobo mau se ele quer ou não quer comer a avozinha. É claro que quer!... Paulatinamente, Sr. Secretário! Não é rapidamente!

A situação, resumindo, é esta: é necessário fazer um *show-off* para dar a entender às populações que está tudo a correr bem,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... quando não temos nenhuma garantia de entidades idóneas e independentes de que isso está na realidade a acontecer, bem pelo contrário, a fazer fé neste relatório, que ontem os Deputados desta Casa receberam, nas suas principais conclusões.

Exatamente por isto, porque sabíamos que isto ia acontecer, é que o Bloco de Esquerda no seu Projeto de Resolução, chumbado pela maioria do Partido Socialista, propunha, e voltaremos a propor, que fosse constituída uma Comissão Técnica independente que supervisionasse todo o processo de forma a garantir a idoneidade desta descontaminação.

Gostaríamos depois de saber e ter conhecimento, quem é que pertence a essa Comissão Técnica, quem são os responsáveis,...

Deputado André Bradford (PS): Gostaria de saber? Isso é público!

A Oradora: ... quem é que a constitui, como é que trabalha. Não é uma Comissão Técnica...

Deputado André Bradford (PS): Leia o acordo! Está no acordo!

A Oradora: Sr. Deputado, isso é um aparte ou quer intervir?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é o grande responsável por isso. Devia estar calado. Inscreva-se!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O senhor é um dos responsáveis!

A Oradora: Pronto. Se calhar é melhor intervir.

Termino deixando uma pergunta, uma vez que isto é uma interpelação.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inscreva-se! Estou à sua espera!

A Oradora: Muito obrigada. Posso?

A pergunta que fica é a seguinte:

O que é que esconde o Partido Socialista e o Governo Regional para não quererem nem transparência, nem uma fiscalização idónea e independente a todo este processo?

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada. Informo que esgotou o seu tempo.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem agora a palavra.

(*) **Deputado Luís Rendeiro (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A contaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória e de zonas, como por exemplo o Cabrito, fora da Praia da Vitória, é o mais grave problema ambiental da Região Autónoma dos Açores. Por isso, com a consciência da delicadeza e cuidado a que o tratamento deste assunto obriga, o PSD não pode deixar de ficar preocupado com a forma irresponsável como os Governos Regionais Socialistas têm abordado esta questão.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Assistimos a uma fase da governação em que todos os Membros do Governo já aprenderam a falar “baliês” e, perante os problemas dos Açores e a

sua denúncia por parte quer das populações, quer dos partidos da oposição, em vez de termos um Governo que resolve, temos um Governo que branqueia, camufla e esconde na gaveta os problemas dos açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

O Orador: Só vos falta trazer baldes de cal para plenário para branquear os problemas da Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tide! Tide!

O Orador: Foi assim com as situações que reportam à Secretaria da Cultura, seus Diretores Regionais e Diretor do Museu de Angra; foi assim nos últimos dias com os problemas do setor da saúde na Região...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e é assim com o maior problema conhecido (pode haver mais) de poluição ambiental nos Açores.

O Governo fez distribuir o relatório de 2013 do LNEC aos Deputados em cima da hora deste debate apenas por uma razão e essa razão foi a constatação de que os Deputados da oposição já o tinham.

Já o tinham não através da CAPAT, como foi anunciado na mentirinha do Deputado Berto Messias, mas já o tinham porque obtiveram-no pela “porta do cavalo”,...

Deputado André Bradford (PS): Como é que isso se faz?

O Orador: ... que é assim que se consegue obter informações nesta Região.

Ao contrário do que irresponsavelmente disse o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, a verdade é que o relatório de 2013 tem dados ainda mais preocupantes do que o relatório de 2011 do LNEC.

A verdade é que a maior contaminação continua nos solos e mesmo com a remoção integral das estruturas de armazenamento e distribuição dos combustíveis, por ação da infiltração, potenciada pelas águas da chuva, dos poluentes nos solos, a contaminação dos aquíferos não só continua como se agrava.

Há aquíferos cuja contaminação se agravou mesmo após as ações de limpeza realizadas.

Nos trabalhos que estão a ser executados não estão a ser contempladas ações de remoção dos hidrocarbonetos de alta densidade que não são sobrenadantes e que já atingiram o aquífero basal.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Confirma, Sr. Deputado? Confirma?

O Orador: Não é o PSD que o diz. É o relatório do LNEC.

A isso o Sr. Secretário Regional não se referiu, esperando talvez que os Deputados tivessem ou distraídos ou impreparados. Não teve sorte nenhuma, Sr. Secretário.

Desde o início (e vou remeter os Srs. Deputados a 2005, 2008, 2012) que o acompanhamento deste processo pelo Governo Regional dos Açores era feito por um Membro do Governo, o agora Deputado André Bradford, que também era o representante dos Açores na Comissão de Acompanhamento do Acordo de Cooperação e Defesa entre Portugal e os Estados Unidos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem graves responsabilidades nesta matéria!

O Orador: Está aqui sentado e é um dos maiores responsáveis pelo tempo que demorou a que se tratasse deste assunto como devia ser tratado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Hoje, não se percebe bem quem é que faz o acompanhamento deste problema, se é que esse acompanhamento é feito.

O representante da Região na já referida Comissão de Acompanhamento esforça ao máximo por se manter no anonimato e na irrelevância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quem é?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Herança Bradford!

O Orador: Exatamente.

Desde o início que as interpretações que o Governo fez dos dados do relatório do LNEC, ou dos relatórios do LNEC, foram sempre no sentido de desvalorizar as evidências constantes desses documentos.

Este problema está camuflado nos sucessivos relatórios do estado do ambiente, cujos anexos parecem estar só disponíveis para o Partido Socialista e para o

Deputado Berto Messias. É como o relatório do LNEC de 2013, antes de anteontem. Só o Deputado Berto Messias é que o conhece.

Não se conhece nem tem havido cuidado nenhum na prestação de informações aos Deputados daquilo que trata e daquilo que faz o Conselho Regional para o Ambiente e Desenvolvimento Sustentável.

Em 2012, Francisco Tavares (é o tal, é o representante dos Açores na Comissão de Acompanhamento do Acordo da Base das Lajes) declarou que a limpeza dos terrenos levaria 5 a 15 anos.

Eu estou muito preocupado, e o PSD está muito preocupado, com os dados constantes do relatório de 2013. É porque com o agravamento da situação este período poderá já não ser de 5 ou 15 anos, mas ser de facto muito maior.

Tendo em conta aquilo que hoje, aqui, já foi debatido e o que consta nos documentos oficiais, como é que se pode assegurar, como se tem assegurado, que esta contaminação não tem riscos para a saúde pública? Estamos a falar de contaminantes, muitos deles que têm efeitos cumulativos nos tecidos vivos e cujos efeitos podem manifestar-se desde já até daqui a várias décadas.

Portanto, um jovem que esteja a ser contaminado agora poderá só ter problemas muito mais tarde.

Como é que se pode garantir a segurança das populações quando muito dos solos confirmadamente contaminados, ou presumivelmente contaminados, continuam a ter uma utilização agrícola e continua a haver riscos da entrada de poluentes nas cadeias alimentares?

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

O Orador: Sr. Secretário, este assunto é o assunto ambiental mais grave da Região. Trate-o como tal.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias tem agora a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Entende o CDS-PP, e bem, na nossa perspetiva, trazer a este plenário uma interpelação sobre o processo de descontaminação das zonas afetadas na Praia da Vitória.

De facto, como aqui já foi referido, quer pelo Sr. Deputado Félix Rodrigues, quer também pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, este é um processo e um tema que tem estado no centro da nossa agenda política e também da nossa agenda mediática desde o ano 2008, quando começaram as primeiras notícias sobre a eventualidade e referências a zonas afetadas.

A verdade é que desde essa altura todas as diligências do Governo dos Açores, do Partido Socialista, em parceria também com a Câmara Municipal da Praia da Vitória, foram, desde logo, duas.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O seu parceiro não está nada satisfeito!

O Orador: Em primeiro lugar, garantir e perceber se a água de consumo humano na Praia da Vitória estava em condições de ser consumida pelos praienses;

Em segundo lugar, garantir que todo este processo era conduzido e desenvolvido com total transparência.

É isso que tem acontecido desde essa altura:...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

O Orador: ... transparência e responsabilidade.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Irresponsabilidade!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Irresponsabilidade vossa!

O Orador: Porque numa matéria deste tipo, em que estamos a falar de zonas contaminadas e afetadas que podem afetar os principais aquíferos de uma das maiores zonas do concelho da Praia da Vitória...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A maior!

O Orador: ... para água de consumo humano, naturalmente que este assunto carece de enorme responsabilidade política de todos nós.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi essa a postura que o Partido Socialista, os Deputados do Partido Socialista, o Governo dos Açores e a Câmara Municipal da Praia da Vitória sempre tiveram na sua intervenção neste assunto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Por isso é que chegamos a este ponto!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O Sr. Deputado está cada vez mais parecido com Frei Tomás!

O Orador: De facto, existiram várias evoluções.

Quando esta matéria foi referida na comunicação social, desde logo começaram várias diligências que culminaram, como sabem, num estudo do LNEC, encomendado pela Câmara Municipal da Praia da Vitória e apoiado pelo Governo dos Açores, para aferir dessas notícias, para verificar se o estudo dos norte-americanos, que o Sr. Deputado Félix Rodrigues referiu, estava correto. Referenciava também as zonas afetadas que estavam referidas nesse estudo.

Desde essa altura também este Parlamento se pronunciou, fez várias diligências sobre este assunto e, tendo em conta toda a evolução, chegamos aos dias de hoje.

Também o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, muito recentemente, desenvolveu algumas diligências para perceber o ponto de situação desta matéria.

Visitámos as zonas que estão a ser intervencionadas na Base das Lajes, verificámos os trabalhos de descontaminação que estão a decorrer, reunimos também com a Praia Ambiente e com a Câmara Municipal da Praia da Vitória onde pudemos ser informados sobre as análises que têm sido desenvolvidas sobre a qualidade da água no concelho da Praia da Vitória.

A nossa posição é muito clara, como sempre foi: existe trabalho que está a decorrer, existem intervenções que estão a decorrer, o risco de contaminação da água da Praia da Vitória tem vindo a diminuir.

No entanto, tendo em conta aquilo que está em causa, não podemos estar tranquilos e, tal como disse o Sr. Secretário daquela tribuna, há pouco e muito bem, continuamos empenhados em continuar a monitorizar as intervenções, em perceber aquilo que consta das recomendações do último relatório de monitorização do LNEC para dar cumprimento a essas recomendações e garantir algo que para o Partido Socialista é absolutamente central e fundamental: garantir total segurança para os praienses no consumo da água que está nos aquíferos da Praia da Vitória...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... e nos aquíferos que estão nas zonas referenciadas no âmbito do estudo do LNEC.

Essa é para nós a questão central neste processo.

Mas obviamente que abordamos esta questão, tal como referi há pouco, com grande responsabilidade.

Também devo dizer-vos o seguinte:

Este processo tem sido, apesar de algumas divergências que são com certeza legítimas,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É normal!

O Orador: ... desenvolvido com total transparência.

Aliás, os Srs. Deputados já referiram aqui várias vezes o relatório do LNEC que indica zonas afetadas, as audições na comissão parlamentar, o relatório sobre o estado do ambiente e o trabalho do Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável. Enfim... Tudo isso são instrumentos e pressupostos. Num caso foram propostos pelo Partido Socialista, noutros casos foram apoiados pelo Governo e pelo Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E escondidos também!

O Orador: Portanto, eu não percebo por que fazem referências à falta de transparência e à transmissão de informação por parte do Governo sobre estas questões, porque nós estamos a discutir o relatório do LNEC que foi encomendado pela Câmara Municipal com o acordo e o apoio financeiro do Governo dos Açores, e estamos a discutir também um relatório de

monitorização pelo LNEC, entidade independente e idónea, que foi também garantido pelo Governo dos Açores no âmbito da Comissão Bilateral e da Comissão Técnica que acompanha este processo.

Portanto, quando se referem a falta de transparência, referem-se a quê?

Sinceramente, não percebo essas referências, mas aguardo que nas intervenções seguintes me possam esclarecer sobre esse assunto.

Depois quero fazer duas referências: uma ao CDS-PP, outra ao Bloco de Esquerda.

Relativamente ao CDS-PP, quero dizer ao Sr. Deputado Félix Rodrigues que não há qualquer tipo de mudança de opinião. Nós nunca escondemos que havia zonas afetadas, nunca escondemos que havia zonas contaminadas. Aliás, isso é claríssimo nas conclusões do primeiro relatório do LNEC.

O senhor tentou, daquela tribuna, jogar com os conceitos e com as referências a contaminações, a poluições.

Sr. Deputado, isso consta do relatório do LNEC.

Nós sempre dissemos que existem zonas afetadas que carecem de acompanhamento para que não constituam um problema para o aquífero suspenso e para o aquífero basal na Praia da Vitória. Sempre o referimos, sobretudo na zona da Porta de Armas, mais conhecido por Posto 1, e também no *South Tank Farm*.

Recentemente estivemos lá, estivemos a ver as intervenções, pudemos receber a informação por parte dos representantes dos norte-americanos que será adjudicado a curto prazo o processo de limpeza do *pipeline* que vem do Cabrito até à Base das Lajes.

Pudemos também abordá-los e questionar sobre o processo de remoção desse *pipeline*. A informação que tivemos é que essa matéria está a ser estudada, é mais complexa, carece de negociações com a população, porque o *pipeline* passa por zonas que já têm casas construídas, passa por zonas como o caso da Via Vitorino Nemésio, passa por zonas que estão a enorme profundidade.

Portanto, quando se trata de remoção entramos no domínio do direito privado e isso carece de negociação e de conversas com os privados e com os

proprietários dos terrenos pelo qual passa esse *pipeline*, desde o Cabrito até à Base das Lajes.

Portanto, foi isto que fizemos relativamente a esta matéria e não há qualquer tipo de alteração ou de subterfúgio. Sempre encarámos esta questão de frente, admitindo as zonas que estão afetadas como estava referido no relatório do LNEC, desenvolvendo diligências para que tudo fosse esclarecido.

Foi o Partido Socialista que chamou ao nosso Parlamento os secretários com competência na matéria, na altura o Sr. Deputado André Bradford, enquanto Secretário Regional da Presidência, o atual Presidente da Câmara de Angra, então Secretário do Ambiente, Álamo Meneses, com total transparência para que todos se pudessem pronunciar sobre esta matéria.

Foi também, como sabem, julgo que o Sr. Deputado Félix Rodrigues estava lá na altura, promovida uma sessão pública na Praia da Vitória, na Academia de Juventude, para toda a população sobre as conclusões de estudo. Ou seja, sempre com total transparência, dando espaço para que todos se pronunciassem, para que todos questionassem, para que todos pusessem em causa o que estava no estudo e para que todos apontassem alternativas.

Sempre foi essa a nossa postura!

Deputados André Bradford e Domingos Cunha (PS): Muito bem!

O Orador: Mas também não lhe posso deixar de dizer, Sr. Deputado Félix Rodrigues: os senhores têm que se entender.

V. Exa. disse há pouco daquela tribuna que deveríamos ter tido em conta a fiabilidade do estudo dos norte-americanos, dos poluidores, mas ao mesmo tempo dizia o Sr. Deputado Artur Lima em aparte que os norte-americanos e o Governo promoveram uma ação pública para branquear a situação.

Deputado André Bradford (PS): Exatamente!

O Orador: Srs. Deputados, têm que se organizar e têm que se entender. Mas afinal os norte-americanos querem branquear a situação, ou o estudo dos norte-americanos afinal era bom e era fiável?

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Aquilo que o Governo dos Açores e o Partido Socialista entenderam fazer, respeitando os norte-americanos enquanto nossos parceiros há longas décadas, foi não ter uma postura subserviente relativamente aos norte-americanos, não aceitar de olhos fechados aquilo que constava nesse estudo e preferiu contratar o LNEC para fazer um estudo aprofundado, por uma entidade competente e idónea sobre aquela matéria.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Foi isso que aconteceu.

Portanto, não percebo essas referências e essa desorganização aparente entre V. Exa. e o Sr. Deputado Artur Lima.

Últimas duas referências para responder e referir-me à Sra. Deputada Zuraída Soares.

De facto, citou-me em algumas declarações que dei à saída da Base das Lajes, junto ao Posto 1. Disse que eu teria dito que a Sra. Deputada era preguiçosa e deveria trabalhar mais. Eu não me recordo de ter dito...

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Deputado, não confunda.

O Orador: ... absolutamente nada disso.

Deputada Zuraída Soares (BE): O senhor sabe muito bem o que é que disse!

O Orador: Sei, sei!

Eu admito que possa ter-me expressado mal,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não se expressou mal. Disse uma inverdade!

O Orador: ... que possa ter-me referido erradamente.

Aquilo que eu disse foi que o primeiro relatório de todos do LNEC,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, não! Tem que ler!

O Orador: ... segundo pergunta do jornalista que me colocou a questão sobre as referências do relatório do LNEC,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não foi não!

O Orador: ... foi disponibilizado à CAPAT...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não! Tem que rever o que disse!

O Orador: ... em 2011 e todos os deputados tiveram acesso a esse relatório.

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem de rever a peça! Não foi isso que disse!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Engana-se muitas vezes!

O Orador: Confesso que não vi a peça, mas verei com todo o gosto.

Foi isso que eu disse, mas terei a oportunidade de confirmar isso.

Portanto, não disse nenhuma inverdade e até disse – aliás isso está gravado e julgo que é público – que as preocupações do Bloco de Esquerda nesta matéria são perfeitamente legítimas e nós também partilhamos com o Bloco de Esquerda as preocupações de perceber se aquelas zonas estão ou não afetadas e se o risco de contaminação aumentou ou não.

Toda a informação que temos é que não aumentou, mas isso carece da nossa contínua atenção...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não, não!

O Orador: ... e isso carece de uma permanente monitorização. Foi isso que o Partido Socialista sempre disse.

Também não posso deixar de lhe dizer, porque disse a determinada altura no seu tom eloquente, que aliás desempenha muito bem, que o Governo teria sonogado informação porque estaria obrigado a enviar o relatório que enviou ontem para todos os Deputados. Não estava, Sra. Deputada!

Este relatório é um relatório que é feito no âmbito da monitorização que é desenvolvida à volta deste assunto.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então e a Resolução, não quer dizer nada?

O Orador: Este relatório faz parte da monitorização daquele processo e é um relatório que foi apreciado pela Comissão Técnica para acompanhar este processo e o Governo, e bem, com uma atitude que nós registamos, entendeu, tendo em conta o agendamento deste debate, remeter esse relatório para o Parlamento.

O Governo aquilo que tem que fazer é garantir que está no relatório sobre o estado do ambiente uma referência ao processo da Base das Lajes...

Deputada Zuraida Soares (BE): E não está!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não está!

O Orador: ... e remeter esse relatório ao Parlamento...

Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Deputado, não está disponível para ninguém!

O Orador: ... e não o relatório do processo de monitorização deste processo de descontaminação que, como sabe, é um relatório, é um instrumento de trabalho que serve para acompanhar esta matéria no âmbito da sua Comissão Técnica.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Informação em gaveta não é informação disponível, Sr. Deputado!

O Orador: Portanto, é isto que está em causa, Sras. e Srs. Deputados.

Eu percebo, são legítimas, as vossas referências a esta matéria. É com certeza legítimo que, enfim, abordem este assunto...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está preocupado ou não?

O Orador: ... de forma muito eloquente, tendo em conta aquilo que está em causa, mas volto a dizer aquilo que disse há pouco:

É fundamental, tendo em conta que está em causa o consumo de água pela população do concelho da Praia da Vitória, duas coisas:...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Esconder a verdade!

O Orador: Em primeiro lugar, não embarcar, nem promover campanhas alarmistas...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para os senhores é tudo alarmista. A saúde é alarmista! É tudo alarmista para os senhores!

O Orador: ... que façam com que a população do concelho da Praia da Vitória não queira ou tenha receio ou medo de consumir a água do concelho da Praia da Vitória;

Segunda questão: continuarmos todos empenhados em acompanhar, monitorizar toda esta questão, ver de perto se o risco de contaminação aumenta ou não.

Todas as informações que temos neste momento são que esse risco não aumentou.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Íamos todos a seguir à “Missa do Galo”!

O Orador: Mas também é certo, tal como referi, tal como disse o Sr. Secretário daquela tribuna e bem, que é possível aumentarmos o nosso esforço, que os

norte-americanos aumentem o seu esforço e aumentem a sua intensidade de trabalho neste processo de descontaminação.

É isso que o Partido Socialista continuará a fazer neste debate e é isto que o Partido Socialista continuará a fazer no acompanhamento deste processo.

Também devo dizer, tendo em conta alguns apartes e algumas referências que foram feitas, que o Governo dos Açores, desde 2008, quando esta matéria surgiu, até hoje, tem tido, na nossa perspetiva, um comportamento absolutamente irrepreensível, garantindo não só total transparência sobre esta matéria, mas também garantindo aquilo que é absolutamente fundamental, a segurança de todos os praienses que consomem aquela água.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional Adjunta tem a palavra.

(*) Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve apenas porque entendo que, sobretudo na sequência daquele que foi o teor da intervenção da Sra. Deputada Zuraida Soares, convém ficar esclarecido e bem expresso que o Governo Regional disponibilizou o relatório às Sras. e aos Srs. Deputados não porque a isso estivesse obrigado no âmbito da Resolução, uma vez que se trata apenas de um instrumento de trabalho de acompanhamento e monitorização do trabalho que vem sendo desenvolvido, mas sim porque entendeu que este debate para ter lugar de forma informada e esclarecida por parte de todas as Sras. e Srs. Deputados, para a realização desse debate, deveria a câmara dispor desse mesmo relatório.

Lamento, Sra. Deputada, que o Governo tenha-lhe estragado os planos de chegar aqui e vir dizer que estávamos a discutir um relatório que ninguém sabia onde é que estava escondido.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ninguém sabia!

A Oradora: Percebo o mau estar que isso lhe causou.

Deputada Zuraída Soares (BE): Um mau estar imenso!... É uma falta de respeito!

A Oradora: De qualquer forma é bom que fique claro, Sra. Deputada, que aquilo que resulta da Resolução é que enquanto decorrem os trabalhos, o Governo está obrigado a informar em sede do Conselho Regional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável,...

Deputada Zuraída Soares (BE): O que não fez!

A Oradora: ... e as atas atestam que isso foi feito,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Não fez. Não está na ata da reunião!

A Oradora: A senhora esteve na reunião, Sra. Deputada?

Deputada Zuraída Soares (BE): Não!

A Oradora: Ah! Bem me parecia.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas como Deputada desta Casa devia ter acesso ao documento!

Deputado Berto Messias (PS): Tivesse-os procurado, Sra. Deputada!

Deputada Zuraída Soares (BE): Eles estão lá? Não estão!

A Oradora: ... através do relatório do estado do ambiente e das audições de Membros do Governo em sede das comissões especializadas permanentes.

O que a senhora confundiu foi com o n.º 3 da Resolução, que diz que “quando terminarem os trabalhos e for realizada a avaliação técnica, os resultados da avaliação técnica do estado ambiental devem ser apresentados à Assembleia assim que concluída essa avaliação”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Conheço a Resolução!

A Oradora: Permita-me, Sra. Deputada, que lhe diga que está um pouquinho apressada. Ainda não chegámos a esse momento.

Muito obrigada.

Deputada Zuraída Soares (BE): Infelizmente. Já lá devíamos estar.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Vamos fazer um breve intervalo. Regressamos ao meio dia e um quarto.

Eram 11 horas e 56 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 20 minutos.

A Sra. Deputada Zuraida Soares pediu a palavra para uma interpelação. Tem três minutos, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na medida em que não tenho mais tempo regimental, gostaria de solicitar à Mesa o favor da Sra. Secretária Regional da Presidência esclarecer exatamente a última parte da sua intervenção.

Se bem entendi, na interpretação que a Sra. Secretária Regional faz da Resolução aprovada nesta Casa em maio de 2011, só daqui a 15 anos ou mais é que os Deputados e Deputadas desta Casa vão ter acesso ao relatório final.

Eu não sei se entendi bem. Não quero ser injusta no entendimento e na interpretação.

Por isso solicitava que a Sra. Secretária Regional esclarecesse este entendimento da parte do Bloco de Esquerda, das suas declarações finais.

Daqui a 15 anos ou mais é que esta Casa sabe o que é que se está a passar.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada pela sua interpelação.

Não sei se a Sra. Secretária Regional quer esclarecer. Será fora do tempo da bancada do Governo, naturalmente.

Tem a palavra Sra. Secretária.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada percebeu perfeitamente aquilo que eu quis dizer. Obviamente que no prazo que medeia a Assembleia não fica sem informação.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah!

A Oradora: Não fica, porque existem os mecanismos previstos no n.º 1...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que nunca foram previstos!

A Oradora: ... e sempre que se justifique, como foi agora que o Governo Regional entendeu que o deveria fazer,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Justifica-se quando o Governo entender!

A Oradora: ... facultará informação.

Tem também esta Assembleia disponível o mecanismo de audição, do qual pode lançar mão quando entender, sendo que o deve fazer anualmente.

Outra coisa, e a minha intervenção foi nesse sentido e eu sei que a senhora percebeu, mas não resistiu: no final acresce ainda um relatório de avaliação final...

Deputada Zuraida Soares (BE): Daqui a 15 anos!

A Oradora: ... que deverá ser trazido aqui, mas no entretanto (e é importante que isto fique esclarecido, porque as tentativas de desinformação são tão lesivas para a população quanto a desinformação em si mesma) existem mecanismos de informação à Assembleia,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Que não são cumpridos!

A Oradora: ... que constam da Resolução, que são cumpridos,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Não são não!

A Oradora: ... acrescento um importantíssimo, que é a audição dos Membros do Governo do qual a Assembleia deverá lançar mão anualmente.

Portanto, penso que fica claro para todas as açorianas e todos os açorianos, e em especial para a população da Praia da Vitória, que a informação é disponibilizada no devido tempo, é disponibilizada ao longo do processo, acrescento uma avaliação final, sendo esse também um dado importante a ter em conta.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária pelo seu esclarecimento.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Deputado Berto Messias faz uma intervenção que não é facilmente compreensível, porque desde o início que foca a tónica na ausência de risco no consumo de água na Praia da Vitória.

Deputado Berto Messias (PS): Não disse isso!

O Orador: Desde o início desse processo...

Deputado Berto Messias (PS): Eu não disse que não havia risco!

O Orador: Eu estou a falar desde o início deste processo.

O senhor diz aqui e agora que o risco vem a diminuir. Eu pedia-lhe que o provasse.

Vamos tentar esclarecer aqui alguns conceitos.

Primeiro: há ou não poluição por hidrocarbonetos na Praia da Vitória?

Suponho que todos concordamos que há poluição.

Ora, poluição é toda a causa capaz de pôr em risco a saúde pública. Logo, havendo poluição, há risco de saúde pública. Não podemos descartar essa informação.

Segundo: por que razão os dados de informação da poluição das águas ou de parâmetros anormais em águas de consumo, é alarmismo, quando a lei diz que devem ser dadas periodicamente informações ao consumidor da qualidade da água de consumo, indicando-se os parâmetros que se encontram anormais?

Por outro lado, e respondendo um pouco àquilo que a Deputada Zuraida referiu, não se admite apenas a possibilidade de contaminação do aquífero basal. O aquífero basal está contaminado (ponto final!).

Os aquíferos suspensos (dois!) estão contaminados (ponto!).

Deputado Berto Messias (PS): Isso está no relatório!

O Orador: Além de contaminados têm um grau de poluição elevado. Este grau de poluição é tão elevado que basta ver a qualificação do INAC para essas águas para percebermos que o que está aqui a vermelho é poluído, extremamente poluído.

Meus senhores, relativamente à contaminação/poluição estamos entendidos.

Portanto, se há poluição há risco,...

Deputado Berto Messias (PS): Ninguém disse o contrário!

O Orador: ... porque há um perigo e este perigo é o risco de saúde pública, é risco de contaminação das águas e isto não é alarmismo.

Deputado Berto Messias (PS): Nunca ninguém disse que não há risco!

O Orador: É uma questão de lidarmos com seriedade com estas questões.

O risco não tem estado a diminuir. Olhe para as análises, veja o que acontece. Durante um período houve a diminuição, de facto, da espessura de hidrocarbonetos nos aquíferos suspensos, mas o que acontece é que há outro perigo que não está a ser tratado, que é o da acumulação no aquífero suspenso e no aquífero basal de hidrocarbonetos pesados que não fazem parte desse processo de descontaminação e isto preocupa-nos...

Deputado Berto Messias (PS): Não precisa repetir, porque isso está no relatório!

O Orador: ... porque é um risco de saúde pública.

Deputado Berto Messias (PS): Nós sabemos disso! Ninguém está a pôr isso em causa!

O Orador: O LNEC vem dizer que, para sabermos o que se passa, é preciso proceder a um novo plano de descontaminação e é preciso diminuir o limite de deteção das técnicas analíticas, porque elas são demasiado elevadas e, como tal, não se detetam algumas substâncias que são extremamente prejudiciais à saúde, como por exemplo, o Cobre, o Crómio, que se tiver a sua forma hexavalente é extremamente perigoso.

Portanto, nós precisamos saber o que é que se passa. É exatamente sabendo o que é que se passa que se pode dar contributos. Convém esclarecer! E estes relatórios não podem ficar fechados na gaveta e não é alarmismo nenhum falar-se publicamente disso, porque a lei diz que devemos dar informação ao consumidor,...

Deputado Berto Messias (PS): Com certeza!

O Orador: ... devemos dar a qualidade da água que cada consumidor consome na sua própria casa.

Deputado Berto Messias (PS): As análises da Praia Ambiente são públicas. Estão no *site* da Praia Ambiente!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas não é suficiente!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estas questões ambientais são questões que, como bem sabem, começaram a ser discutidas junto da opinião pública, com maior intensidade, a partir da década de 60.

A população começou a perceber que a primeira reação das entidades oficiais, em diversos países ocidentais, naquele período, foi libertar informação de forma muito descontínua e inclusivamente enganando as populações.

Passadas todas estas décadas olhamos para um documento, como o documento que foi elaborado pelo Partido Socialista Açores, com este título: “Deputados Socialistas querem mais esforço e intensidade na zona de descontaminação das zonas afetadas na Base das Lajes”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Então o que é que isso quer dizer? Está a contradizer-se!

O Orador: Depois vemos as declarações do Sr. Deputado Berto Messias.

Para quem está há tantos anos na política, e os portugueses também ao longo destes anos todos já aprenderam a decifrar o “politiquez”, percebe perfeitamente que este texto é um texto em que há um conjunto de paradoxos que indicia claramente que o Sr. Deputado Berto Messias não está a dizer a verdade e fundamentalmente indicia também que o Sr. Deputado Berto Messias, em relação a esta questão, está a tentar passar uma mensagem para a população que não é correta, ou pelo menos não é exata.

Diz ele o seguinte:

«Segundo Berto Messias “parece-nos evidente que, apesar das evoluções e dos trabalhos que têm sido desenvolvidos, é possível aumentar o esforço e a intensidade deste processo de descontaminação na redução da matéria contaminadora mas também amenizando os riscos de contaminação dos aquíferos que fornecem água ao Concelho da Praia da Vitória”.»

Depois diz que não há motivos para alarme.

Atenção!... Não há motivos para alarme.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Mas tem que aumentar a intensidade!

O Orador: «Nós queremos é que aumente a intensidade».

Mas se não há motivos para alarme, por que é que o Sr. Deputado defende o aumento da intensidade?!

É um paradoxo! É o tal “politiquez” que assusta as populações.

As populações leem um texto destes e começam a dizer: bom, há aqui qualquer coisa que não está muito bem explicada.

Eu devo dizer o seguinte:

Em relação à tabela (à vossa tabela)...

Deputado André Bradford (PS): Usa a tabela dos outros. Que impreparação!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Inscreva-se!

O Orador: Exatamente. Estas tabelas são as tabelas oficiais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Científicas!

O Orador: Científicas! Não são políticas!

... olho para estas tabelas e vejo que existe Cobre, Crómio e a presença deste tipo de materiais.

Deputado André Bradford (PS): Não sabe o que está a dizer!

O Orador: Olho para o que alguns países fazem e quais os níveis que alguns países observam em relação à presença destes elementos, como por exemplo o Canadá, e verifico que temos análises 100 vezes superiores, da presença de determinados elementos, às que o Canadá permite.

Deputado André Bradford (PS): Oh senhor não se meta por aí! Deixe isso para os especialistas!

O Orador: Acho isto de uma enorme gravidade e de uma enorme preocupação. Ou seja, se o Canadá, na sua legislação,...

Deputado André Bradford (PS): E no Botswana? Qual é a contaminação no Botswana!

O Orador: ... não permite a presença em quantidades apreciáveis, numa quantidade de determinados elementos, que nós aqui permitimos e em que

temos valores 100 vezes superiores, bom, há aqui uma questão preocupante em relação a questões de saúde pública.

Depois, também o que vejo dentro dos relatórios e tem vindo a ser dito por parte dos especialistas, é que esta contaminação é uma contaminação silenciosa, cujos efeitos só poderão ser devidamente analisados a médio e a longo prazo.

Eu acho, dentro de todos os elementos que têm vindo a ser disponibilizados, que falta aqui também estudos no sentido de verificar que impacto é que esta contaminação teve ao longo de todas estas décadas na população da Ilha Terceira. Isto é possível fazer.

Eu penso que era a prova e é o elemento que deixaria, isso sim, a população da Ilha Terceira descansada, se viesse a ser feito este trabalho junto da população. Tentar verificar se ao longo destas décadas a incidência de determinadas doenças, de determinadas patologias, é superior à média de outras ilhas e regiões do nosso país, no sentido de tentar perceber qual é o impacto na saúde pública das populações, pelo facto de terem estado submetidas durante décadas a esta contaminação.

Penso que este estudo é importantíssimo e aí é que nós ficaríamos também com a perceção se ao longo destas décadas a população foi afetada.

Devo dizer para concluir esta intervenção que é óbvio que o Governo e o Partido Socialista têm grandes responsabilidades nesta matéria, porque a sua grande prioridade foi tentar relativizar, foi tentar diminuir o impacto da contaminação, quando a sua grande prioridade deveria ter sido tomar as medidas necessárias para auxiliar as populações, tentar perceber que impacto é que esta contaminação silenciosa teve ao longo de décadas nas populações. Essa é que deveria ter sido a prioridade do Partido Socialista e do Governo Regional. Mas não foi!

A vossa prioridade foi tentar amenizar, foi tentar retirar,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Branquear!

O Orador: ... branquear, as responsabilidades políticas que tiveram ao longo deste processo.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado André Bradford tem a palavra.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bem-vindo ao debate!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Até que enfim!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai desmentir o Sr. Deputado Berto Messias!

Deputado André Bradford (PS): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os senhores sabem, e com certeza vão fazer-me a justiça de reconhecer, que eu não sou pessoa de fugir a debates.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é verdade!

O Orador: Mas também não sou pessoa de ir a debate só porque os senhores pedem, para falar de mim ou do meu passado.

Portanto, o objetivo desta minha intervenção não é falar de mim, nem do meu passado. O objetivo é tentar ajudar...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Vai se penitenciar, vai pedir desculpa!

O Orador: ... a corrigir algumas afirmações que aqui foram feitas, procurar de alguma forma trazer contributos para elucidar algumas mistificações que aqui foram feitas e procurar também responder a algumas acusações mal fundamentadas e histórias mal contadas que já tivemos aqui neste debate.

Uma das histórias muito mal contada é a história que dá início a este processo, o tal estudo da empresa alemã feito por encomenda dos americanos.

Em primeiro lugar é estranhíssimo, e o líder parlamentar do PS já fez referência a esse assunto, que os senhores preferiram o estudo do poluidor ao estudo daquele que defende a vítima, que neste caso é o povo açoriano e, no caso mais concreto, os terceirenses e os habitantes da Praia da Vitória.

Deputado Manuel Pereira (PS): Por que será?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ninguém disse isso!

O Orador: Isso é estranhíssimo!

Mas deixando de lado esse aspeto, vamos então à questão central.

Esse estudo é de 2005, certo?... Certo!

Esse estudo foi feito por uma empresa alemã que subcontratou técnicos especialistas da Ilha Terceira que participaram nesse estudo.

As revelações bombásticas dos resultados desse estudo são de 2008.

Pergunto: estando em risco a saúde pública, como os senhores afirmam, havendo um grave risco de poluição das terras e das águas no concelho da Praia da Vitória,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor escondeu. O senhor é altamente responsável!

O Orador: ... há técnicos que participam nesse estudo que são da Terceira, que são da Universidade dos Açores, que têm três anos de conhecimento dessa matéria e não dizem nada?! Não fazem nada?! Não chamam a atenção do Governo Regional que existe um estudo que demonstra o perigo eminente da água que se bebe na Praia da Vitória?!

Meus senhores, o problema é do Governo Regional que não sabia da existência do estudo ou é dos técnicos que participaram no estudo e que souberam durante três anos e não disseram nada a ninguém?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem são?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Agora vai culpar os técnicos!

O Orador: A primeira parte da história está mal contada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quais eram os técnicos?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já que está a apontar os técnicos diga lá quais são!

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Diga os nomes!

Deputado Francisco Coelho (PS): A curiosidade é do Deputado Artur Lima!

O Orador: Muito obrigado.

Depois, os senhores querem fazer crer – e usando a metáfora da história do Capuchinho Vermelho – que o lobo mau é o Governo Regional.

Os americanos, poluidores durante 60 anos (isto é um passivo ambiental de 60 anos, mais de 60 anos!), são bons. Fizeram um ótimo estudo. Devíamos ter ficado com o estudo deles.

Os defensores, por incumbência, por dever, por obrigação, do povo açoriano são os maus. É o Governo Regional que foi fazer um outro estudo,...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... quando já tinha aquele tão bom feito pelo poluidor. Para que é que foi gastar tanto dinheiro dos açorianos para fazer outro estudo?

Nós, pura e simplesmente, achamos, desde a primeira hora, que se aquele estudo reconhecia a existência de alguma poluição, provavelmente estava ao mesmo tempo a tentar tapar a existência de alguma outra poluição.

Portanto, quisemos levar as coisas mais longe.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: Fomos a uma entidade capacitada, reconhecida.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Falso!

O Orador: E é curioso que aqui neste debate toda a gente fala mal do Governo Regional, mas ninguém põe felizmente em causa a credibilidade técnica do LNEC, a não ser quando se fala das conclusões, dando a entender que os senhores são muito bons técnicos mas não sabem escrever conclusões.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É mais a credibilidade do Governo Regional!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que o senhor pediu ao LNEC?

O Orador: Isto para dizer que fomos fazer um estudo numa entidade externa, independente, credibilizada, reconhecida, precisamente para termos uma “radiografia” mais real, mais abrangente, mais, do nosso ponto de vista, séria e sincera, daquilo que se estaria de facto a passar na Base das Lajes.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não foi a leitura que os senhores fizeram desse trabalho!

O Orador: Depois, os senhores querem fazer crer que nós, tomando conhecimento dos resultados do LNEC, procurámos, na nossa ação subsequente, esconder a existência de poluição.

Oh senhores, isso é mentira! Os senhores sabem que nós não escondemos. Fizemos uma sessão de apresentação com o responsável do estudo, na Praia da

Vitória, explicando a toda a gente que lá estava, a toda a gente que quis participar, as razões de ser do estudo e aquilo que foi feito.

Foram feitas 11.600 análises da água.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Deviam ter sido feitas mais!

O Orador: Onze mil e seiscentas análises da água!

Não foi um senhor que chegou lá, abriu um buraco no chão e meteu uma pipeta.

Foram 11.600 análises da água, feitas por técnicos capacitados, por técnicos habilitados e reconhecidos.

As conclusões que ali estavam apontavam, de facto, para duas zonas poluídas e para o risco de contaminação do aquífero basal e outros riscos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não sabe o que está a dizer!

O Orador: O que tentámos fazer a seguir,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Tentaram branquear a situação!

O Orador: ... ou fizemos a seguir,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): O senhor está a contradizer o seu camarada!

O Orador: ... foi dizer aos poluidores “está aqui documentado aquilo que os senhores fizeram em termos de passivo ambiental nestes últimos tempos; os senhores têm a obrigação de resolver esse assunto”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor é que negociou com eles!

O Orador: A partir daí entrou-se num processo negocial, com um calendário que eventualmente (e eu admito!) não é o que nós precisávamos, mas é o calendário que se pode negociar com os americanos.

Portanto, quem tem a obrigação, quem teve responsabilidades de representação da Região,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi o senhor! O senhor negociou!

O Orador: ... de negociação com os americanos, sabe como é que estes processos se fazem.

Quem está sentado a ver, provavelmente acha que faria muito melhor. É legítimo.

Quem está sentado a ver e não tem responsabilidades, quem está a ver e não tem que dar explicações diretas aos praienses, nem tem que se justificar

no seu comportamento político, naturalmente faria muito melhor, muito mais rápido.

Acabaria com o Radão, com todos os poluentes. Fazia isso tudo rapidíssimamente e os americanos ainda participavam alegremente.

Mas quem está na sala sentado, quem tem responsabilidades e tem que as resolver, encontrou mais dificuldades.

Depois também há a questão da incapacidade. Provavelmente a minha capacidade não permitiu mais do que isso.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Certamente, Sr. Deputado!

O Orador: Mas o que é que temos hoje?

Temos parte da operação de despoluição concluída.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual?

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não houve descontaminação coisíssima nenhuma!

O Orador: Temos parte! Uma parte muito reduzida, mas temos!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Qual? Identifique!

O Orador: Temos trabalhos em curso, temos trabalhos programados, temos testes feitos, temos um avanço significativo nesta matéria. Isso é importante. Era bom que aqui fosse pelo menos dito uma vez que fosse, para as pessoas perceberem, que se avançou neste processo...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O que é que se avançou? O que está concluído? A conclusão qual foi?

O Orador: ... de forma significativa.

Para resumir, para isto não ser muito comprido.

Há mais uma questão que me parece importante, que é a questão do alarmismo.

O alarme não está na dúvida. Os senhores têm dúvidas sobre o processo, sobre aquilo que está por detrás. Isso não é em si mesmo alarmista.

O alarmismo está na certeza com que os senhores têm essa dúvida. É que os senhores têm uma dúvida militante. Os senhores têm sempre dúvidas sobre tudo o que se diz.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E tínhamos razão!

O Orador: Isso é alarmista, porque não corresponde à verdade e porque põe de sobreaviso uma população que tem de um lado as autoridades e os laboratórios a dizer “a água que os senhores bebem é boa” e do outro lado um conjunto de políticos interessados em pôr o Governo abaixo, a dizer “a água que os senhores bebem provoca cancro”.

Isso é que é o alarmismo, isso é que é intolerável, porque estar na oposição não é ser irresponsável.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi irresponsabilidade da sua parte!

O Orador: Quem não está a governar não perdeu as obrigações que tem para com os açorianos.

Quem não está a governar tem a obrigação de ser responsável na defesa dos interesses dos açorianos que votaram neles,...

Deputadas Benilde Oliveira e Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: ... mesmo que tenham sido 72 ou tenham sido 45 mil.

Os senhores têm a obrigação de ser responsáveis.

Portanto, essa é que é a razão pela qual nós continuaremos a dizer que são alarmistas.

Mais grave é quando têm capacidade técnica, habilitação académica para não ser.

Muito obrigado.

Deputadas Catarina Moniz Furtado e Renata Correia Botelho (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A questão da contaminação dos solos e dos aquíferos no concelho da Praia da Vitória, na Ilha Terceira, e estou a dizer contaminação porque até determinada altura houve na Região quem tentasse esconder, ou pelo menos omitir, que havia contaminação dos solos.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem? Diga!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga quem foi, Sr. Deputado!

O Orador: Mas que nervosismo é esse, Srs. Deputados?

Quem é que estava no poder?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem, Sr. Deputado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Diga, Sr. Deputado!

O Orador: Afinal de contas eu estou a falar com Deputados e pessoas inteligentes? É preciso dizer tudo, ou...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! Não é preciso dizer tudo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É preciso ter coragem para dizer tudo!

O Orador: Isso é coisa que não me falta, Sr. Deputado.

Eu disse contaminação, porque durante muito tempo, na Região Autónoma dos Açores, houve quem não o quisesse reconhecer. Omitia! E é evidente, já que necessitam dessa explicação, que quem o fez foi o Governo, a bancada do Partido Socialista...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e quem nos representava na Comissão Bilateral.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Apoiado!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): E é quem?

O Orador: Mais. Como quero ser justo e rigoroso, quero aqui reconhecer que foi o contaminador, isto é, os Estados Unidos, que tomaram a iniciativa de reconhecer que havia contaminação nos solos e nos aquíferos e se disponibilizaram...

Deputado André Bradford (PS): Isso não é verdade!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É verdade!

(Risos do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Sr. Deputado André Bradford, o senhor não me faça dizer mais sobre isto.

Deputados João Bruto da Costa e Luís Rendeiro (PSD): Diga, diga, Sr. Deputado!

Deputado André Bradford (PS): Diga, diga, que eu estou aqui para esclarecer!

O Orador: Foram os Estados Unidos que reconheceram que os solos estavam contaminados, que promoveram o estudo e que se disponibilizaram para colaborar na descontaminação dos solos.

O Governo Regional e a bancada do Partido Socialista foram a reboque.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Bradford e Álamo Meneses! O senhor demorou a falar!

O Orador: A história é longa e não a vou contar, mas entretanto a bancada do Partido Socialista bloqueou algumas iniciativas da oposição...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ainda bem que diz isso! O Sr. Deputado Bradford está esquecido!

O Orador: ... para a criação de, por exemplo, uma Comissão de Acompanhamento no seio deste Parlamento.

Deputados Paulo Estêvão (PPM) e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas ainda quero dizer mais.

Esta posição da Região e do Estado Português relativamente à presença das Forças Armadas dos Estados Unidos e à questão da contaminação dos solos, mas não só, teve sempre uma posição subserviente.

Aliás, quando se fez a revisão do acordo, e na altura a Região estava representada pelo Deputado André Bradford,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... devia-se ter garantido uma quota mínima de trabalhadores na Base e, pura e simplesmente, o Representante da Região abdicou disso.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! É lamentável!

Deputado Berto Messias (PS): Sra. Presidente, o que é que isto tem a ver com o que estamos a discutir?

O Orador: Isto é, a Região e o Estado têm mantido sempre uma posição subserviente.

É justo reconhecer que relativamente à questão da defesa dos trabalhadores e da questão da Base das Lajes, o Sr. Presidente do Governo Regional tem tido um papel importante. E aqui eu reconheço-o, Sr. Presidente. Mas a verdade é esta, há aqui um histórico em que a Região e o Estado estiveram de cócoras sempre relativamente a esta questão.

Isto tem que ser dito e as responsabilidades têm que ser apuradas. As responsabilidades políticas têm que ser apuradas!

Ninguém tem dúvidas de que os solos e os aquíferos estão contaminados,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele acabou de dizer que não estavam!

O Orador: ... e isto não tem nada a ver com alarmismos. Longe da intenção e do objetivo da Representação Parlamentar do PCP estar aqui a fazer um discurso alarmista, porque não é a forma como nós fazemos e intervimos politicamente. Nada disso!

Agora é um facto que há necessidade de afinar a monitorização, porque os indicadores precisam de ser mais finos de modo a que a presença de alguns contaminantes seja efetivamente detetada, porque sabemos que alguns daqueles contaminantes, a prazo, são prejudiciais efetivamente para a saúde.

Portanto, não vamos escamotear isto.

Vamos é trabalhar em conjunto para resolver o problema.

Agora, há de facto este histórico do Partido Socialista ter bloqueado e ter andado sempre a reboque, até do próprio contaminador. Isso é inegável.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Voltarei daqui a pouco.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Apoiado!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputados Berto Messias (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começo por dizer que os senhores têm mesmo que se entender.

Há pouco o Sr. Deputado Félix Rodrigues dizia que devíamos ter ficado apenas pelo estudo do contaminador.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ninguém disse isso!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima insurgia-se a dizer: não, não. O contaminador...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É falso!

O Orador: ... foi com o Governo dos Açores branquear a realidade.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso! O senhor fez a escola primária!

O Orador: Agora diz o Sr. Deputado do PCP que vamos a reboque do contaminador, quando mandámos fazer o estudo precisamente para aferir da fiabilidade do estudo do contaminador.

Deputados Aníbal Pires (PCP): Então não foi a reboque? Foi a reboque, Sr. Deputado!

O Orador: Os senhores têm que se entender.

Deputados Aníbal Pires (PCP): Foi a reboque da iniciativa tomada pelos Estados Unidos!

O Orador: Tenho algumas referências a fazer tendo em conta as intervenções que foram feitas e que se referiram a mim, às minhas intervenções e às posições públicas que tomei em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Em primeiro lugar, relativamente ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, as minhas afirmações à saída da Base das Lajes são absolutamente claras. Eu reitero tudo aquilo que referi e que o Sr. Deputado citou no *take* jornalístico que referiu.

Há trabalho que está a ser desenvolvido, mas é possível obviamente aumentar a intensidade desse esforço, desde logo no maior envolvimento do Governo da República nesta matéria,...

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: ... desde logo no maior empenho do Governo da República em acompanhar este assunto de perto e contribuir para que ele se desenvolva da melhor forma.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, as minhas afirmações são absolutamente claras no *take* que o senhor referiu.

Quanto ao CDS e às questões do alarmismo.

O Sr. Deputado André Bradford referiu de forma muito pertinente e correta a postura de alarmismo que o CDS tem tido ao longo deste assunto.

Eu aproveito para complementar aquilo que disse o Sr. Deputado André Bradford, citando uma notícia do Diário de Notícias do dia 16 de fevereiro de 2011, em que dizia que “o CDS aconselha pessoas a beber água engarrafada”.

Bom, se isto não é alarmismo e se isto não é uma postura absolutamente irresponsável nesta matéria, eu pergunto então o que é que é ter uma postura alarmista e irresponsável de uma matéria desta seriedade?

Esta notícia cita o então Vice-Presidente do CDS-PP Açores, nos Açores, o atual Deputado Félix Rodrigues.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ainda é!

O Orador: Isto é, de facto, uma postura alarmista e irresponsável num assunto desta natureza. E isso, Sr. Deputado Félix Rodrigues, é absolutamente inquestionável, até porque temos várias referências, temos dados concretos de análises que são feitas, fidedignas, todo o trabalho de análise que tem sido desenvolvido pela Praia Ambiente, pela ERSARAA e pelo LNEC nesta questão, e o senhor sabe isso melhor do que eu.

Também não posso deixar de referir aquilo que consta – também para quem nos ouça, para que os praienses que nos ouvem, tenham noção disso – numa passagem das “sínteses e conclusões” do último relatório de monitorização do LNEC, no que se refere à análise do programa de controlo da qualidade da água para consumo humano, apresentado pela entidade gestora, proposta de eventuais alterações e análises dos seus resultados.

A “sínteses e conclusões” diz o seguinte” – refiro-me ao relatório de monitorização que foi feito recentemente:

“Os resultados das análises de monitorização da qualidade da água evidenciaram que todos os parâmetros determinados se encontram em conformidade com Normas de Qualidade, em todos os furos, com exceção do parâmetro Ferro (Furo das Covas), Cloreto (Furo do Juncal e do Barreiro) e do Vanádio. Estes elementos são de origem natural...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Que os senhores negaram!

O Orador: ... ou devem-se a processos de subexploração do aquífero de base, mas nenhum deles constitui o risco para a saúde pública.” Estou a citar o relatório do LNEC, entidade independente e idónea nestas matérias.

“Foi detetada...” para que não me acusem de estar a truncar parte das conclusões...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, acuso, acuso!

O Orador: “...a presença de tetracloroetileno em quatro dos cinco furos em concentrações iguais ou pouco superiores ao limite de deteção, mas abaixo do Limiar de Qualidade definido em INAG (2009).

Recomendações: sugere-se que a análise química do PCE passe a ter monitorização trimestral e que inicialmente seja feito o envio das amostras para dois laboratórios para confirmação dos resultados”.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: Isto é público.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Foi enviado por este Governo ao Parlamento e a todos os Grupos Parlamentares.

É público, está tornado público, pode ser visto e apreciado por todos os cidadãos da Praia da Vitória e por todos os cidadãos dos Açores.

Apesar das tentativas das Sras. e dos Srs. Deputados, insisto:

A transparência tem sido uma postura do Governo e do PS...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me parece!

O Orador: ... nesta matéria e vai continuar a ser.

Vamos continuar a acompanhar de perto esta questão para garantir que são cumpridos todos os trâmites que garantem a segurança da população da Praia da Vitória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor faltou à verdade!

O Orador: Também devo dizer, primeiro, que a Praia Ambiente desenvolve análises periódicas à água da Praia da Vitória, mas não faz apenas aquelas que decorrem da lei.

Faz mais análises do que aquelas que são obrigatórias por lei para garantir,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): A suspeita de contaminação!

O Orador: ... tendo em conta esta questão, tendo em conta todas as matérias que estão à volta deste assunto e as suspeitas de contaminação e das zonas afetadas, que a água da Praia está boa para consumo humano.

Também é público que a água da Ilha Terceira é, neste momento, a melhor água dos Açores no âmbito do conceito de água segura para consumo humano. Esses dados são públicos, estão ao alcance de todos os cidadãos e podem ser consultados pelas Sras. e Srs. Deputados.

Para terminar, não posso também deixar de dizer o seguinte:

Eu percebo que esta matéria possa ser apetecível para os partidos da oposição (enfim...) gerar alguma polémica, gerar algum alarme e tentar com isso fazer moossa ao Governo e ao Partido Socialista.

O Sr. Deputado Aníbal Pires, no âmbito da sua intervenção, diz que o Partido Socialista bloqueou a criação de uma comissão parlamentar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Bloqueou, bloqueou!

O Orador: ... de acompanhamento desta matéria.

O Partido Socialista não aprovou a Resolução que propunha isso, porque em alternativa aprovou que esse acompanhamento deve ser feito pela Comissão Parlamentar de Ambiente e Trabalho deste Parlamento.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Nós não bloqueámos nada.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Bloqueou, bloqueou!

O Orador: Nós propusemos uma alternativa para que a CAPAT (este Parlamento) acompanhasse de perto, da mesma forma que propusemos também que o Conselho Regional de Desenvolvimento Sustentável tenha no seu relatório periodicamente um capítulo referente à situação de descontaminação nos aquíferos das zonas circundantes da Base das Lajes.

Portanto, nós não estamos a brincar com uma questão que é muito séria e que não se coaduna com politiquices,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já vamos falar de politiquices!

O Orador: ... não se coaduna com aproveitamentos político-partidários, porque em causa está a segurança da população do concelho da Praia da Vitória, das famílias, das crianças, dos idosos, que naturalmente quando abrem a torneira querem obviamente ter acesso a uma água...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Então por que é que o senhor foi pedir a aceleração do processo de descontaminação, Sr. Deputado? Explique lá!

O Orador: ... que lhes garanta segurança.

Permitam-me que termine com esta referência:...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados...

O Orador: Eu sou um exemplo vivo da qualidade da água do concelho da Praia da Vitória, porque toda a minha vida, desde que nasci há 32 anos, consumo água...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é grande exemplo!

O Orador: ... da torneira da Praia da Vitória, porque está boa para consumo. Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, o Sr. Secretário da Mesa vai anunciar os tempos restantes para a tarde. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: Governo Regional – 10 minutos e 30 segundos;

O Partido Socialista já não tem tempo;

PSD – 16 minutos;

CDS/PP – 7 minutos e 30 segundos;

PCP – 3 minutos e 45 segundos;

PPM – 3 minutos e 30 segundos.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É para me inscrever.

Presidente: Fica para a tarde. Um bom almoço a todos. Regressamos às 15:00H.

Eram 13 horas.

Presidente: Muito boa tarde a todos. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 07 minutos.

Estava inscrito o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Ambiente (Luís Viveiros):** Sra.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Intervenho nesta fase do debate não só para esclarecer um conjunto de questões que foram aqui levantadas e que naturalmente têm a ver com a ação do Governo relativamente a esta matéria, mas também para reforçar, em primeiro lugar, o empenho que o Governo coloca na busca das soluções corretas e na procura de uma resolução definitiva para esta problemática.

Reportando-me em primeiro lugar àquilo que referiu a Sra. Deputada Judite Parreira, e que tem basicamente a ver com as relações com a Câmara Municipal da Praia da Vitória nesta matéria, permita-me referir que temos tido ao longo do tempo todos os contatos regulares que são necessários e que são exigíveis

relativamente à natureza do problema que envolve, obviamente e em primeira instância, a Câmara Municipal da Praia da Vitória.

A título de exemplo posso referir que no decurso deste ano já várias reuniões foram efetuadas.

Permita-me relevar que uma das últimas, que já foi em março do corrente ano, esteve presente o Sr. Presidente da Câmara e alguns dos seus vereadores, representantes do Governo Regional, representantes da ERSARAA e também os técnicos do LNEC que conduziram este trabalho, tendo sido à Câmara Municipal da Praia da Vitória prestados todos os esclarecimentos relativos a esta matéria.

Em setembro deste ano foi também remetido à Câmara Municipal da Praia da Vitória, enquanto parceira desta problemática, o relatório do LNEC.

Portanto, a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem todo o conhecimento daquilo que se passa, daquilo que são os resultados que se atingiram até a este momento, daquilo que são as recomendações e daquilo que é a atuação de todas as partes relativamente a este problema.

Referiu também que não tínhamos respondido a um requerimento da Câmara Municipal, a um pedido de esclarecimento que recebemos, de facto, no início deste ano e após a discussão do Plano e do Orçamento. Conforme referiu, tomei e transmiti a esta câmara quais eram as posições e a forma de encarar o problema por parte do Governo.

Devo referir, ainda antes de registar a resposta a este requerimento ou a este pedido de esclarecimento, que já no ano anterior, em 2013, também fomos confrontados pela Câmara Municipal da Praia da Vitória com um pedido de esclarecimento em abril e respondemos em maio de 2013.

Este a que a Sra. Deputada Judite Parreira se refere foi respondido no dia 4 de março de 2014.

Portanto, a Câmara Municipal da Praia da Vitória tem certamente esse registo. Agradeço que naturalmente possa depois referir.

Deputada Zuraida Soares (BE): Então a Câmara Municipal da Praia da Vitória mentiu! Que fique registado aqui que mentiu!

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ou mentiu um, ou mentiram os dois! Alguém mentiu!

O Orador: Mas eu posso depois documentar e facultar...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é gravíssimo! Alguém mentiu!

O Orador: ... o *email* de resposta.

Sei que pediram para respondermos até ao dia 28 de fevereiro de 2014, data em que reuniu a Assembleia Municipal da Praia da Vitória, mas não foi possível. Houve aqui um ligeiro atraso de cerca de três dias e a resposta foi enviada por *email* nessa data.

No dia 15 de outubro de 2014, há relativamente poucos dias, recebemos novo pedido de esclarecimentos da Câmara Municipal, que naturalmente ainda não se respondeu, está a transitar a fim de ser devidamente respondido.

Portanto, não há aqui, conforme nos acusaram, nada a esconder, nem relativamente à Câmara Municipal da Praia da Vitória, nem a esta Assembleia, nem a quaisquer outros intervenientes neste processo.

É um processo transparente, é um processo limpo. Tanto é que estamos aqui a discutir de uma forma aberta em função de um relatório que o Governo pediu e que reflete aquilo que foi o levantamento da situação e aquilo que são as linhas de atuação relativamente a esta matéria.

O Sr. Deputado Félix Rodrigues também levantou uma série de questões de natureza técnica que naturalmente pela competência técnica que tem demonstrado nestas áreas e pela sua formação não vou, por respeito, pôr em questão, mas devo referir que algumas das suas observações, os seus comentários e as suas apreciações divergem claramente daquilo que está plasmado no relatório do LNEC.

Permita-me uma referência a um aspeto que relevou com alguma insistência, que é a questão do Vanádio.

O Vanádio, conforme também está espelhado no relatório, foi avaliado pelo LNEC, foi avaliado e comparado com tabelas canadianas, porque, como sabe, a legislação nacional e a legislação europeia não têm parâmetros de referência para esse elemento.

Devo também referir que a atual Diretiva da União Europeia sobre esta matéria pura e simplesmente retirou o Vanádio dos parâmetros para a qualificação da água, nas análises que são feitas.

Para além disso, as quantidades de Vanádio que foram encontradas e registadas no relatório do LNEC são, de facto, abaixo daquilo que são os parâmetros canadianos para esta matéria. Como sabe são naturalmente bastante exigentes.

Existem naturalmente contaminantes residuais nos aquíferos. Se não existissem não estaríamos aqui a discutir esta matéria.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

O Orador: Mas aquilo que me parece que é de relevar, e que é positivo, é que ao longo do tempo em que o LNEC tem intervindo neste processo, ao longo do tempo em que tem sido feita a monitorização e que têm sido já postas em prática as recomendações que o LNEC plasmou nos seus documentos, e conforme naturalmente poderão ver no atual relatório, a evolução destes parâmetros é positiva, o que significa que estamos a caminhar no bom sentido.

Relativamente à Sra. Deputada Zuraída Soares, não irei referenciar as questões que têm a ver com a informação que deve chegar à Assembleia, porque a Sra. Secretária Regional dos Assuntos Parlamentares já teve oportunidade de o fazer.

No entanto, gostaria de lhe dizer que entregarei à Mesa a ata do CRADS onde esta matéria foi discutida, bem como o anexo ao relatório do estado ambiental que também está comigo e que farei chegar à Mesa, pedindo que depois seja distribuído por todos os Srs. Deputados.

Quanto à rapidez do processo, a Sra. Deputada acusou-me de estar muito descansado, porque era um processo lento e tudo isso.

De facto, o processo não é lento. Os resultados é que são lentos.

O processo tem os seus trâmites, conforme naturalmente sabe e conhece, e os resultados não se obtêm de um dia para o outro. Penso que estamos todos de acordo.

Implementámos aquilo que eram as recomendações do LNEC, outras virão em função do relatório que hoje estamos aqui a discutir.

O processo, os parâmetros e os registos, em termos de qualidade da água, dos aquíferos e da descontaminação, que queremos todos que naturalmente aconteça, estão em curso. Naturalmente que os resultados são lentos. Por isso a minha referência a essa circunstância.

No entanto gostaria de relevar que há neste processo uma cooperação efetiva da Força Aérea Americana,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Portuguesa é que não há!

O Orador: ... através da concordância e da implementação dos procedimentos que são necessários fazer e que já se refletem em atitudes que foram adotadas, em práticas que estão em curso, no desmantelamento de um conjunto de instalações que foram naturalmente responsáveis por esta circunstância e também o seu compromisso de já no próximo ano procederem aos trabalhos de remoção da conduta do Cabrito.

Permita-me agora, Sr. Deputado Luís Rendeiro, também contrariar um pouco aquela que é a sua opinião relativamente a todo este processo de branqueamento, enfim, como se tudo estivesse aqui nas nuvens.

Naturalmente que não é nada assim, conforme estamos hoje todos aqui a debater.

Há naturalmente transparência,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): É a sua opinião, Sr. Secretário!

O Orador: ... há partilha da informação e há também, em conjunto com o LNEC, com as Forças Armadas e com a Força Aérea Americana, partilha e cooperação nas soluções.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Já lá vamos!

O Orador: Longe de mim pensar que o Sr. Deputado vinha para aqui discutir esta matéria impreparado.

Naturalmente não é essa a sua forma de estar e não é essa a sua história ao longo dos anos, relativamente a estas matérias tão sensíveis na nossa sociedade.

Presidente: Sr. Secretário, só uma pequena advertência. O seu tempo está a terminar. Agradecia que fosse mais breve.

O Orador: Permita-me só referir que a questão (que é a questão chave) dos hidrocarbonetos de alta densidade, conforme poderá verificar no relatório, é uma recomendação para se intervir numa primeira fase sobre a monitorização dessas matérias e, numa segunda fase, sobre a sua remoção.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não está prevista a remoção!

O Orador: É isso que irá ser feito, é isso que a Força Aérea já decidiu.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Vou dar a palavra ao Sr. Deputado Berto Messias para uma interpelação.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Era apenas para uma interpelação, Sra. Presidente.

Para saber quanto tempo tem o Partido Socialista.

Presidente: O PS já não dispõe de tempo e o Governo também esgotou o seu tempo com a intervenção do Sr. Secretário Regional.

Agora, sim, Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos permitir que a Sra. Deputada Zuraida Soares possa fazer a interpelação à Mesa.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

A Oradora: ... Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda solicita dois documentos ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, face a esta sua última intervenção.

Primeiro: o ofício do Governo de resposta à Câmara Municipal da Praia da Vitória enviado em março,...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Ora muito bem!

A Oradora: ... uma vez que a Vice-Presidente em setembro declarou publicamente ao Bloco de Esquerda que não tinha recebido essa resposta até setembro.

Segunda pergunta ao Sr. Secretário Regional: a ata do CRADS, que o Sr. Secretário Regional referiu, não está acessível em ponto nenhum, em sítio nenhum.

Agradeço-lhe muito a entrega nesta câmara hoje, aqui e agora. Mas pergunto ao Sr. Secretário qual é o sítio da net onde um Deputado, que ainda não recebeu, pode consultar para lá ver esse documento?

Presidente: Sra. Deputada, a interpelação é à Mesa, não é ao Sr. Secretário.

A Oradora: Sra. Presidente, faça o favor de pedir ao Sr. Secretário Regional estas coisas que eu estou a dizer.

(Risos da Câmara)

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O Sr. Secretário não ouviu nada!

A Oradora: Finalmente, dizer à Sra. Presidente que o Bloco de Esquerda entregará na Mesa um *link*, um simples *link*, que remete para as declarações públicas do Sr. Deputado Berto Messias onde claramente se percebe que o documento que o Sr. Deputado aqui referiu não é o documento que ele referiu durante as mesmas declarações.

Muito obrigada.

Deputados Berto Messias (PS): Não é preciso. Eu tenho. Posso fornecer essas informações.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Esta fotografia que eu aqui tenho tem 48 anos.

(Neste momento o Sr. Deputado mostra uma fotografia à câmara)

É uma fotografia que ficou para a história da propaganda.

Esta fotografia é de um banho, um banho que o então Ministro do Ditador Francisco Franco, em Espanha, tomou junto da pequena localidade de Palomares, no sul de Espanha, depois de um acidente radioativo da responsabilidade dos norte-americanos.

Se cito este exemplo é porque o líder parlamentar do Partido Socialista acabou aqui de fazer esse mesmo exercício.

Tal como o Ministro franquista que foi tomar banho na praia de Palomares, o Sr. Deputado Berto Messias também disse, para sossegar a população da Praia da Vitória: “aqui estou eu, aparentemente intacto e sem qualquer tipo de problema”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Isso é inquestionável, Sr. Deputado!

O Orador: Existe quem questione.

O Sr. Deputado disse: “também eu me apresento como exemplo de que aqui não existe nenhum perigo”.

Eu devo dizer que esta técnica de propaganda e esta técnica de remeter, de esconder, de branquear as dificuldades é muito antiga e foi inaugurada há 48 anos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bela intervenção!

O Orador: Mas quero fazer aqui um paralelismo em relação àquela situação de há 48 anos, que tem a mesma potência como origem do problema, que é os Estados Unidos, com aquilo que foi feito e aquilo que não foi feito naquela situação e não está a ser feito na situação da Praia da Vitória.

É que naquela situação os Estados Unidos assumiram a responsabilidade de proceder a testes e de rastrear anualmente a população. Todos os indivíduos são objeto de testes médicos para verificar se existem consequências para a população daquele acidente.

Quarenta e oito anos depois isto continua a ser feito e pago pela potência norte-americana.

O que é que nós vemos na Praia da Vitória?

É que se fazem testes, existem testes que mostram que existe material poluente, que existem riscos para a vida e que existem vários especialistas que dizem que as consequências só podem ser medidas a médio e longo prazo.

Nesse sentido, o que era obrigatório por parte deste Governo Regional e por parte do Partido Socialista, que tem uma história de branqueamento deste processo, é que tivesse sido exigido aos norte-americanos aquilo que foi exigido também em Espanha, que foi a realização de testes à população, o rastreamento destas situações que, 48 anos depois, repito, ainda continuam a ser realizadas.

Nesse sentido, é verdade que durante muitos anos...

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a terminar.

O Orador: Termino Sra. Presidente.

... esta maioria, este Governo e o Partido Socialista branquearam esta história e durante muitos anos não fizeram nada a partir do momento em que ela foi noticiada durante anos e anos a fio.

Só depois, cinco ou seis anos depois, é que o Governo Regional fez alguma coisa, mesmo assim sem exigir – e termino Sra. Presidente – aquilo que foi feito em situações anteriores como aquela que eu já referi.

A única similitude é o número propagandístico que o Sr. Deputado Berto Messias fez, como também fez o Ministro franquista em Espanha, em 1966.

Deputado André Bradford (PS): O senhor é mentiroso!

Deputado Francisco Coelho (PS): Há muita gente que devia beber água da Praia da Vitória e o Sr. Deputado Paulo Estêvão é um deles!

Presidente: Sra. Deputada Judite Parreira tem agora a palavra.

(*) **Deputada Judite Parreira (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, eu sei que o senhor já não dispõe de mais tempo para responder e por isso mesmo não lhe vou colocar nenhuma questão, mas tenho que lhe dizer que o facto de o senhor reunir com alguma frequência com o Presidente da Câmara da Praia da Vitória, não o dispensa de cumprir com as suas obrigações.

Deputados Joaquim Machado e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E a sua obrigação era disponibilizar informação do ponto da situação da descontaminação dos solos da Praia da Vitória com alguma regularidade.

Naturalmente o senhor não fez, porque se o tivesse feito o Presidente da Câmara não teria tido a necessidade de recorrer a um requerimento a solicitar essa mesma informação. Fê-lo porque estava preocupado com o silêncio do Governo.

Quanto à resposta ao requerimento, que pelos vistos foi dada e a Câmara diz que não recebeu, quero dizer-lhe que no próximo dia 11 de novembro haverá reunião da câmara e eu terei todo o gosto e todo o interesse em questionar o Sr. Presidente da Câmara, que até é da sua cor política, por que razão é que mentiu dizendo que não tinha recebido qualquer informação.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Luís Rendeiro tem a palavra.

(*) Deputados Luís Rendeiro (PSD): Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Estou consciente que quer o PS, quer o Governo Regional já não têm tempo para me responder, mas também não tenho culpa de terem gerido mal o tempo de que dispuseram.

No entanto, o debate que aqui decorreu leva-me a ter que fazer algumas considerações.

O Sr. Deputado Berto Messias, nas suas intervenções, voltou aqui a presentear-nos com o seu habitual discurso de “vendedor de automóveis”, mas esqueceu-se de assumir o óbvio. É que o negociador do PS e do Governo há época, o hoje Deputado André Bradford, negociou um mau acordo e um mau plano de descontaminação...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que deixou de fora dos planos de limpeza dos solos e aquíferos da Praia da Vitória (e não só da Praia da Vitória, como aqui já se comprovou), os hidrocarbonetos de alta densidade que são altamente preocupantes e já chegaram ao aquífero basal.

Estes contaminantes são motivo de preocupação do relatório do LNEC de 2013 e o seu combate, a sua retirada dos locais que estão contaminados não está contemplada no plano de limpeza, como o Sr. Secretário muito bem sabe.

Também não se fazem testes à população, como aqui já foi dito, pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Portanto, o Deputado André Bradford, com as responsabilidades que teve nesta matéria, eu diria mais, com o cadastro que tem nesta matéria,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Mas o que é isto?

O Orador: ... deveria era ter vergonha,...

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor é que devia ter vergonha!

O Orador: ... pedir desculpa às populações da Terceira e assumir que foi incompetente, incompetente, incompetente no tratamento destes temas e na representação da população.

Presidente: Sr. Deputado, vamos ter algum cuidado com a linguagem utilizada.

Deputado José Ávila (PS): Isso é uma vergonha para um Deputado!

O Orador: Eu tenho o direito de tecer as considerações que fiz acerca da competência com que o Sr. Deputado lidou este processo,...

Deputado José Ávila (PS): Isso é ser malcriado!

O Orador: ... porque ele também esteve à vontade...

Presidente: Sr. Deputado Luís Rendeiro...

O Orador: ... para tecer considerações acerca das competências técnicas de toda a gente que participou neste processo.

Presidente: Sr. Deputado, compreendendo a sua alegação, naturalmente apelo para a elevação do debate e para alguma terminologia utilizada.

Obrigada, Sr. Deputado.

O Orador: O Governo Regional e o seu representante há época, sempre tentaram evitar uma abordagem transparente por parte de toda a gente que se

preocupou com as contaminações de combustíveis na Terceira e sempre bloqueou todas as iniciativas que buscavam a obtenção de mais esclarecimentos, exceto aquelas iniciativas que viessem do PS.

Quanto a transparência, ficámos esclarecidos com a intervenção da Sra. Secretária Isabel Rodrigues que assumiu que o Governo só disponibiliza a documentação a que está obrigado por lei ou,...

Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues): Isso é a sua interpretação!

O Orador: ... como fez com o relatório do LNEC de 2013, fá-lo na véspera dos debates parlamentares.

Disponibilizar aos Deputados, na véspera de um debate destes, um relatório de 127 páginas, com a densidade técnica do relatório do LNEC de 2013, não foi a atitude de um Governo sério e a vossa transparência ficou da cor do breu, Sra. Secretária.

Se está tudo bem com a água da Praia da Vitória, então por que é que o Deputado Berto Messias foi ao *Tank Farm* pedir a aceleração do processo de descontaminação?

Por que é o Socialista Roberto Monteiro, Presidente da Câmara Municipal da Praia da Vitória, disse ao Diário Insular, e cito: que estava preocupado com a contaminação dos solos e subsolos da Praia da Vitória, alegando que “o ritmo e a tipologia de intervenção exigem da parte portuguesa outro tipo de postura e de reivindicação, quer por aquilo que está a ser feito, e da forma que terá de ser feito, quer pela celeridade que terá que ser feito, tendo em conta os eventuais riscos que trazem”.

O autarca lembrou ainda que os problemas não dizem respeito apenas ao concelho da Praia da Vitória tendo em conta que grande parte da água que abastece o concelho de Angra está a cerca de 200 metros da zona contaminada.

O Secretário Regional da Agricultura e Ambiente, hoje, aqui, desmentiu o Presidente e Vice-Presidente da Câmara da Praia da Vitória.

É muito importante que se esclareça muito bem quem é que faltou à verdade neste processo. Se foi um dos intervenientes ou se foram todos os intervenientes.

A contaminação por combustíveis da água de consumo é, de facto, um problema gravíssimo. A contaminação dos solos, muitos dos quais continuam a ter uma utilização agrícola que possibilita a entrada de agentes contaminantes na cadeia alimentar, é um problema ainda maior.

O PS dorme bem com isto. A nós, esta questão tira-nos o sono.

Para concluir queria dizer à Sra. Secretária Isabel Rodrigues que não nos contentamos com a possibilidade de ouvir os governantes em Comissão, tal como diz que basta.

É que nós confiamos muito mais nas análises que os documentos técnicos nos permitem fazer, porque os documentos são muito mais transparentes que os secretários regionais.

Muito obrigado.

Deputados Humberto Melo e João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições, pelo que não havendo pergunto ao Sr. Deputado Félix Rodrigues se pretende encerrar o debate. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Este debate foi pertinente e teve vários méritos.

Não esclareceu algumas dúvidas que têm a ver com o passado e o passado é extremamente importante, porque foi este passado que foi negligenciado que terá consequências nefastas no futuro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Ou seja, este passado é o nosso futuro.

Isto não permite justificar as indecisões que o Dr. André Bradford diz ter tido relativamente a um estudo de 2005 e que dizia que precisava de confirmar, de facto, a extensão da poluição.

Concordo inteiramente consigo. Era necessário confirmar a extensão da poluição. Mas há um princípio, Sr. Deputado e o princípio é o princípio do poluidor/pagador. Quem teria que fazer esse estudo era os norte-americanos e pagá-lo.

O que acontece é que gastámos mais de meio milhão de euros a fazer um estudo que competia aos americanos...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e que deviam ter começado a intervir naquele momento, porque quando dizemos, ou eu por exemplo, que atropeliei uma velhinha e confesso à polícia que o fiz, não é normal que a polícia diga: “espere aí,...

Deputado José Ávila (PS): Alguns não confessam!

O Orador: ... o senhor vai ter que esperar para eu fazer um novo estudo, investigar tudo muito bem e depois é que vou agir”.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Está certo!

O Orador: Ou seja, aqui aplica-se o princípio do poluidor/pagador.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: É triste que se gaste mais de meio milhão de euros quando vamos ter 145 mil euros para o processo de descontaminação.

Tivemos o mérito de trazer aqui algumas questões técnicas, de vir a público alguns dados que são muito pertinentes para a estruturação e para reestudar o processo de descontaminação da Praia da Vitória.

Apesar do LNEC ter dito que as duas principais áreas, as prioritárias da investigação ou da descontaminação, seriam exatamente aquelas do estudo de 2005, também deixou muito claro e apontou muitas outras que precisariam de intervenção.

Assim sendo e olhando para o processo de descontaminação, o que verificamos é que os resultados não estão a ser aqueles que eram os desejáveis. Isso quer dizer que a extensão geográfica é muito maior do que aquela que inicialmente se previa.

É isto que é importante termos em atenção para podermos negociar sem alarmismos, porque de facto um cientista pode ter a tendência, ou um técnico,

de ser alarmista. O que acontece é que é alarmista talvez por não ter sensibilidade social, como têm os jornalistas, mas é muito triste também quando vemos jornalistas a tomar conta de processos de poluição. Dá no que deu.

Deputados Artur Lima (CDS-PP) e Luís Rendeiro (PSD): Muito bem!

O Orador: Acontece que esta iniciativa obrigou o PS a vir aqui e trazer um relatório que estava numa gaveta e que o LNEC diz claramente que há falhas em todo esse processo de descontaminação.

Assim sendo, estamos todos cientes de que há falhas, com clareza, porque estes problemas de poluição não podem ser escondidos debaixo de um tapete, porque eles põem em causa a saúde pública, eles põem em causa a sustentabilidade de uma ilha, eles põem em causa a nossa imagem ambiental, a imagem ambiental açoriana.

A iniciativa do CDS-PP teve o mérito de trazer para aqui este debate, que é um debate pertinente, atual e que precisa de ter intervenções a vários níveis. E não foram aproveitadas as intervenções a vários níveis, porque desde o primeiro dia que o Ministro Nunes Correia se dispôs a ter um papel diplomático nesse processo de descontaminação (Ministro do PS!) e não foi aproveitado, porque não se acreditou no estudo dos americanos.

Ora, devíamos ter começado exatamente com o estudo dos americanos e obrigar progressivamente a ir limpando tudo o que era poluição por hidrocarbonetos nos aquíferos suspensos e no aquífero basal na Ilha Terceira.

O Partido Socialista negou veementemente que havia contaminação do aquífero basal. Graças ao LNEC e ao estudo do LNEC provou-se que o aquífero basal tem graves problemas e não podemos “tapar o sol com a peneira”.

É mais difícil descontaminar um aquífero basal do que um aquífero suspenso.

Deputado André Bradford (PS): Se não fosse o LNEC não sabia!

O Orador: Isso quer dizer que não podemos esquecer também essa realidade e vamos dar prioridade àquilo que é possível executar com as condições técnicas e científicas que temos na atualidade.

No entanto, não podemos esquecer, não podemos fazer com que não haja este problema, porque temos dificuldades técnicas. Ou seja, num determinado

momento teremos dificuldades técnicas, mas no futuro há outras técnicas, há formas de intervir e há a necessidade de continuarmos a pressionar no sentido de que quem sujou deixe tudo tal e qual como estava quando lá se instalou pela primeira vez.

Este debate também teve o mérito de dar a conhecer as preocupações do LNEC que são preocupantes a nível analítico, a nível das metodologias que devem ser implementadas e que não transpareciam para o público, como tal não podem ser julgadas nem politicamente, nem cientificamente.

Fica muito bem a transparência, mas a transparência quando vem de dentro, a gente percebe, não com jogadas políticas que de um dia para o outro aparece um documento, com encobrimento de informação, que é o que tem ocorrido desde o início deste processo.

Para continuarmos a ser sérios e a trabalhar seriamente nesta questão, é preciso clareza, objetividade e fornecer todos os dados que são necessários para uma análise objetiva e fidedigna da realidade.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Encerrámos assim o ponto três da nossa Agenda. Vamos passar de imediato à conclusão do ponto quatro que se refere à **Sessão de perguntas ao Governo Regional com resposta oral sobre “funcionamento do sistema educativo regional”**, apresentada pelo PPM.

Vamos entrar no objeto quatro, que se refere a manuais escolares.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, uma referência inicial.

Uma vez que já só temos 20 minutos de debate, eu desisto do objeto n.º 4 e quero fazer uma pergunta em relação ao objeto da pergunta n.º 5: **Educação Especial.**

Presidente: Ou seja, o senhor abdica de fazer esta pergunta. Muito bem.

Então sendo assim, a pergunta que irá colocar tem a ver com...

Deputado Berto Messias (PS): Não pode!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu abdiquei!

Deputado Berto Messias (PS): Não foi isso que ficou combinado ontem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): E se os outros grupos tiverem perguntas a fazer?!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ele é que decide o objeto a colocar!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o requerente pretende abdicar de fazer esta pergunta. Portanto, temos que avançar para a pergunta seguinte, que neste caso é o objeto 5 que se refere à **educação especial**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Açoriano Oriental noticiou, no dia 2 de julho de 2014, o seguinte:

“O sindicalista António Lucas, realçou ainda a promessa do Governo de que nenhum aluno com necessidades educativas especiais ficará isento de apoio no próximo ano letivo e garantiu a cobertura de todos os concelhos em relação à intervenção precoce”.

A questão que lhe quero colocar é esta:

O Governo, de facto, cumpriu esta promessa e a intervenção precoce está a funcionar em todos os concelhos dos Açores?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Coloca-me, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, uma questão que é suscitada pelo Açoriano Oriental, do dia 2 de julho passado.

No dia 2 de julho passado, eu não era governante, mas tenho muito gosto em responder a esta questão, porque assumo todas as responsabilidades...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Quase!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Menos o estudo sobre o abandono escolar!

O Orador: ... que do passado foram transportadas.

A educação especial merece muita consideração.

A educação especial, da nossa parte, deve merecer uma tamanha compreensão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Perguntei sobre a intervenção precoce!

O Orador: É bem de crer que os pais, que os encarregados de educação, que quotidianamente se confrontam com problemas muitas vezes dramáticos, achem insuficientes todos os apoios que venham, ou que possam vir a ser disponibilizados.

É também certo que alguns docentes desprovidos de colocação e na justa ambição de conquista de um lugar, tenham alguma vocação para descobrir insuficiências onde elas eventualmente nem sempre existirão.

Claro que em matéria de educação especial há denúncias de insuficiências que me chegaram. São denúncias que para usar uma imagem que ontem usei, são árvores que não constituem propriamente uma floresta.

De qualquer maneira, a Secretaria Regional da Educação e Cultura colocou em campo uma equipa técnica que está a percorrer todas as escolas. Até ao momento já percorreu 19 escolas, com o objetivo de avaliar o acerto dos nossos procedimentos, com o objetivo de avaliar os recursos que estão em campo,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Intervenção precoce!

O Orador: ... tudo com o objetivo último de melhorarmos diagnósticos e de descobirmos soluções.

O Sr. Deputado coloca-me entretanto uma questão concreta, uma questão que diz respeito a recursos, que diz respeito a intervenção, enfim, no terreno.

Posso dizer-lhe o seguinte:

Na transição de 2013/2014 para 2014/2015, os recursos da educação especial em matéria de docentes subiram de 198 para 218. São mais 20.

Em matéria de equipas de intervenção precoce temos 14 educadores no campo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não chega!

O Orador: Em matéria de apoios educativos 94 educadores, 179 professores de 1.º ciclo, 146 professores dos demais ciclos.

Em matéria de recursos humanos não docentes 78 técnicos especializados, 52 psicólogos, 15 técnicos de diagnóstico e terapêutica, 5 intérpretes de língua gestual, 6 técnicos de educação especial e reabilitação e 12 de serviço social.

Há efetivamente aqui um reforço. Todavia esse reforço é muito mais evidente se o analisarmos numa perspetiva mais profunda, numa perspetiva histórica mais recuada.

Nós partimos, por exemplo, de 2007/2008 com 93 docentes a apoiar a educação especial. Nós estamos, como eu disse, em 2014/2015, com 218. É mais do dobro.

Creio que é efetivamente um crescimento muito evidente.

Mas na educação especial, na intervenção precoce, nos apoios educativos, se chegarmos à conclusão de que falhas existem, de que pontualmente é necessário reforçar mais áreas, não hesitaremos. É exatamente por isso que possuímos em campo, como eu disse no princípio, uma equipa técnica que percorre, neste momento, todas as unidades orgânicas da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto ao Sr. Deputado Paulo Estêvão se vai usar do direito a réplica.

Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Isto é uma sessão de perguntas. Pressupõe-se que o Deputado faz uma pergunta e o Membro do Governo responde à pergunta. Estas são as regras do jogo do ponto de vista parlamentar.

Deputado José Ávila (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: A pergunta é muita clara e muito precisa:

O Governo Regional, este Governo Regional, liderado por este Presidente do Governo Regional, assumiu o ensino precoce. Neste ano letivo teria uma cobertura total em todos os concelhos dos Açores (em todos os concelhos dos Açores!).

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ensino precoce?

O Orador: Este foi o compromisso que este Governo Regional, liderado por este Presidente do Governo Regional, assumiu.

Por isso, o que lhe pergunto, Sr. Secretário, é se o ensino precoce está a funcionar em todos os concelhos...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O que é o ensino precoce?

O Orador: ... dos Açores tal como foi prometido por parte do Governo Regional.

Esta é a questão que lhe faço, é uma questão muito factual e é uma questão que o Sr. Secretário Regional só tem duas possibilidades de resposta: sim ou não!

Se a resposta for não, eu quero que me explique por que é que o Governo não cumpriu o prometido.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o que é o ensino precoce?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Intervenção precoce!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ah! Mas falou em ensino precoce, por quatro vezes!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional, para responder à réplica dispõe apenas de 3 minutos.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar era preciso efetivamente saber do que é que estávamos a falar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Intervenção precoce!

O Orador: Não seria obviamente de ensino precoce, teria de ser necessariamente de intervenção precoce.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Intervenção precoce!

O Orador: Sr. Deputado, eu creio que respondi da primeira vez, mas se a resposta não ficou clara, tenho muito gosto em repeti-la, e em repeti-la, enfim, de forma bem breve.

O Governo Regional entende que ao nível da intervenção precoce desenvolve nos Açores a atividade a que está obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

O Orador: Até ao momento não tenho, no âmbito da Secretaria que dirijo, denúncias...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não funciona!

O Orador: ... de que se verifique o contrário.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não funciona! Muitos concelhos não têm intervenção precoce!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, como é do conhecimento de V. Exa., existe um número de alunos nas escolas da Ilha das Flores, perfeitamente identificados, até porque têm estado a ter apoio até há bem pouco tempo na área da terapia da fala, mas que por saída do terapeuta estão neste momento sem o necessário apoio para o seu desenvolvimento e para a sua aprendizagem.

A pergunta é muito simples: para quando a colocação de um novo terapeuta da fala na Ilha das Flores?

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É verdade que na Ilha das Flores havia um terapeuta da fala, que aliás não estava e não estará contratado pela Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi-se embora por minha culpa!

O Orador: Estava contratado pela Secretaria Regional da Saúde, mas dava apoio à escola. Aliás, passava mais tempo a dar apoio à escola do que propriamente nos serviços dependentes da Secretaria Regional da Saúde.

A saída verificou-se recentemente. O processo de substituição está em curso.

Para o processo de substituição, garanto-lhe, Sr. Deputado, não há falta de recursos. O processo de substituição ainda não se verificou apenas por razões processuais.

Todavia, é uma questão que nos preocupa, como obviamente deve compreender.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Obrigado, Sr. Secretário!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sra. Deputada Renata Correia Botelho tem a palavra.

(*) **Deputada Renata Correia Botelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. Secretária:

Trata-se de uma matéria muito sensível que naturalmente a todos nos toca de forma muito particular. No entanto, nunca perdendo o norte das nossas emoções, há que encarar esta questão com o realismo e com o pragmatismo que ela exige.

É isto que o Governo Regional tem procurado fazer ano após ano.

Aquilo que estamos aqui a discutir é uma conquista inegável dos Governos Socialistas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dos Governos do PS!

A Oradora: É a escola inclusiva, é uma escola para todos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Deputada não assistiu à marcha da APADIF e ao discurso do seu Presidente!

A Oradora: ... é uma escola exigida, e bem, pela famosa Declaração de Salamanca, a que os Governos do Partido Socialista souberam responder desde a primeira hora, retirando muitas destas crianças de um inominável sofrimento solitário.

Os números o Sr. Secretário já os apresentou. Eu posso apenas frisá-los ou lembrá-los.

Ao nível da educação especial, por exemplo, em 2012/2013,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é um enquadramento ou é uma pergunta?

A Oradora: ... se quisermos ver um dado muito recente, tínhamos 161 professores de educação especial e neste momento temos 218. Ao nível do apoio tínhamos 83, temos 94.

Sr. Secretário, naturalmente isto é um trilho, é um caminho que se faz, é a exigência de melhoria contínua.

É sabido, e o Sr. Secretário já referiu, que há uma equipa técnica, digamos, da Direção Regional da Educação no terreno a avaliar a implementação do regime educativo especial, os apoios educativos e o Programa Oportunidades.

Já várias escolas foram contempladas. As restantes serão contempladas este ano.

Eu pretendia saber, Sr. Secretário, se há disponibilidade efetiva do Governo para afetar mais recursos, ou por outra, os recursos que se revelem necessários depois desta aferição.

Muito obrigada.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Efetivamente neste momento a Secretaria Regional da Educação e Cultura tem em campo uma equipa que está a trabalhar no domínio da educação especial, a avaliar procedimentos e a avaliar os recursos efetivamente existentes.

Em matéria de procedimentos, queremos fundamentalmente ter a certeza de que todos os diagnósticos são efetivamente bem-feitos.

Em matéria de recursos queremos efetivamente saber se os recursos que existem são os suficientes ou não são os recursos suficientes.

Se chegarmos à conclusão de que os recursos possam, aqui ou acolá, ser insuficientes, obviamente que estamos na disposição de corrigir a nossa atuação. Porquê?

Pela razão que eu aludi no princípio: estamos a falar de um tipo de ensino que nos merece uma preocupação extrema, mas não se pense que nós vamos eventualmente corrigir algum caso apenas no futuro.

Não se pense que nós estamos à espera do relatório desta comissão para agir.

Claro que agiremos em função do relatório produzido e esse relatório produzido será um relatório genérico que terá o conjunto da Região em consideração.

Agora, mesmo antes disso, temos colmatado dificuldades que têm aparecido no sistema.

Posso dar um exemplo, um exemplo correlacionado diretamente com a Ilha do Faial. Aliás, na Ilha do Faial, na sessão parlamentar do passado mês de setembro, recebemos nesta Assembleia uma manifestação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma marcha!

O Orador: ... de pais, de encarregados de educação, de amigos, de crianças com necessidades educativas especiais.

Sem que o caso que vou relatar tenha dependido diretamente dessa manifestação, posso entretanto dizer que na Horta, comparando a realidade do ano passado com a realidade deste ano, a situação é a seguinte:

O ano passado na Horta tínhamos na EBI seis docentes de educação especial; na Escola Secundária, um docente.

Este ano de 2014/2015, fruto da averiguação que foi sendo feita ao longo do tempo, temos na EBI nove docentes de educação especial; temos na Escola Secundária dois docentes de educação especial.

Quer isto dizer que no conjunto, e aqui no Faial, na transição de 2013/2014 para 2014/2015, os professores de educação especial disponibilizados à EBI e à Escola Secundária subiram de sete para onze.

Claro que estas escolas têm também três psicólogos, dois na EBI e um na Escola Secundária. Isto tudo aconteceu sem que felizmente houvesse um acréscimo do número de estudantes com necessidades educativas especiais que o ano passado eram, nas duas escolas, 206...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E este ano?

O Orador: ... e este ano são, nas duas escolas, 207, ou seja, sensivelmente a mesma coisa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E os técnicos?

O Orador: Creio que este exemplo pode servir de antevisão para aquilo que virá a acontecer no futuro se o relatório dessa comissão que temos agora em campo aconselhar à introdução de uma ou outra alteração.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Faltou os técnicos!

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, a sua intervenção e a expressão dos recursos humanos que estão afetos à educação especial levar-nos-ia a concluir que tudo está bem e que os recursos são os suficientes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ninguém ouviu isso, só o senhor!

O Orador: Mas isso está longe da realidade e da verdade.

Bastaria fixar-nos no número de professores de educação especial contratados em 2012 e 2014, para concluirmos exatamente o contrário daquilo que nos quis fazer crer.

Em 2012 foram contratados 92 professores de educação especial; em 2014 apenas 47.

Neste entretanto abriram (lugares) 5 vagas para o quadro.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Ó senhor, tínhamos 216 agora temos 218. Temos mais dois!

O Orador: O que significa que V. Exa (o seu Governo!) está conseguindo fazer aquele excelente milagre que é sem ovos, continuar a fazer omeletes.

Mas vou concentrar-me na minha pergunta, numa coisa muito específica, no Programa de Intervenção Precoce, que não tem nada a ver com o resto daqueles recursos que o senhor aqui esteve a referir.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Nem sequer é tutelado pela Secretaria da Educação!

O Orado: Esse Programa de Intervenção Precoce está legislado desde 2006. O Governo Regional demorou seis anos e quatro meses a regulamentar essa matéria. Só nessa altura constituiu a equipa de coordenação regional.

Hoje em dia o Programa de Intervenção Precoce funciona em muitos poucos concelhos da Região. Há concelhos em São Miguel que ainda não estão devidamente abrangidos por este programa.

Faço notar que no ano letivo que terminou, em São Miguel, o Programa de Intervenção Precoce, tinha identificadas, estavam sinalizadas, 260 crianças, dos 0 (zero) aos 5 (cinco) anos, portadoras de deficiência, como paralisia cerebral, encefalopatia, trissomia 21 ou crianças originárias de famílias problemáticas.

Para trabalhar com mais de 260 crianças estavam mobilizados 5 educadores de infância e 5 professores de educação especial,...

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Era interessante saber no continente quantos alunos desses ainda estão sem professor passado quase um mês!

O Orador: ... que não trabalhavam a tempo inteiro nesse programa.

Isso significa que, em média, cada um tinha para trabalhar 26 crianças, em 22 dias úteis; significa que essas crianças eram vistas com mais de um mês de intervalo por esses especialistas.

A minha pergunta, Sr. Secretário, é muito concreta.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Como é que está o concurso lá fora?

O Orador: Há um coordenador regional do Programa de Intervenção Precoce ou ele está demissionário?

Há um coordenador da equipa técnica do Programa de Intervenção Precoce em São Miguel ou o lugar está vago?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Isso pertence à Saúde e o Sr. Deputado devia saber!

O Orador: Há ou não o relatório anual feito pela Comissão Coordenadora Regional do Programa de Intervenção Precoce?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Essa comissão é tutelada pela Saúde!

O Orador: E se há, a que conclusões é que chegou?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O Sr. Deputado devia estar mais informado. Devia saber que não é a Secretaria da Educação que tutela a intervenção precoce. Na Portaria está estipulado que a Secretaria da Saúde é que tutela isso! O Sr. Deputado devia conhecer a Portaria!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Eu creio que nas intervenções que aqui tenho produzido sobre a problemática da educação especial tive primeiro a preocupação de dizer que se tratava de uma matéria que requeria uma sensibilidade muito especial e não passei jamais a informação de que neste capítulo tudo corre bem.

Passei, pelo contrário, a informação de que temos no campo uma equipa a avaliar as circunstâncias e obviamente que nos há de sugerir as intervenções mais adequadas.

Se essa equipa ao nível da intervenção precoce nos recomendar uma alteração de procedimentos, efetivamente fá-lo-emos.

Todavia, a intervenção precoce é uma intervenção múltipla. Não é uma intervenção que decorra exclusivamente da Secretaria Regional da Educação e Cultura.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

O Orador: É, portanto, uma equipa multidisciplinar que engloba vários departamentos governamentais.

Digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado:

Admito que tenha havido uma certa dilação entre o aparecimento da legislação e depois o aparecimento das equipas no terreno. Agora, posso garantir-lhe que da parte do Governo Regional há, neste momento, um interesse muito especial, há neste momento uma atenção muito voltada para a intervenção precoce.

Posso dar-lhe dois exemplos, ou melhor, um exemplo:

Desde que sou Membro do Governo já participei em três visitas estatutárias, obviamente que a três ilhas: às Flores, ao Corvo e ao Pico.

Em todas elas reunimos com equipas que tratam de intervenção precoce em todos os concelhos, equipas que estão em criação, equipas, algumas, que estão em organização, mas é efetivamente uma matéria à qual atribuímos uma importância extraordinária,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Precisa de mais tempo!

O Orador: ... porque é através da intervenção precoce que evitamos que cheguem à escola crianças com atrasos, também eles precoces e irrecuperáveis. É por isso mesmo que a intervenção precoce desempenha um papel fundamental; é por isso mesmo que o Governo lhe atribui neste momento uma prioridade inequívoca.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E o coordenador quem é, Sr. Secretário?

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

O Sr. Deputado Joaquim Machado pediu a palavra para uma interpelação. Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Inscrevi-me e pedi esta interpelação ainda o Sr. Secretário Regional estava no início da sua intervenção, porque era fácil de calcular que o Sr. Secretário não iria responder às questões que eu levantei.

Eu levantei questões às quais o Sr. Secretário Regional...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Vou explicar o porquê da minha interpelação.

Deputado José Ávila (PS): Já percebemos!

Presidente: ...a interpelação.

O Orador: ... não respondeu. Sendo um Secretário Regional que tem a tutela desta matéria e participando, a sua Secretaria, em equipas multidisciplinares, naturalmente que tem a obrigação de saber as questões que eu levantei.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Mas o que é isto?

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: Não tendo respondido...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: Já vou dizer, Sra. Presidente.

Presidente: ... a interpelação é à Mesa, não é ao Sr. Secretário.

O Orador: Mas tenho que justificar por que é que estou a interpelar a Mesa.

Presidente: Já percebemos a sua justificação.

O Orador: Não tendo dado resposta àquelas perguntas, queria informar, Sra. Presidente, que o PSD vai transformar estas perguntas que aqui foram feitas, e ficaram sem resposta, num requerimento.

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas é um requerimento para responder, não é para ficar na gaveta!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Félix Rodrigues, para uma pergunta, tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Secretário:

Sr. Secretário Regional, sabemos que o sistema regional da educação...

Vou tentar falar melhor, já percebi; a acústica deste espaço é muito estranha.

Deputado José Ávila (PS): A acústica prejudica os apartes!

O Orador: A gente ouve muito bem à frente e não ouve muito bem atrás. Vou aproximar-me um bocadinho mais do microfone.

O sistema regional da educação tem disponibilizado apoio especial a alunos com maiores dificuldades.

Esse apoio é dado por professores de educação especial que dispõem de 22 horas letivas por semana.

Em alguns ciclos e em algumas escolas estes tempos letivos têm durações muito variáveis. Uma vez são 60 minutos, outra vez são 45 minutos. Não há efetivamente uma uniformização do tempo letivo de apoio.

Por outro lado, alguns professores dão apoio a 10 alunos, outros a 13, outros a mais.

Por outro lado, de facto é preciso uma equipa interdisciplinar, porque é preciso jogar ou lidar com várias patologias; é preciso ter psicólogos, terapeutas, etc..

Sabendo que isto é uma área difícil e que implica, de facto, uma equipa multidisciplinar com acuidade na visão dos problemas dos alunos, eu perguntava-lhe muito simplesmente:

Após este enorme esforço do sistema educativo, quantos alunos com necessidades educativas especiais são reabilitados todos os anos e reinseridos no currículo regular do ensino regional?

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): O Sr. Deputado sabe que isso não pode ser intervenção precoce!

Um aluno com paralisia cerebral não pode estar integrado numa turma regular!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para responder tem a palavra o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Membros do Governo:

O Sr. Deputado Félix Rodrigues afirmou e bem que estamos numa área difícil, uma área muito sensível, uma área que implica uma colaboração entre disciplinas dispersas, diversas também; uma área multidisciplinar.

Falou na falta de uniformização de tempo de apoio concedido às crianças com necessidades educativas especiais. Eu direi que esse apoio, se calhar, nunca poderá ser completamente uniformizado, porque esse apoio tem de ser naturalmente concedido em função das dificuldades de cada um.

Um dos problemas da educação especial é o facto de não estarmos de maneira alguma a lidar com universos homogéneos. Estamos a lidar com uma heterogeneidade total.

Aliás, uma das preocupações desta equipa que neste momento está no terreno, para além de saber se há muitos poucos recursos, é saber se os diagnósticos efetivamente estão a ser bem-feitos para que efetivamente se consiga discernir entre o que é uma necessidade educativa especial mais severa e o que é uma dificuldade de aprendizagem, que é uma coisa substancialmente diferente.

Claro que o nosso objetivo é sempre um. O nosso objetivo é que estes alunos com necessidades educativas especiais, sejam elas mais severas, sejam elas menos severas, possam, logo que possível, integrar as turmas regulares.

Aí é que está a nossa vitória. Até lá não temos vitória alguma ou temos apenas vitórias parciais.

Pergunta-me uma coisa muito concreta à qual não posso responder aqui: quantos alunos em cada ano transitam dos apoios, transitam das necessidades educativas especiais para um regime dito de maior normalidade.

Terei todo o gosto em averiguar tais números e em disponibilizá-los ao Sr. Deputado, se assim o entender.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Secretário.

Não havendo mais inscrições vamos então encerrar este ponto da Agenda e avançar com a nossa ordem de trabalhos.

Entramos no ponto oito da Agenda: **Projeto de Resolução n.º 78/X - Estudo analítico sobre jovens açorianos qualificados**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Os tempos são os que normalmente utilizamos no processo legislativo comum.

Para apresentação deste Projeto de Resolução tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Ramalho.

Deputado Ricardo Ramalho (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, os jovens têm sido sempre parte integrante da nossa sociedade. A sua irreverência e inconformismo, aliados à sua capacidade de inovação, é algo que jamais poderá ser desaproveitado, ou não fosse esta a geração mais qualificada de sempre.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista reconhece o enorme potencial da juventude açoriana, e crê que a contínua aposta na qualificação dos jovens açorianos é sem dúvida um fator determinante para o crescimento económico da nossa Região. Neste sentido, a nova programação financeira do novo quadro comunitário, do respetivo programa operacional e do novo Sistema de Incentivos à Competitividade das empresas, dão grande prioridade à criação de emprego e à valorização de mão de obra qualificada.

Atualmente, existem centenas de jovens açorianos a frequentar diversos ciclos de ensino, muitos deles fora da sua ilha de residência, fora da Região ou mesmo fora do País. Além do ensino regular e do ensino profissional, muitos frequentam especializações como pós-graduações, mestrados, doutoramentos, pós-doutoramentos e outros estão ainda ligados a unidades de investigação.

É sabido que o Observatório do Emprego e Formação Profissional realiza, desde 2007, um inquérito aos jovens estudantes universitários açorianos a estudar fora da Região e, desde 2010, aos jovens estudantes que se encontram a estudar na Universidade dos Açores. Por esta via, está hoje disponível um conjunto de informação importante. Porém, no entender do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é fundamental ir mais longe e aprofundar o estudo desta temática.

O Projeto de Resolução ora proposto revela ainda mais pelo fato de que o inquérito relativo aos estudantes a estudar fora da Região findou em 2012, pelo que urge neste momento consolidar, num único documento, a desenvolver pelo Observatório de Juventude dos Açores, toda a informação devidamente atualizada respeitante aos jovens açorianos.

Tal estudo disponibilizará à Região informações cruciais sobre o percurso académico e profissional destes jovens, bem como as suas perspetivas de regresso e de que forma podem contribuir para o desenvolvimento dos Açores.

Servirá, de igual modo, como ferramenta de interesse para os próprios estudantes, que dessa forma poderão perspetivar o desenvolvimento do mercado de trabalho no qual, futuramente, se irão ver inseridos.

Finalmente, poderá ainda representar uma importante ferramenta no desenvolvimento do tecido empresarial açoriano, como instrumento de planeamento da sua atividade.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Governar de, para, e com a Juventude é algo que tem de estar sempre patente nas linhas orientadoras das políticas de Juventude para a nossa Região.

É neste sentido que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista desafia todos os partidos, com assento nesta Assembleia, a juntarem-se a nós, e aos jovens açorianos, na aprovação do Projeto de Resolução que agora apresentamos.

Este eventual consenso consolidará, uma vez mais, o empenho de todos nós na defesa dos jovens enquanto motor de potencialidades.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Ana Espínola tem a palavra. Alguém há de ser o primeiro.

(*) **Deputada Ana Espínola (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O conhecimento que poderá advir de um estudo sobre os jovens açorianos qualificados com estudos universitários e pós-universitários é inegavelmente valioso, enquanto meio para um melhor planeamento e gestão dos recursos humanos qualificados existentes nomeadamente ao nível dos jovens.

Os dados recolhidos, caso sejam rigorosos e representativos da realidade açoriana, serão um importante instrumento ao serviço de todo o tecido empresarial dos Açores, permitindo um direcionamento das empresas para áreas com recursos humanos qualificados e capazes, o que permitirá não só uma melhor absorção da mão de obra qualificada como também melhor desempenho do tecido empresarial com reflexos na economia regional e, por outro lado, um

ajustamento da procura e da oferta formativa à realidade do mercado de trabalho regional.

No entanto, e sem prejuízo das potenciais mais-valias que poderão resultar da elaboração deste estudo, ficam no ar algumas questões que convém ser esclarecidas.

Sendo esta uma área sensível e uma peça chave para a resolução de um dos maiores flagelos que as famílias açorianas enfrentam, o desemprego, nomeadamente o desemprego jovem, tendo em conta que este flagelo não é recente e que se vem agravando ao longo dos anos, uma vez que o Partido Socialista governa a Região há 18 anos, por que razão só agora é que o Grupo Parlamentar do PS avança com uma proposta de estudo desta natureza?

O que andaram a fazer o Governo Regional e o Partido Socialista durante estes anos?

Se é verdade que informação desta natureza é de extrema e inegável importância para a Região, é também verdade que o Governo Regional tinha a obrigação de ter estes dados disponíveis há muito tempo e constantemente atualizados, talvez dessa forma, hoje em dia a economia regional fosse mais dinâmica e o desemprego jovem não rondasse os 40% nos Açores.

Convém referir que este estudo é importante, mas mais importante que os números que serão apurados, dada a dinâmica da matéria em apreço, é a atualização anual destes dados, que permitirá perceber a evolução da situação.

O ponto n.º 4 deste Projeto de Resolução indica que o estudo deverá estar pronto um ano após a publicação da Resolução, mas sem prejuízo do disposto no ponto resolutivo n.º 2, não há uma clara e inequívoca referência à atualização de dados *on* de natureza periódica do estudo.

Por fim, e tendo em conta que o Partido Socialista chumbou uma proposta de alargamento do âmbito do Cartão Interjovem aos jovens até aos 35 anos, seria importante perceber qual o critério utilizado para que este estudo direcionado a jovens açorianos qualificados incida sobre cidadãos entre os 18 e os 35 anos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Curiosa pergunta!

A Oradora: Por outro lado, visto que a grande parte dos jovens ingressam no ensino superior ainda com 17 anos, por que razão não haverão de ser integrados neste estudo?

Desta forma desafiamos o Partido Socialista a alterar a sua proposta para que o estudo inclua jovens universitários com 17 anos e que seja realizado com uma periodicidade anual.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

O PSD-Açores acha de todo o interesse, para que os Governos possam governar, que possuam bases de trabalho orientadoras das políticas que desenvolvem.

Nessas bases incluem-se designadamente estudos conduzidos de forma adequada, bem definidos e programados. São, de forma particular, excelentes guias de orientação para o desenho de medidas a adotar e para a boa persecução das políticas públicas.

Os Governos devem utilizar todos os recursos ao seu dispor para que a sua atividade possa ir ao encontro das necessidades dos cidadãos.

Desta forma, o Projeto de Resolução do Partido Socialista, recomendando um estudo analítico aos jovens açorianos, deve ser utilizado como um instrumento para percebermos a realidade dos estudantes açorianos dentro e fora da Região.

Sendo assim, à partida, este Projeto de Resolução merece a aprovação por parte do PSD-Açores.

Não obstante a nossa aprovação a este documento devemos ressaltar algumas questões, desde logo, este estudo proposto pelo Partido Socialista é o reconhecimento que ao longo dos últimos anos as políticas de juventude têm sido construídas com base no improvisado.

É caso para questionar o que se pretende a partir de agora? Porquê só agora? O que tem feito o Observatório da Juventude até hoje? Aliás, uma entidade

apresentada com pompa e circunstância pelo Partido Socialista e pela Juventude Socialista, aquando da sua constituição.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É como os Conselhos Municipais da Juventude!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo: Importa também referir que o Observatório Regional do Emprego e Formação Profissional elaborou ao longo dos últimos anos estudos semelhantes a este que agora é proposto pelo Partido Socialista, nomeadamente o inquérito aos estudantes universitários dos Açores a estudar fora da Região, sendo o último para o ano letivo 2011/2012, e o inquérito aos estudantes da Universidade dos Açores, este relativo ao ano letivo 2013/2014.

Sendo assim, impõe-se questionar o Governo sobre o porquê do último inquérito aos estudantes universitários dos Açores a estudar fora da Região ter sido realizado já no ano letivo de 2011/2012?

Importa também perceber que utilidade tem o Governo Regional dado a estes dois estudos realizados pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional?

Sendo estudos que evidenciam os anseios e objetivos dos nossos estudantes universitários, em que medida foram tidos em conta na formulação de medidas a eles destinadas?

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, é de relevante interesse termos em atenção o parecer dado pelo Centro de Estudos Sociais do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, aliás, que é a base do Observatório da Juventude?

Neste parecer, não existem dúvidas que é da maior importância para o desenvolvimento económico e social da Região a implementação deste estudo.

No entanto, levanta algumas questões que põem em causa a exequibilidade deste estudo, nomeadamente em relação à obtenção de informação relevante para as suas conclusões. Refere até que poderá haver vantagens no

estabelecimento de um protocolo entre o Governo Regional e o Governo da República que possibilite o acesso a uma melhor informação.

Refere igualmente que a informação produzida a nível regional nem sempre é de fácil acesso.

Refere ainda que a dispersão dos jovens açorianos, em especial os que se encontram no exterior, dificulta ou torna mesmo impeditivo a sua identificação e participação no inquérito ou entrevista.

Para além disso, segundo o referido parecer, o prazo proposto para a elaboração do estudo não nos parece exequível.

Sendo assim, leva-nos a levantar uma outra questão, nomeadamente o porquê deste estudo não ter tido a intervenção do Observatório do Emprego e Formação Profissional, uma vez que este já detém os meios, os técnicos, o *know-how* em estudos do género.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): É uma exigência. Só não percebo a posição do PSD!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD-Açores não vai impedir a aprovação desta Resolução. Acha bem que se recomende ao Governo Regional um estudo deste tipo, mas o estudo não pode valer apenas pela sua designação. Impõe-se respostas para as dúvidas aqui levantadas, em particular as que são também referidas pelo Centro de Estudos Sociais da Universidade dos Açores.

O PSD-Açores vai votar favoravelmente, mas de forma consciente não poderia deixar de apontar algumas observações que deverão ser devidamente esclarecidas.

Tenho dito.

Deputados João Bruto da Costa e Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Esta última intervenção poupou algum tempo à minha própria intervenção, porque na realidade eu ia pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Ricardo Ramalho, na qualidade de defensor deste Projeto de Resolução...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Peça, peça!

A Oradora: ... do Partido Socialista: “estudo analítico sobre os jovens açorianos qualificados”.

Ia exatamente chamar a atenção para as questões pertinentes que a investigadora Gilberta Rocha, no seu parecer, em nome do Centro de Estudos Sociais do Departamento de História, Filosofia e Ciências Sociais da Universidade dos Açores, levanta.

Gostaria de saber, em nome do Bloco de Esquerda, qual é e se há alguma sensibilidade do Partido Socialista para introduzir algum tipo de alteração neste Projeto de Resolução, que responda a estas questões levantadas pela Prof.^a Gilberta Rocha e que nos parecem perfeitamente pertinentes e subscrevemos, porque na realidade a nossa decisão de voto também depende dessa demonstração de sensibilidade e sobretudo de acolhimento destas chamadas de atenção, que não podem ser ignoradas, desta investigadora.

Portanto, aguardo a resposta do Partido Socialista.

Obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Passo agora a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional da Presidência para os Assuntos Parlamentares:

Eu não tinha ideias de colocar questões ao Deputado Ricardo Ramalho, mas vou perguntar uma:

Por que é que é só para os jovens qualificados e não é para os jovens não qualificados? Depois o Deputado Ricardo Ramalho dirá qualquer coisa sobre isso.

Este Projeto de Resolução que temos aqui em apreço, digamos que justifica, ou pretende justificar, a grande capacidade de iniciativa dos 31 Deputados do Partido Socialista, porque alguma coisa tem que ser feita num Grupo Parlamentar com esta dimensão. Portanto, um Projeto de Resolução, um estudo; um estudo analítico sobre os jovens açorianos qualificados.

Mas traz aqui uma marca. Este Projeto de Resolução traz aqui a marca da JS, que como vamos percebendo, fomos percebendo e vamos percebendo ao longo do tempo é uma marca da indignância.

Mas pronto, já nos habituámos a estas coisas da Juventude Socialista.

Deputado André Bradford (PS): O que quer dizer que a JCP é tudo gente que merece!

O Orador: Nem mais, nem menos.

Deputado André Bradford (PS): Só os da JS é que não prestam!

Deputado Francisco Coelho (PS): O Sr. Deputado começa nos jovens pioneiros, por isso é mais cedo!

O Orador: É evidente. Por isso eles não são indigentes. Começam a sua formação logo no berçário.

Como ia dizendo, quem lê, é utilizada aqui uma linguagem muito interessante, como “estudo analítico”, “análise perspetiva e sociológica”, a expressão “especialização inteligente”... Uma linguagem muito interessante mas, digamos, o Projeto de Resolução é um pouco despido de conteúdo e aliás só justifica uma coisa, é trabalho para alguém.

De facto há aqui uma questão que é a seguinte:

Se isto é aquilo que o Partido Socialista, designadamente a Juventude Socialista, pensa e tem como proposta em termos de políticas públicas para os jovens e para o emprego dos jovens da Região, isto é muito pouco.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: É muito pouco!

Por outro lado, parece-me que há aqui algumas questões que ficaram de fora, desde logo a questão dos jovens não qualificados, que como sabemos têm

sempre muita mais dificuldade em aceder ao emprego do que os jovens qualificados.

Vou esperar. Vou aguardar mais alguns momentos pelas respostas da bancada do Partido Socialista, designadamente pelos jovens socialistas que têm assento nesta bancada, para me tentarem convencer a eu dar o aval a este Projeto de Resolução que é aqui apresentado. Vou aguardar e depois voltarei de novo ao debate.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Marta Couto tem agora a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sra. Secretária:

Antes de mais gostaria de salientar e agradecer também aos partidos a abertura que demonstraram em trabalharmos todos em conjunto pela nossa juventude. De facto, é disto que este estudo trata, também tendo as suas virtudes, os seus defeitos, como já apontado...

Sr. Deputado Aníbal não me faça rir, pelo amor de Deus!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Deputada, hoje estou com dificuldades auditivas!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É da idade!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já lhe falta a visão, agora a audição!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E não é só!

A Oradora: Quer que eu fale mais alto?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Agradecia!

A Oradora: Eu falo mais alto.

Vou tentar responder às questões que aqui foram colocadas. Vou começar pela Sra. Deputada Ana Espínola e tentar responder às questões das políticas de emprego, juntamente e parcialmente com resposta ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Este estudo não pretende ser uma solução ou a solução. Este estudo pretende ser uma das soluções, não é?

Pretende ser um estudo. É exatamente isso. Ser uma ferramenta, como bem disse o Sr. Deputado Ricardo Ramalho que possa contribuir para que os nossos jovens possam perspetivar a sua mobilidade no mercado de trabalho...

Deputado Aníbal Pires (PCP): E emigrar!

A Oradora: Vou fingir que não ouvi essa última parte, Sr. Deputado.

... e também para os nossos agentes económicos poderem ter uma ferramenta prospetiva, disponibilidade de mão de obra qualificada no mercado de trabalho.

No que se trata, Sr. Deputado Aníbal Pires – e peço desculpa, Sra. Deputada, por responder primeiro ao Sr. Deputado Aníbal Pires – de serem jovens qualificados ou não, este é um estudo dirigido a jovens qualificados e a jovens que se estão a qualificar.

Tal não implica que o Governo Regional não trabalhe diariamente para todos os jovens, não é?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Exatamente!

A Oradora: O Governo Regional, como tem vindo a ser demonstrado, tem uma diversidade de programas de emprego...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Basta olhar para a taxa de desemprego jovem!

A Oradora: Sim senhor. Sobre a taxa de desemprego jovem, Sr. Deputado, já lhe respondo.

O Governo disponibiliza uma data de programas de emprego que têm sido aplicados na tentativa exatamente de combater essa taxa de desemprego.

Essa taxa de desemprego não é exclusiva nossa, Sr. Deputado. Não podemos olhar para essa taxa de desemprego como se fôssemos os únicos que a tivéssemos alta.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Somos os piores!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a falar dos Açores!

A Oradora: Estamos a falar dos Açores, mas a taxa de desemprego é um problema que afeta toda a Europa e o mundo inteiro.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos a falar dos Açores!

A Oradora: Estamos a falar dos Açores, mas temos que olhar para as coisas numa perspetiva global, Sr. Deputado. Temos que ser equilibrados e olhar para as coisas numa perspetiva global.

De qualquer maneira estamos a tentar trabalhar...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estamos falar dos Açores! Da Região, do Governo do Partido Socialista e dos problemas dos jovens dos Açores!

A Oradora: Srs. Deputados, se continuam a falar, eu não consigo falar mais alto.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos tentar ouvir a Sra. Deputada Marta Couto. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma jovem!

A Oradora: Ainda jovem.

Sr. Deputado, é isso que tenho para lhe dizer.

O desemprego é um problema global que nos afeta profundamente a nós e especialmente a nós, porque somos a Região mais jovem do país e o desemprego jovem, por consequência, aqui tem uma reflexão enorme e nós sentimo-la.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E olhe que é por muitas boas razões que somos os mais jovens do país!

A Oradora: Não estou aqui gratuitamente a dizer que não é um problema. Assumo que é um problema que tem que ser trabalhado e é também para isto que este estudo existe.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Somos nós e Braga, pelas mesmas razões!

A Oradora: Voltando à Sra. Deputada Ana Espínola, peço desculpa.

Quanto à atualização anual, e também intercalando com a pergunta da Sra. Deputada Zuraida Soares, o Partido Socialista naturalmente está aberto às propostas dos partidos, porque este é um estudo que requer consenso. É um estudo que requer que todos contribuamos...

Deputada Zuraida Soares (BE): É um Projeto de Resolução. Não podemos propor nada!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estão abertos a propostas?

A Oradora: Diga?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Há coisas que estão abertas e que não podem ser tratadas, mas não deixam de estar abertas!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Nós não podemos fazer propostas de alteração! Estão abertos?

A Oradora: Sim, eu sei. Tenho noção desse aspeto.

Certamente esse estudo levará em consideração as propostas que os partidos aqui fizerem. Não está excluído.

A questão do estudo estar pronto num ano (o Sr. Deputado Cláudio Almeida colocou essa questão, também colocada pela Prof.^a Gilberta Rocha).

Naturalmente que os técnicos que se ocuparão deste estudo e que irão estudar, passe a redundância, as pessoas que trabalham no Observatório da Juventude e que irão ocupar-se de fazer este estudo, naturalmente têm que delimitar o espaço de tempo em que isto será feito.

Poderá naturalmente não ser suficiente e reconhecemos que o espaço de um ano poderá ser muito curto.

Quanto às considerações sobre o Cartão Interjovem, Sra. Deputada, na altura da discussão do Cartão Interjovem, aquilo que considerámos foi que o Cartão Interjovem tinha um objetivo específico e que não se aplicaria aos 35 anos pelos motivos que na altura foram referidos e que não vou voltar a referi-los aqui.

Sr. Deputado Cláudio Almeida (eu peço desculpa, tenho aqui imensas notas), o senhor diz que as políticas que têm sido construídas têm sido construídas com base no improvisado.

Eu não vejo improvisado, Sr. Deputado. Eu vejo tentativas consecutivas de resolver o problema.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Tem petróleo esta proposta?

A Oradora: Nós não temos improvisado. Temos trabalhado consecutivamente para resolver o problema. Não vejo qualquer tipo de improvisado nisto.

De qualquer forma, para não me alongar muito mais, o senhor pergunta por que é que o estudo dos estudantes açorianos que se encontram a estudar fora deixou

de ser feito. O estudo deixou de ser feito porque, passando as candidaturas ao ensino superior a ser feitas numa plataforma do Ministério da Educação, o Ministério da Educação simplesmente não quis fornecer a informação ao Serviço Regional de Estatística.

Quando se diz que efetivamente é preciso uma articulação e provavelmente um protocolo de colaboração com o Governo da República (e é muito provável), será verdade, porque essa informação terá que ser providenciada pelo Ministério da Educação e isso terá que ser efetivamente trabalhado.

Sobre o parecer da Universidade dos Açores já me debrucei sobre ele.

Por que não um Observatório do Emprego e da Formação Profissional?

Eu pergunto ao Sr. Deputado: por que não um Observatório da Juventude? Uma das linhas de investigação do Observatório da Juventude é efetivamente a educação, a formação e o mercado de trabalho. Portanto, não exclui, muito pelo contrário, inclui.

No que toca à Sra. Deputada Zuraida, eu já respondi. Ao Sr. Deputado Aníbal também.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Estou para ver até onde vai a abertura!

A Oradora: Sr. Deputado, eu só tenho a dizer-lhe uma coisa.

Este estudo tem a melhor das intenções.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Ah! Eu sei quais são as intenções subjacentes!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O inferno está cheio disso!

A Oradora: Pois está, mas é o que lhe digo, Sr. Deputado.

Não há intenções como aquelas que o Sr. Deputado veiculou.

A única coisa que lhe disse é que a intenção deste... o objetivo (vou substituir a intenção pelo objetivo) deste Grupo Parlamentar é continuar a trabalhar pela Juventude dos Açores, sendo que para isso, precisa de um estudo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com os resultados que todos vemos!

A Oradora: Mas para isso iremos precisar que todos trabalhemos para o mesmo objetivo, por isso estamos aqui todos a defender os nossos jovens que muito, muito precisam de nós.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é um problema da juventude. O senhor já não tem idade!

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Respondendo ao desafio da Sra. Deputada Marta Couto, o PPM deixa aqui o seu contributo. Nós propomos também a criação de mais uma alínea que deva dizer mais ou menos o seguinte:

“O número de jovens açorianos que se encontram no desemprego e em estágios profissionais e o seu nível de qualificação”.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem! Foi das melhores intervenções que fez ao longo de 6 anos, posso garantir-lhe!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Deputado, ficamos à espera da sua!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passo agora a palavra à Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Isabel Almeida Rodrigues):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Há duas maneiras de olharmos para uma proposta ou para uma iniciativa.

Eu prefiro olhar pela positiva e procurar o contributo que essa iniciativa pode trazer para o desenvolvimento da nossa Região.

É por isso que, como tive oportunidade de dizer em sede de audição na Comissão de Assuntos Sociais, transmiti às Sras. e aos Srs. Deputados da Comissão que o Governo vê esta iniciativa com muito interesse, porque aquilo que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe traduz-se num alargamento, por um lado, dos dados que são recolhidos (alguns deixaram de ser em 2012, por razões que já foram explicadas pela Sra. Deputada Marta Couto) e, por outro, aponta para que se vá um pouco mais além e que, além da

recolha e tratamento estatístico dos dados, se proceda a uma análise, a uma identificação de problemas que esses dados possam suscitar, bem como a propostas de soluções e de consequências dessas soluções sobre esses dados.

No fundo, este estudo que agora nos é proposto permitirá definir com mais detalhe o perfil dos jovens açorianos com níveis mais avançados de qualificação, quais as suas áreas de interesse e de trabalho.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para auscultar esses jovens!

A Oradora: Estudos mais avançados e não há nada de mal nisso, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! É para auscultar esses jovens, para o mercado de trabalho ver o nível de jovens que temos cá!

A Oradora: Permite conhecer as suas expetativas e áreas de interesse.

Ao introduzir a componente da investigação e da formação profissional, introduz informação que é muito importante não só do ponto de vista do Governo Regional no que toca à elaboração de políticas públicas, mas também para o tecido empresarial regional que poderá ter assim uma melhor perceção de qual é o perfil desses jovens.

Aliás, lembrava nessa matéria uma sugestão muito interessante feita pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão em sede de audição, na Comissão, e que eu tive na altura oportunidade de dizer que o Governo entendia como pertinente essa sugestão e que certamente a acolheria, e que se referia à necessidade de estabelecer depois mecanismos de interação entre estes jovens e o tecido empresarial regional.

Julgo, por isso, que resulta claro que poderemos estar aqui perante uma ferramenta que permitirá, como disse, não só ao Governo Regional mas ao próprio tecido empresarial, conhecer melhor a nossa força de trabalho, quem são estes jovens, que qualificações têm e que mais-valias podem trazer à Região.

Ouvi com atenção as intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados, que colocaram questões com muita pertinência e que vale a pena abordar.

A Sra. Deputada Ana Espínola, referiu e bem, porque é incontornável, a questão do desemprego jovem.

Devo dizer-vos que partilho aquilo que foi dito pela Sra. Deputada Marta Couto e que já noutro debate tive oportunidade de dizer nesta Assembleia, embora noutra qualidade.

O problema do desemprego e em particular o desemprego jovem e os desempregados de longa duração são uma das heranças mais duras que esta crise nos deixou.

É verdade que estamos a tratar dos Açores, mas também é bom não perder de vista que não é exclusivamente um problema dos Açores. É um problema dos Açores, do país, da Europa e das economias desenvolvidas.

É por isso que as instituições internacionais ligadas ao trabalho e à economia têm reiteradamente chamado a atenção para a necessidade de se abordar este problema e no caso particular da Europa para a necessidade de prestar uma atenção muito particular aos milhões de jovens desempregados em toda a Europa.

Entendo, por isso, que aqui se deve ter uma abordagem muito séria que transmita aquela que é a nossa verdadeira preocupação nesta matéria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para isso temos que fazer um estudo!

A Oradora: Julgo que também será pertinente nesta sede referir que o Governo Regional tem desenvolvido todos os esforços que estão ao seu alcance criando, quer através de programas de estágio, quer através de programas de apoio à integração de estagiários, à criação do próprio emprego e à integração de trabalhadores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esqueceu-se do empreendedorismo!

A Oradora: Vamos também dispor de dois instrumentos muito importantes que tem o Programa Operacional que, como as Sras. e os Srs. Deputados já tiveram certamente oportunidade de avaliar, está muito centrado na criação de emprego e na qualificação das empresas, porque será essencialmente por via do desenvolvimento da nossa economia, da inovação e da modernização das nossas empresas que poderemos criar trabalho e sobretudo poderemos criar emprego para estes jovens.

Dispomos também de um sistema de incentivos extremamente inovador que, se as Sras. e os Srs. Deputados já tiveram oportunidade de analisar, tem também em conta a empregabilidade dos jovens e também a empregabilidade dos jovens com níveis avançados de qualificação. A integração desses trabalhadores nas empresas conhece uma majoração em sede dos sistemas de incentivos.

Se estamos satisfeitos? Não!

Mas vamos continuar a trabalhar para vencer este desafio.

Há também um conjunto de referências muito pertinentes que foram aqui feitas ao parecer do Centro de Estudos Sociais, elaborado pela Prof.^a Doutora Gilberta Rocha, que chama atenção essencialmente para dois aspetos:

O primeiro para o prazo e para a exequibilidade deste projeto nesse prazo;

O segundo para algum grau de dificuldade na obtenção dos dados para que possamos ter um retrato completo.

Eu não sou cientista. Portanto, não posso dissertar muito sobre a construção científica de um estudo desta natureza.

Julgo que será possível, de qualquer forma, construir, pelo menos numa fase inicial, uma amostra com validade estatística.

Há um dado aqui importante a ter em conta, que é a adesão dos jovens a este trabalho.

Queria, no entanto, transmitir-vos que da parte do Governo dos Açores há toda a confiança na qualidade técnica do Observatório da Juventude que, como sabem, foi implementado mediante um protocolo assinado entre o Governo dos Açores, através da Direção Regional da Juventude, e a Universidade dos Açores.

Dizer-vos que da parte do Governo Regional estamos, natural e inteiramente, disponíveis para discutir com o Observatório estes constrangimentos e, dentro daquelas que sejam as nossas possibilidades e as nossas competências, contribuir para a ultrapassagem desses constrangimentos, sendo certo que as opções científicas caberão sempre e exclusivamente ao Centro de Estudos Sociais e ao Observatório da Juventude.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passo agora a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Perguntei ao Deputado Ricardo Ramalho. Obtive respostas da Deputada Marta Couto, mas não tenho nada contra, bem pelo contrário.

A resposta da Deputada Marta Couta não resolve o problema ou os problemas, a questão fundamental que o Bloco de Esquerda pretendeu levantar, que é esta: Isto é um Projeto de Resolução do Partido Socialista. Longe do Bloco de Esquerda desmerecer o seu conteúdo. Cada um contribui com aquilo que tem, com aquilo que pode, logo que a intenção tenha de alguma maneira um objetivo positivo. Não estou a fazer juízos de valor sobre isso.

Agora faço um juízo de valor, não meu, mas atenta ao parecer que ainda agora foi referido pela Sra. Secretária Regional da Presidência, que é exatamente da investigadora Gilberta Rocha.

Há sobretudo quatro aspetos que me parecem substanciais. Eu não posso, nenhum partido aqui pode, o Bloco de Esquerda não pode, apresentar nenhuma proposta de alteração ou de aditamento na medida em que é um Projeto de Resolução.

Também não posso, nem nenhum partido aqui pode, votar este Projeto de Resolução na esperança de que nós votamos uma coisa, mas depois o Partido Socialista e o Governo vão fazer outra. Não!

Aquilo que proponho ao Partido Socialista é que se na realidade leva em conta, em consideração e acha justas e pertinentes algumas das chamadas de atenção deste parecer e outras que aqui foram trazidas por outras intervenções, então retire este Projeto de Resolução e apresente um outro que leve em consideração estas chamadas de atenção, nomeadamente o prazo de exequibilidade, a audição do Observatório da Juventude dos Açores, exatamente se pode, como pode, os constrangimentos a que estará sujeito e qual é a visão que tem sobre a exequibilidade deste projeto, os custos para que a investigadora Gilberta Rocha

também chama a atenção e vale a pena também ponderá-los um bocadinho, os jovens dentro e fora da Região.

O Governo está disposto a suportar estes custos, ou vale a pena ser menos ambicioso e mais modesto neste aspeto e ficar mais dentro da nossa Região? É outro aspeto que acho que vale a pena ponderar.

Finalmente a tal dificuldade na obtenção das informações que são essenciais obter para dar credibilidade a este próprio estudo.

Resumindo: se o Partido Socialista está disponível para, mediante algumas alterações a este Projeto de Resolução, integrar este tipo de preocupações, o Bloco de Esquerda está disponível para votá-lo favoravelmente.

Se o Partido Socialista não está disponível para atender a estas preocupações, o Bloco de Esquerda abster-se-á na votação final.

É tão simples quanto isto.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem agora a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sra. Presidente, eu não prescindi porque a questão que quero colocar é exatamente esta:

Foi demonstrado pela Deputada Marta Couto que havia alguma abertura.

Gostaria de saber até onde é que vai essa sua abertura, se de facto vão substituir ou não, que é para a Representação Parlamentar do PCP saber se essa abertura que V. Exa. demonstrou, mas que ainda não concretizou, altera ou não a posição de voto do PCP.

Assim, não!

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra a Sra. Deputada Marta Couto.

Deputada Marta Couto (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Era para pedir um intervalo regimental de 15 minutos, porque o Partido Socialista naturalmente aceitará as sugestões (não propostas!) dos partidos para que este estudo fique mais completo.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sendo regimental, regressamos às 17:25H.

Eram 16 horas e 53 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares. Vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 38 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Estava inscrito o Sr. Deputado Cláudio Almeida.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não me digas agora que vais votar contra!

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados: Acho que a Sra. Deputada Marta Couto, antes de eu intervir, devia explicar as alterações que foram feitas à câmara.

Prescindo da palavra.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Prescindiui.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Marta Couto tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Couto (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As alterações introduzidas foram aquelas sugeridas pelos partidos.

De facto, na parte resolutiva, no n.º 1, acrescentámos a alínea j) que diz que neste estudo deve estar incluído o número de jovens açorianos que se encontram no desemprego e em estágios profissionais e o seu nível de qualificação.

Alterámos o n.º 3 da parte resolutiva, dos 18 para os 17 anos, como limite mínimo de abrangência.

Também acrescentámos os n.ºs 4, 5 e 6 no sentido de que o limite temporal da realização do primeiro estudo deverá ser definido pelo Observatório da Juventude dos Açores, dada a sua complexidade, devendo o estudo, posteriormente, ser atualizado anualmente.

O n.º 5 define que o Observatório da Juventude dos Açores deve pronunciar-se sobre as condições de realização do respetivo estudo e sobre os custos do mesmo e o n.º 6 indica que devem empenhar-se todos os órgãos regionais na obtenção das informações atinentes à realização do estudo, bem como no estabelecer de entendimento com o Governo da República para a obtenção da informação atinente aos estudantes açorianos que se encontrem a estudar no território continental.

No fundo, é o acolher das recomendações do parecer da Dra. Gilberta Rocha.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer, sem dramatizar ou teatralizar a questão, que isto é um momento histórico.

Deputado Berto Messias (PS): Não é histórico! Vou ter que protestar!

A Oradora: É uma situação em que o Partido Socialista se abriu, e bem, do nosso ponto de vista, aos contributos dos partidos das diferentes oposições, coisa que não é muito habitual.

Deputado André Bradford (PS): Já aconteceu!

A Oradora: Na realidade, fica comprovado nesta câmara e fora dela que quando esta humildade democrática existe quem ganha são os açorianos e açorianas.

Deputado André Bradford (PS): Não nos faça arrepender!

A Oradora: Não é esta Casa, nem é o Partido Socialista.

Fico satisfeita e obviamente que após esta alteração o Bloco de Esquerda votará favoravelmente.

Curiosamente, não resisto a dizê-lo, não percebo como é que um elogio pode incomodar a bancada do Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PS): Não!

Deputado Ricardo Cabral (PS): Não incomodou!

A Oradora: Ficou tão incomodada, quando estou a dizer uma coisa bonita, Sras. e Srs. Deputados.

Não fiquem incomodados!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Queria expressar a minha satisfação e registar (posso não considerar que seja um momento histórico) a abertura manifestada pela bancada do Partido Socialista, designadamente a abertura manifestada e liderada pela Deputada Marta Couto.

A Representação Parlamentar do PCP vai dar o seu voto favorável à substituição integral do Projeto de Resolução que agora foi apresentado pelo Partido Socialista.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Só não acolheu contributos do PPM!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Cláudio Almeida tem agora a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também devo registar aqui a abertura por parte do Partido Socialista quanto a esta matéria, coisa que em outros diplomas muitas vezes não acontece, nem é recíproco.

Devo dizer também que estas alterações que foram introduzidas vieram melhorar o Projeto de Resolução.

O PSD já tinha dito que ia votar favoravelmente e irá, como é óbvio, votar favoravelmente com as alterações que foram introduzidas.

No entanto, penso que ficaram aqui algumas questões por responder, colocadas pelo PSD, nomeadamente o porquê só agora fazer um estudo desse género?

Também tentar perceber o que é que o Observatório da Juventude fez até hoje. Que estudos é que fizeram?

Para além disso, também questionei aqui o Governo Regional e a bancada do Partido Socialista, o porquê da não utilização do Observatório do Emprego e Formação Profissional.

Visto que o Observatório do Emprego e Formação Profissional tem estudos relativamente parecidos com este que é solicitado pelo Partido Socialista, que utilidade tem dado o Governo Regional a esses estudos que são produzidos pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional?

Aliás, também tinha aqui uma outra questão.

Foi aqui afirmado que deixou de se fazer um dos inquéritos dos estudos feitos pelo Observatório do Emprego e Formação Profissional em 2012, porque deixou de estar disponível informação por parte do Governo da República para esse estudo.

Já agora, uma vez que deixou de estar informação disponível, que diligências é que o Governo Regional fez para obter novamente esses dados e que respostas é que foram dadas pelo Governo da República?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PPM informa esta câmara que irá votar favoravelmente esta iniciativa.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi a melhor intervenção dos últimos seis anos!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional tem a palavra.

(*) **Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Isabel Almeida Rodrigues*): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tem razão, Sr. Deputado Cláudio Almeida, mas foi por lapso que não respondi. Tinha anotado aqui as suas questões.

Relativamente ao Observatório da Juventude penso que coloca a questão apenas porque a quer colocar aqui, porque a colocou em sede de audição na Comissão e a resposta consta do relatório que a Comissão competente emitiu para apreciação desta iniciativa.

Tal como tive oportunidade de esclarecer na altura, o Observatório, volto a lembrar, é uma entidade informal constituída a partir de um protocolo entre a Direção Regional da Juventude e a Universidade dos Açores, através do Centro de Estudos Sociais. Portanto, não é um serviço da Administração Pública, nem sequer é um serviço da Universidade dos Açores.

Entre os trabalhos já desenvolvidos está, desde logo, a construção da própria página do Observatório na internet que é um instrumento importante de acesso a informação variada, nomeadamente de teor estatístico, levantamento de referências biográficas.

Quanto a estudos, como também tive oportunidade de referir na Comissão, serão apresentados no colóquio que se vai realizar em dezembro, os resultados preliminares do estudo sobre “trajetórias profissionais dos jovens açorianos”.

O Observatório participa também num projeto que é coordenado pela Universidade de Aveiro, denominado “consciência europeia dos jovens insulares europeus”.

Quanto às questões que coloca relativamente aos inquéritos, naturalmente que são instrumentos de planificação pelo conjunto de informação que detém.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo, vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Passamos então para o ponto nove da nossa Agenda: **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/X – “Sétima alteração ao DLR n.º 8/2002/A, de 10 de abril, alterado pelos Decretos Legislativos Regionais n.ºs 22/2007/A, de 23 de outubro, 6/2010/A, de 23 de fevereiro, 3/2012/A, de 13 de janeiro, 3/2013/A, de 23 de maio, 2/2014/A, de 29 de janeiro e 14/2014/A, de 1 de agosto, que estabelece o regime da atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”.**

Para apresentação do diploma dou a palavra ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Os resultados evidenciados pelo Governo Regional dos Açores que têm demonstrado um sentido de equilíbrio muito grande e, portanto, de contínuo equilíbrio orçamental, são, sem dúvida, a razão...

Não concorda, Sr. Deputado Joaquim Machado?

(Aparte inaudível do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: ... para podermos hoje apresentar este diploma.

Esta proposta de alteração visa criar as condições para que seja reposto o nível remuneratório que os funcionários públicos dos Açores tinham até ao final de 2013, reintroduzindo um acréscimo remuneratório que visa efetivamente anular uma componente de um novo corte orçamental que foi imposto pelo Governo da República.

O que estamos aqui mais uma vez a fazer aprovar (e a Sra. Presidente leu no preâmbulo) é um conjunto de alterações que visam todas elas o mesmo, ou seja,

chegar à conclusão que o PSD corta nos vencimentos dos funcionários públicos e nos Açores o Partido Socialista e o Governo repõem os cortes que o PSD faz.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

O Orador: É isso, essencialmente, aquilo que estamos aqui e, infelizmente, mais uma vez a ter que fazer: repor uma componente dos vencimentos que assegura a estabilidade da remuneração dos nossos funcionários públicos em relação àquilo que auferiam o ano passado.

É, pois, a concretização mais uma vez de um compromisso claro deste Governo, um compromisso de manter estável as remunerações daqueles que trabalham para a Administração.

Para este Governo os funcionários públicos e a Administração Pública não são um custo, mas um recurso. Aquilo que aplicamos nos funcionários públicos não é um desperdício, é um investimento na melhoria da qualidade do serviço que é prestado a todos os açorianos.

Por isso mais uma vez, com todo o orgulho e com sentido de uma enorme justiça e de reposição dessa justiça, vamos concretizar essa mesma proposta.

Assumimos também, por essa via, no limite dos nossos recursos e no limite das nossas competências (ainda recentemente foram questionadas, como sabem) a capacidade de corrigir mais uma injustiça que nos tinha sido imposta de fora da Região para dentro.

Porque o tempo repõe sempre a verdade, é bom lembrar que alguns nesta Casa, não há muito tempo, diziam que o Governo dos Açores não tinha a capacidade para compensar os funcionários públicos da Região de cortes impostos pela República, ou seja, é bom lembrar que diziam que nós tínhamos abdicado de ter essa possibilidade.

Estamos aqui, hoje, mais uma vez, a comprovar de que não tinham razão.

Infelizmente, ou felizmente, dependerá da perspetiva, hoje foi anunciado pelo atual Primeiro-Ministro que se ganhar as próximas eleições manterá os cortes em relação ao vencimento que os funcionários públicos tinham direito até 2019,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é falso! Não foi isso que foi anunciado!

Deputado José Ávila (PS): Foi, foi!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ia repor 20% ao ano!

O Orador: ... o que quer dizer que o ainda Primeiro-Ministro, se ganhar as eleições, implicará que tenhamos que anualmente ajustar esta remuneração complementar àquilo que seria a manutenção de uma redução face ao vencimento dos índices dos funcionários públicos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o seu candidato o que é que diz?

Deputado Luís Garcia (PSD): O Costa algum dia disse alguma coisa?

O Orador: Sras. e Srs. Deputados:

Os resultados evidenciados pelo Governo dos Açores, que têm demonstrado um sentido de equilíbrio muito grande, de contínuo equilíbrio orçamental, é também o instrumento que permite fazer esta mesma proposta e permite por essa via também repor mais uma vez a justiça que é devida aos funcionários públicos, contribuindo assim desta forma para apoiar as famílias açorianas e para também, por via do contributo que tem para retoma do consumo interno, repor a estabilidade das nossas empresas e ativar a economia com este reforço do rendimento disponível das famílias.

É este mais um contributo que damos na consciência plena dos nossos recursos e na consciência plena das nossas competências.

Deputado André Bradford (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

A Mesa já tem uma inscrição.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Discutimos mais uma vez neste Parlamento a Remuneração Complementar. A última vez que o fizemos, se não me falha a memória, foi em julho passado, isto

é, há apenas 3 meses atrás. É, portanto, a terceira vez, que a analisamos, desde a aprovação do Orçamento da Região para 2014.

Parece uma bizzarria, a frequência algo frenética com que se tem alterado um regime que se destina a compensar os trabalhadores da Administração Pública Regional e empresas públicas dos custos agravados de insularidade.

Mas todos aqui entendemos as razões desta inconstância legislativa e sabemos bem que ela tem a ver com decisões que são tomadas fora das paredes deste Parlamento e que nos limitamos aqui a reagir a elas.

Mas a verdade é que o facto de termos tido necessidade de andar sistematicamente a alterar o Decreto Legislativo Regional da Remuneração Complementar demonstra o que o Partido Comunista Português tem afirmado várias vezes:

A Remuneração Complementar não é o instrumento legislativo adequado para fazer a compensação dos cortes salariais!

Não é aceitável que se subverta um regime de apoio que é durável, que existe para minorar dificuldades que são permanentes, para compensar os cortes salariais que são, por maioria de razão e por força de lei, temporários.

Porque os cortes salariais são temporários, têm de ser temporários, queira ou não queira o FMI, queira ou não queira a direita destruidora que nos governa na República!

Ainda temos leis, ainda temos órgãos constitucionais, ainda temos direitos e garantias e o Estado está obrigado a cumprir os contratos que assume com os seus trabalhadores. Por isso os cortes salariais são transitórios, ao contrário do que sucede com a remuneração complementar, que é permanente. E é permanente porque não se prevê que os movimentos das placas tectónicas da crosta terrestre nos aproximem do continente europeu, reduzindo a distância e, por essa via, os custos do viver insular.

Esta não é apenas uma questão formal. É que existem fundadas razões para temer que exista por parte de alguns a tentação de tentar fazer esquecer qual é o verdadeiro objetivo da Remuneração Complementar e para que foi criada, a tentação de a fazer passar como sendo apenas uma mera medida de

compensação salarial. Isto para mais tarde, quando os salários roubados forem repostos aos trabalhadores, utilizar esse artifício para a tentarem eliminar de todo!

Já vimos tudo e aprendemos a não subestimar a criatividade do Partido Socialista, do PSD e do CDS para prejudicar os trabalhadores e para cortarem na despesa social do Estado.

Por isso reafirmamos, porque é importante relembrar: a Remuneração Complementar é, por mais que a tentem subverter, uma compensação permanente aos acrescidos custos do viver insular, aos custos da insularidade. Não é o meio mais adequado de compensar o roubo nos salários dos trabalhadores da Administração Pública!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Dito isto, importa ainda desmontar o enorme embuste político a que assistimos em torno da compensação aos cortes salariais.

E o primeiro embuste é a própria nomenclatura: é que não se tratam de cortes, trata-se de um roubo puro e simples, à margem de todo o direito. Um roubo levado a cabo por uma maioria – que é composta não por dois mas por três partidos – e que se tornou ilegítima porque excedeu o mandato que recebeu do Povo Português!

Quando, à margem da Lei, à margem da Constituição e do Estado de Direito, o PS, o PSD e o CDS resolveram assaltar o vencimento dos trabalhadores, puseram-se a si mesmos fora da lei e fora de qualquer legitimidade democrática!

Deputado Berto Messias (PS): João Oliveira leu ontem no plenário da Assembleia da República!

O Orador: E aqui reside o grande embuste: PS, PSD e CDS querem compensar parcialmente aqui na Região o corte que eles mesmos aplicaram lá fora! E bem podem colocar a palavra “Açores” depois da sigla partidária, porque são, de facto os mesmos. Porque é para esses mesmos partidos, para esses mesmos governos que vêm, ciclicamente, pedir o voto dos açorianos.

Depois, com um discurso socializante, carregados de uma falsa generosidade e preocupação com os trabalhadores, vêm os três partidos da *troika* devolver uma pequena fração do que roubaram aos funcionários públicos!

Na verdade, o assalto às remunerações dos servidores do Estado começou há muitos anos atrás, certamente mais de uma década. Basicamente não houve nenhum Governo, fosse rosa ou laranja, com ou sem a tonalidade azul presente, que não se dedicasse a atacar os funcionários públicos: redução dos salários reais através de aumentos muito abaixo da inflação real, congelamentos de progressões e carreiras, aumentos de contribuições, limitações nos direitos, não cumprimento da lei em termos de formação profissional, barreiras a novas contratações, e etc., sempre acompanhada de uma enorme campanha caluniosa responsabilizando os funcionários públicos e os seus supostos privilégios pelos problemas do país.

Todos os Governos ganharam o hábito de usar as remunerações dos funcionários públicos como fundo de conveniência para as suas dificuldades orçamentais.

Podemos afirmá-lo claramente: não há nenhuma classe profissional neste país que tenha sido tão mal tratada pela sua entidade patronal como os funcionários da Administração Pública Regional e Central!

Não há nenhum conjunto de trabalhadores em Portugal que tenha tido de suportar tantos sacrifícios como os funcionários públicos!

E sempre, sempre, às mãos dos mesmos três partidos: PS, PSD e CDS!

Os mesmos que aqui estão hoje, caritativamente, a devolver uns poucos de Euros aos funcionários públicos açorianos que auferem salários mais baixos.

É uma obra-prima de hipocrisia política.

Esta responsabilização política é importante, diria mesmo que é fundamental, para que os açorianos percebam que não será com estes três partidos que a sua situação irá melhorar.

Por mais que mudem as caras, por mais que se digam de esquerda – embora se recusem a dar qualquer conteúdo concreto e real a essa palavra – ou

socialmente preocupados, a prática da vossa política foi, nos aspetos e vertentes fundamentais, sempre a dos sacrifícios para quem trabalha.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E vai votar a favor!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mande isso para Lisboa!

O Orador: O PCP está intimamente ligado à criação da Remuneração Complementar, que apresentámos em múltiplas propostas nos anos de 1991, 1992, 1999, 2000, 2001 e mais recentemente temos sistematicamente proposto o seu aumento.

Mas mesmo em relação às propostas de outros partidos, nunca os votos do PCP Açores faltaram para aprovar todas as medidas que visassem minorar as desastrosas políticas dos Governos da República. Está registado. Podem sempre verificar. Em todas as situações o PCP apoiou a compensação aos cortes salariais.

Não será diferente desta vez. Vamos aprovar esta proposta e apoiamos esta medida, mesmo insuficiente, porque pouco é melhor do que nada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Imagine se não aprovasse!

O Orador: Mas agora este voto não é um voto a favor do embuste político que os partidos da troika tentam lançar sobre os açorianos;

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Um voto contra as suas convicções!

O Orador: ... este voto não é um voto a favor da hipocrisia dos que dizem uma coisa nos Açores e fazem outra na República; este voto não nos põe ao lado dos que sempre procuraram por todos os meios aumentar a exploração e os sacrifícios dos trabalhadores.

Não. Nós estamos justamente do outro lado, onde sempre estivemos,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Isso foi mesmo escrito para o Governo central!

O Orador: ... e onde sempre estaremos, aqui, na República e em toda a parte: ao lado dos trabalhadores!

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado. Aproveito também para informá-lo que terminou o seu tempo com a sua intervenção.

Pergunto se há inscrições.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que chatice!

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em 17 meses esta é a quarta vez que se procede à alteração destes Decretos Legislativos que enquadram a remuneração complementar.

Também é a quarta vez que ouvimos o mesmo discurso do Sr. Vice-Presidente do Governo, acusando a República de tudo e mais alguma coisa e louvando em absoluto o Governo Regional, esquecendo, todavia, que a primeira alteração que foi produzida sobre a remuneração complementar, embora não com a configuração que ela tem hoje, foi exatamente em 2011, para fazer face aos cortes que o Governo de José Sócrates fez aos funcionários públicos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É verdade!

Deputado André Bradford (PS): Isso era o Governo mau! Agora temos um novo Governo e continua tudo na mesma!

O Orador: Uns cortes feitos em 2011, que se juntaram ao congelamento das carreiras e ao incumprimento do compromisso e do que a lei determinava sobre a atualização do salário mínimo nacional.

Esta é, como disse, a quarta vez que ouvimos o Sr. Vice-Presidente e continuaremos a ouvi-lo, embora seguramente nem sempre no mesmo tom, porque já estou a imaginar o Sr. Vice-Presidente, em dezembro ou em janeiro, vir fazer um discurso parecido, mas parecido para menos, porque nessa altura, quando o Governo da República fizer a reposição de 20% dos cortes, virá o Sr. Vice-Presidente dizer que afinal os custos de insularidade baixaram um bocadinho e ele vai ficar com mais algum dinheiro no Orçamento.

De facto, quando o Governo da República corta, o Governo Regional apressa-se a dizer que repõe, mas quando o Governo da República repõe o Governo Regional fica ofendido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Seja sério!

O Orador: Fica muito bem, Sr. Vice-Presidente, porque acho que está e fica muito bem assim.

O PSD vai votar favoravelmente esta Proposta de Decreto Legislativo, até porque os trabalhadores açorianos continuam a ser dos que mais baixos salários auferem em todo o país com elevado grau de incidência no salário mínimo. Portanto, este é um benefício que lhes vai bater à porta e nessa medida estamos de acordo com a proposta que o Governo aqui traz.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa continua sem inscrições.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente do Governo Regional:

Esta é uma medida de justiça social que mais uma vez o Partido Socialista cumpre para com os açorianos, mantendo a estabilidade e o poder de compra das famílias açorianas e assim mantendo aquilo que é necessário na nossa economia para que as nossas empresas consigam sobreviver nestes momentos de dificuldade que nos são impostos pela austeridade.

Esta medida visa compensar os custos da insularidade e será, ao abrigo daquilo que são as nossas competências estatutárias e constitucionais, obviamente aprovada e com a aprovação deste Grupo Parlamentar.

Como disse o Sr. Vice-Presidente, estas medidas só são possíveis porque nós vivemos em equilíbrio orçamental na nossa Região. Temos uma Região bem gerida que nestes momentos consegue estar ao lado das famílias e das empresas, tal qual como disse o nosso candidato a Presidente do Governo.

O Partido Socialista irá votar a favor.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sra. Deputada Zuraida Soares faça o favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

O Bloco de Esquerda vai obviamente votar favoravelmente esta proposta do Governo por três razões muito simples de explicar:

Primeiro, porque é uma proposta que faz justiça aos trabalhadores da nossa Região;

Depois, porque é uma proposta que faz o uso justo, do nosso ponto de vista, das prerrogativas estatutárias e constitucionais da autonomia dos Açores;

E depois ainda, porque é uma proposta que no fundo cumpre a lei e os contratos estabelecidos entre o Estado e trabalhadores, ao invés de insistir em estar fora da lei, como é o caso do Governo da República.

Enfatizo esta afirmação de que cumpre a lei para que não se confunda esta proposta do Governo Regional, justa, com uma benesse ou com um benefício. É o cumprimento da lei!

Portanto, a diferença, relativamente ao Governo da República, quanto a nós, Bloco de Esquerda, é exatamente essa.

Cumprir a lei é o estado de normalidade dentro de um estado de direito e de direito democrático.

Portanto, a verdade é que nós é que estamos bem nesta Região quando tomamos medidas desta natureza como fez agora o Governo Regional e na República está mal, porque faz exatamente o contrário.

Dito isto, gostaria, se for oportuno, avançar já com a proposta de alteração.

O Bloco de Esquerda tem uma proposta de alteração e de aditamento, alteração ao ponto 5 do artigo 11.º e aditamento do ponto 6 no mesmo artigo, que foi subscrita por todos os partidos das diferentes oposições e que, no fundo, persegue um objetivo também muito claro que consideramos justo, ou seja, igual tratamento a este nível da remuneração compensatória, quer para os trabalhadores da Administração Pública Regional...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Remuneração complementar!

A Oradora: Complementar! Exatamente! Fez bem em corrigir-me, Sr. Vice-Presidente.

... quer para os trabalhadores do Setor Público Empresarial Regional.

Portanto, esse ponto 5 com as alterações que lhe foram introduzidas, do nosso ponto de vista, clarifica de uma forma que não deixa qualquer tipo de dúvida esta pretensão e esta preocupação.

O aditar do ponto 6 chamando a atenção para que se deve aplicar no Setor Público Empresarial Regional a mesma disposição de incidência do imposto sobre o IRS, à semelhança do que se irá fazer com os trabalhadores da Administração Pública Regional, também é uma questão de justiça.

Por isso, foi fácil colher a concordância de todos os outros partidos.

Resta agora saber como é que decidirá o partido maioritário.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem agora a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular Monárquico vai fazer uma intervenção muito mais breve do que fez o PCP, mas para anunciar a mesma coisa, que votará a favor.

O que se irá verificar no final desta votação é que todos os partidos concordam com esta proposta do Governo Regional.

O que acontece é que depois há quem queira tirar dividendos políticos embora isso não altere o seu posicionamento político e a sua votação em relação a este diploma.

O que eu devo dizer é que esse discurso de que “nós chegámos primeiro, nós estamos ainda mais de acordo que o proponente”, é um discurso absolutamente demagógico e é um discurso que o PPM não faz.

Pura e simplesmente é-nos apresentada uma proposta que está de acordo com aquela que tem sido a posição histórica do PPM em relação a esta legislação e

em relação às consequências e às compensações que é necessário fazer devido aos custos da insularidade.

Portanto, o posicionamento do PPM não se alterou. A proposta do Governo vai nesse sentido e o PPM anuncia aqui que votará a favor.

Este é o posicionamento político, é o posicionamento de sempre do Partido Popular Monárquico e é um posicionamento que não é maniqueísta, não é melhor do que o dos outros, é pura e simplesmente manter o posicionamento político de sempre.

É evidente que quem tenta de alguma forma explicar este posicionamento devido à pressuposta saúde económica da Região não está a dizer a verdade.

Deputado Rogério Veiros (PS): Equilíbrio orçamental!

O Orador: Como se sabe, estamos com dificuldades económicas muito grandes. Temos dificuldades económicas muito grandes, mas a Região, os diversos partidos políticos e o Governo Regional têm este posicionamento porque é um posicionamento que nós acreditamos e que é, fundamentalmente, justo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas o que é que não era verdade?

O Orador: É evidente que fazer este discurso é um discurso demagógico, é um exercício de demagogia.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Mas o que é que eu disse que não era verdade?

Deputado Rogério Veiros (PS): Equilíbrio orçamental!

O Orador: A outra questão é de manter aquele que é o posicionamento do ponto de vista político sem tentar situar-se na guerrilha partidária e dizer que é de Lisboa, porque se o Governo da República se alterar, e pode acontecer,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Pode?!

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Já está a prever a sua coligação?

O Orador: É evidente, porque na Assembleia da República as maiorias não são sempre as mesmas, há alguma alteração no poder. Os governos não duram 20

anos ou 30 anos, como aqui acontece na Região Autónoma dos Açores, portanto há alguma alternância democrática. Isso é bom e é positivo.

Aqui na Região Autónoma dos Açores isso não acontece. Temos um Governo que dura 20 anos.

Deputado André Bradford (PS): Mude-se o povo!

O Orador: É evidente que ao longo desse longo período o Partido Socialista tem um discurso conforme o corte é da responsabilidade do Partido Socialista em Lisboa ou é da responsabilidade doutros partidos que conjuntamente se sentam no Governo em Lisboa.

O discurso altera-se embora os factos sejam os mesmos e os cortes sejam os mesmos.

Portanto, nós não caímos nesse maniqueísmo, não caímos nessa demagogia. Mantemos aquela linha de rumo que é a linha de rumo do partido. Concordamos.

Consideramos que esta compensação é absolutamente fundamental e por isso vamos votar a favor.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Vice-Presidente tem a palavra.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Membro do Governo:

Efetivamente já é, neste caso concreto, a terceira alteração este ano. Isso é verdade, Sr. Deputado Joaquim Machado.

Mas as alterações só existiram porque os cortes que os senhores queriam fazer foram considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional.

Deputado Berto Messias (PS): Bem lembrado!

O Orador: É esta a razão por que estamos aqui novamente a repor uma segunda tentativa de corte...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... depois da primeira ter sido declarada inconstitucional.

Portanto, se estamos aqui novamente, é única e exclusivamente porque a dimensão do corte que os senhores queriam fazer aos vencimentos dos funcionários públicos foi considerada inconstitucional pelo Tribunal Constitucional.

Em matéria de coerência cá estamos novamente.

Quando o Governo da República do Partido Socialista cortou, nós repusemos os vencimentos dos funcionários públicos.

Quando o Governo do PSD cortou, nós repusemos os vencimentos dos funcionários públicos.

Para nós o que está em primeiro lugar são os Açores e os açorianos.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: O que está em primeiro lugar é o nosso compromisso.

Não temos uma posição sobre esta matéria quando saímos da Região e outra posição quando estamos na Região.

Deputados Ricardo Cabral e Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Não votamos a favor dos cortes quando estamos sentados na Assembleia da República e contra os cortes quando estamos sentados na Assembleia Regional.

Deputado José Ávila (PS): É verdade!

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

O Orador: Por isso mesmo todos os açorianos sabem que com o Partido Socialista nos Açores, com o Governo Regional do Partido Socialista, a estabilidade dos vencimentos dos funcionários públicos é uma garantia, uma segurança e um património nosso.

Mesmo quando puseram em causa a nossa competência para legislar sobre esta matéria, quando puseram em causa a forma como assumimos a nossa autonomia, nós tivemos aqui a resistir e a demonstrar que tínhamos razão e a

verdade e o tempo vieram a dar-nos razão. Isso é aquilo que os açorianos sabem, é aquilo que os açorianos sentem e é aquilo que os açorianos confiam.

Não dissemos uma coisa antes das eleições. Não fomos como outros que antes das eleições disseram que não cortavam o vencimento dos funcionários públicos, não cortavam o subsídio de férias, não cortavam o subsídio de Natal e logo depois de estarem no Governo fizeram exatamente o contrário daquilo que se tinham comprometido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estamos nos Açores!

O Orador: E esta é a estabilidade e a segurança que este projeto do Partido Socialista e este Governo dá aos Açores, dá aos açorianos. Por isso mesmo o vosso incómodo por estarem aqui neste momento.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e da Sra. Secretária Regional Adjunta da Presidência para os Assuntos Parlamentares)

Presidente: Muito obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

Nós temos um discurso neste hemiciclo que parece de facto surrealista. Eu não me identifico com as acusações feitas pelo Sr. Vice-Presidente, porque eu não tomei nenhuma decisão sobre cortes na República.

Deputado André Bradford (PS): O senhor não é militante e Vice-Presidente do CDS-PP?

Deputado Aníbal Pires (PCP): O senhor não é do CDS-PP?

O Orador: Parece que há aqui um conjunto de complexos por não estarem sentados no hemiciclo da Assembleia da República.

Os Açores são República Portuguesa!

Temos Governo Central e Governo Regional.

Cada um deles ocupa uma posição.

O Partido Socialista serve efetivamente os Açores e os açorianos.

Sr. Vice-Presidente, já viu alguma vez o CDS-PP não servir os Açores e os açorianos?

O CDS-PP não tem nenhum deputado eleito na Assembleia da República. Portanto, representa os Açores e os açorianos nesta câmara.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente! Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Mas apoia a maioria na Assembleia da República!

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Como tal, faz política partidária regional, influencia a política possível a nível nacional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os senhores têm algum complexo com os Governos centrais...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e por isso passam a vida a escudar-se...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Deputado, não é bem assim! Não há possibilidade! Já toda a gente percebeu!

O Orador: ... atrás de algo que é ridículo, que é a República.

Nós pertencemos à República! A Região Autónoma dos Açores não é um país.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Nós pertencemos à República!

O Orador: Portanto, eu sou da República Portuguesa, como o Sr. Vice-Presidente também é da República Portuguesa.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): E o Sr. Deputado Paulo Estevão não é!

O Orador: Temos governos centrais e governos regionais.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado Paulo Estevão não é da República! E o Sr. Deputado Artur Lima também não é!

O Orador: Voltando à questão em discussão.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O Sr. Deputado Artur Lima não é da República Portuguesa!

O Orador: A medida é justa. A medida que é proposta pelo Governo do Partido Socialista...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Têm que se entender aí!

O Orador: ... na Região Autónoma dos Açores é justa. Tem este mérito: é justa! Ninguém diz o contrário.

Também não nos viram aqui defender que algumas medidas aplicadas pelo Governo Central eram justas. Por acaso não são!

Mas há outra questão que aqui está, que é uma proposta de alteração que está em cima da mesa que eu gostava que o Sr. Vice-Presidente se centrasse nela e não fugisse à questão com o discurso da República,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que é um discurso que não interessa a esta discussão concreta.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Estou inscrito, Sra. Presidente?

Presidente: Não se inscreveu, mas como não há mais inscrições, tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sra. Presidente, muito obrigado por me conceder a palavra e não o farei por muito mais de um minuto.

Apenas para fazer dois registos.

O primeiro tem a ver com uma incógnita. Há muito que anda no terreno um candidato a Primeiro-Ministro que sobre esta matéria ainda não se pronunciou.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Sobre esta ou qualquer outra!

O Orador: Ainda não disse se vai manter os cortes na função pública ou se os vai eliminar.

Um candidato, aliás, que em 26 de julho deste ano propunha como salário mínimo nacional 522 euros.

Um candidato que fora Ministro de um Governo que não cumpriu a sua obrigação com aquilo que tinha acordado em sede de concertação social relativamente à atualização do salário mínimo nacional que devia ter ocorrido em 2011.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Já percebi que o senhor quer ser candidato à Assembleia da República!

O Orador: Para cumprir a minha promessa de não utilizar mais do que um minuto, Sra. Presidente, apenas uma correção factual, que não é do domínio das interpretações, nem naquilo que nos divide aqui dentro em termos de ideologia e de militância partidária.

O PS dos Açores tem feito diferente aqui e na República, consoante a governação.

Deputado José Andrade (PSD): É verdade!

O Orador: Lembro e aponto este exemplo indesmentível:

Em 2011, quando o Governo da República de José Sócrates fez os primeiros cortes aos funcionários públicos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Temos candidato à Assembleia da República!

O Orador: ... esse Orçamento de Estado foi aprovado pelos Deputados do PS-Açores da Assembleia da República,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Candidatos de quê, Sr. Deputado Joaquim Machado?!

O Orador: ... designadamente pelo então Deputado Fagundes Duarte que mais tarde sentou-se na bancada deste Governo Regional.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Para um esclarecimento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Sr. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, permita-me que lhe faça uma pergunta para um esclarecimento.

V. Exa. afirmou “os Deputados do PS na Assembleia da República”.

Eu queria saber se o Partido Socialista tem Deputados na Assembleia da República, porque ultimamente não tenho dado por isso.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi em 2011!

O Orador: Ah! Estava a referir-se a 2011!

Deputado Joaquim Machado (PSD): Fagundes Duarte e Ricardo Rodrigues!

O Orador: Pronto! É que ultimamente não tenho tido nota de alguma intervenção dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República. Era só para esclarecer esse assunto.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para me inscrever, Sra. Presidente.

Presidente: Não tem mais tempo, Sr. Deputado. Esgotou na primeira intervenção.

Pergunto se há mais inscrições.

Não havendo vamos então passar à votação.

Vamos votar, Sras. e Srs. Deputados. Começamos na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de DLR apresentada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos então passar à votação na especialidade.

Esta proposta apresentada pelo Governo pretende alterar os artigos 10.º e 11.º do Decreto que está em vigor.

Coloco à votação a proposta de alteração para o artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado...

Presidente: É a proposta de alteração ao artigo 10.º, apresentada pelo Governo.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Sras. e Srs. Deputados, para que não restem dúvidas, vou repetir a votação.

Está à votação a proposta de alteração do Governo ao artigo 10.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de alteração subscrita pelo PS, pelo PSD e pelo Bloco de Esquerda, que altera o n.º 1 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

Sras. e Srs. Deputados, só para esclarecer: estou a colocar à votação a proposta que vem da Comissão, subscrita pelo PS, pelo PSD e pelo Bloco de Esquerda.

(Risos da Câmara)

Sras. e Srs. Deputados, vamos restabelecer aqui alguma calma para podermos continuar a votação.

Eu coloco à votação a proposta de alteração subscrita pelo PS, PSD e Bloco de Esquerda ao n.º 1 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Agora, sim, está à votação a proposta de alteração ao n.º 5, apresentada pelo PCP, Bloco de Esquerda, CDS, PPM e PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

Estamos a votar, Sras. e Srs. Deputados. Um pouco de silêncio, por favor.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração anunciada foi rejeitada com 27 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Está agora à votação uma proposta de aditamento, também subscrita pelos partidos que há pouco indiquei, ao n.º 6 do artigo 11.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

(Pausa)

É a proposta de aditamento de um n.º 6 ao artigo 11.º, subscrita pelos partidos que há pouco tinha indicado: PSD, CDS, Bloco de Esquerda, PCP e PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Não sabem o que é que querem!

Deputado Domingos Cunha (PS): Sabemos Sr. Deputado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, por favor, um pouco de silêncio.

Sra. Secretária...

Secretária: A proposta de aditamento anunciada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 18 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Coloco agora à votação o artigo 11.º com a alteração que foi aprovada.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está então agora à votação o artigo 1.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Coloco agora à votação uma proposta de aditamento, artigo 1.º-A, que vem da Comissão, subscrita pelo PS, PSD e Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de aditamento foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Por fim está à votação o artigo 2.º da proposta do Governo.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Em votação final global a proposta de DLR foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sra. Deputada Zuraída Soares pede a palavra para?

Deputada Zuraída Soares (BE): Uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente:

Relativamente a esta recusa do Partido Socialista...

Deputado André Bradford (PS): Recusa democrática!

A Oradora: ... em acolher a proposta de alteração e de aditamento de todos os partidos das diferentes oposições, eu gostaria de dizer duas ou três coisas.

Primeiro, estranho que o Partido Socialista permita que numa Região governada por um Governo suportado por si haja trabalhadores de primeira e haja trabalhadores de segunda.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Também estranho, em nome do Bloco de Esquerda, que a equidade, o princípio tabela salarial igual/remuneração complementar igual, são princípios que não existem para o Partido Socialista depois deste voto contra.

Deputado André Bradford (PS): Isso não é uma declaração de voto. É sobre o voto do Partido Socialista!

A Oradora: Até estranhamente o Partido Socialista não considera que os subcustos da insularidade são igualmente pesados, seja para os trabalhadores da Administração Regional, seja para os trabalhadores do Setor Público Empresarial.

Mas eu talvez esteja a ser injusta com o Partido Socialista e com o Governo Regional, porque se calhar a discricionariedade para com estes trabalhadores e trabalhadoras que agora foram aqui objetivamente penalizados, não é por causa do Partido Socialista ter esquecido a sua verdadeira matriz socialista. Não!

Se calhar a verdadeira razão é uma empresa que se chama EDA!

Deputado André Bradford (PS): O que é que isso tem a ver com a declaração de voto?

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: Uma empresa que se chama EDA e que tem dias...

Presidente: Sra. Deputada...

A Oradora: É uma declaração de voto. Eu estou a justificar o voto.

Presidente: Tem que justificar o seu voto.

Deputado Manuel Pereira (PS): Muito bem!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, sou eu que tenho que dar a orientação à Sra. Deputada.

A Oradora: E eu estou à espera, Sra. Presidente.

Presidente: Sra. Deputada, agradeço que se cinja à declaração de voto, do seu voto, naturalmente, e não ao voto que os outros fizeram...

A Oradora: Se eu tenho uma proposta que foi reprovada, eu devo referir-me a ela, independentemente do meu voto. É isso que estou a fazer com toda a brevidade.

Presidente: ... e por que é que votou favoravelmente a sua proposta de alteração.

A Oradora: Exatamente.

Presidente: Por que é que a Sra. Deputada votou favoravelmente a sua proposta de alteração.

A Oradora: Votei favoravelmente a minha proposta de alteração, a minha e a de todos os outros partidos das oposições, ao contrário do Partido Socialista, porque estou preocupada e os outros partidos também estão, no caso concreto, com os trabalhadores e trabalhadoras do Setor Público Empresarial que ficam penalizados com o chumbo do Partido Socialista.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Fico preocupada sobretudo com os trabalhadores de uma empresa que se chama EDA, que quando é para cortar nos seus salários são públicos, mas quando é para lhes pôr a remuneração compensatória já são privados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: O que é que acontece no final de cada ano?

A EDA pega nos seus dividendos e distribui pelos seus acionistas, nos quais prepondera o Grupo Bensaúde.

E quais são esses dividendos?

São os dividendos também obtidos à conta dos cortes sobre os salários dos trabalhadores e das trabalhadoras desta empresa. Ou dito de outra maneira: para o Partido Socialista e para o Governo Regional primeiro está o Grupo económico Bensaúde, depois estão os trabalhadores desta Região.

Sras. e Srs. Deputados, se isto é socialismo, eu sou bem capaz de ser o "Topo Gigio".

Muito obrigada.

Deputado André Bradford (PS): Bom... Se a senhora o diz!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Para um protesto.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, o Regimento não permite protestos a declarações de voto.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Fica registado!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Pergunto se há mais inscrições para declaração de voto?

Sr. Deputado Félix Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Félix Rodrigues (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária:

O CDS-PP votou favoravelmente a proposta de alteração da oposição por entender que a justiça se faz por equidade com trabalhadores da função pública e do Setor Público Empresarial, entre os quais se encontram, por exemplo, os trabalhadores que fazem parte dos hospitais da Região e que ganham miseravelmente e ganham o salário mínimo nacional sem qualquer tipo de acréscimo, ou seja, com o acréscimo mínimo que lhes permite viver com mais dificuldades do que os funcionários públicos que trabalham nas secretarias.

Daí que votámos favoravelmente a proposta de alteração da oposição porque entendíamos que traria mais justiça a este diploma, justiça essa que pensávamos estar presente naquilo que estava a ser defendido pelo diploma apresentado pelo Governo do Partido Socialista, mas pelos vistos o nosso conceito de justiça é um bocadinho diferente, daí termos tomado uma posição também ela diferente daquela que tomou o Partido Socialista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições para declarações de voto.

Sr. Deputado Rogério Veiros tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Membro do Governo:

O Partido Socialista entende que a versão apresentada pelo Governo Regional do atual diploma é a versão que deve ser aprovada e que o acionista Estado deve, caso a caso e naquilo que são as contingências de cada uma das empresas do Setor Público Empresarial do Estado, tomar as posições que deve tomar em resolução do Conselho do Governo.

Por isso é que o Partido Socialista tem esta posição de voto em relação a esta matéria mantendo a sua coerência em relação a determinadas situações que tenham ocorrido na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então passar ao ponto dez da nossa Agenda: **Projeto de Deliberação – Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República da Proposta de Lei n.º 165/XII - “Oitava alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, alterado pelas Leis n.º 28/82, de 15 de novembro, e n.º 72/93, de 30 de novembro, e Leis Orgânicas n.º 2/2000, de 14 de julho, n.º 2/2001, de 25 de agosto, n.º 5/2006, de 31 de agosto, e 2/2012, de 14 de junho”**.

Este Projeto de Deliberação de fixação da Ordem do Dia é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Para apresentação deste Projeto de Deliberação tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existe, no nosso sistema eleitoral, uma relação direta entre o número de eleitores e número de deputados a eleger. Por força da relação existente entre o número de eleitores de cada círculo eleitoral e o número de deputados a eleger nessa mesma circunscrição, o número de deputados eleitos nos círculos de ilha aumentou, entre 1976 e 2012, de 43 para 52. A partir de 2008 o número de deputados aumentou de 52 para 57 devido à criação do círculo de compensação (mais 5 deputados).

Entretanto, a quarta alteração à Lei n.º 13/99 veio estabelecer a inscrição oficiosa e automática de todos os cidadãos nacionais, maiores de 17 anos, na base de dados do recenseamento eleitoral. Esta alteração provocou um incremento muito significativo do número de inscritos no recenseamento eleitoral no território da Região Autónoma dos Açores.

Para evitar o aumento do número de deputados a eleger em 2012 (mais 7), a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Assembleia da República promoveram, a poucos meses das eleições, uma alteração excepcional à Lei Eleitoral.

A alteração à Lei Eleitoral então aprovada, Lei Orgânica n.º 2/2012, de 14 de junho, contém uma cláusula de caducidade que estabelece “que o disposto na presente lei se aplica unicamente à eleição da X Legislatura da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, caducando com a sessão constitutiva da mesma”.

Devido a esta disposição transitória da atual Lei Eleitoral voltámos à estaca zero. Se a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e a Assembleia da República não aprovarem qualquer alteração à Lei Eleitoral, os açorianos serão chamados a eleger pelo menos 64 deputados nas eleições legislativas regionais de 2016.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tendo em conta estas circunstâncias, o PPM apresentou, logo no início da atual legislatura, uma alteração concreta à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que visava reduzir o número de deputados desta Câmara parlamentar, dos atuais 57 (potencialmente 64) para apenas 41.

A proposta não reuniu o apoio dos restantes partidos – é necessário reunir uma maioria de pelo menos 2/3 dos deputados para viabilizar qualquer alteração à Lei Eleitoral – pelo que o PPM voltou a apresentar uma outra iniciativa que alcança um objetivo mínimo: impede, através de uma cláusula que fixa em 57 o número máximo de parlamentares a eleger, o aumento do número de deputados dos atuais 57 para 64.

O Parlamento dos Açores aprovou, no dia 3 de julho de 2013, a alteração à Lei Eleitoral apresentada pelo PPM, tendo a mesma dado entrada na Assembleia da República no dia 8 de julho de 2013. Decorridos todos estes meses, a Assembleia da República ainda não se dignou agendar a discussão e votação da iniciativa.

A legislatura nacional aproxima-se do fim e o PPM teme que o tempo para proceder à entrada em vigor da Lei se esgote. Veja-se que a nova liderança do Partido Socialista está a pedir a realização de eleições antecipadas. O PSD e o CDS recusam essa possibilidade, mas a verdade é que o Presidente da República ainda não se pronunciou em definitivo.

Por outro lado, é do conhecimento geral que a Assembleia da República procederá a alterações na proposta que lhe foi remetida. Nestas circunstâncias, a Constituição da República Portuguesa prevê, no âmbito do artigo 226.º, o seguinte:

“1. Os projetos de estatutos político-administrativos e de leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas são elaborados por estas e enviados para discussão e aprovação à Assembleia da República.

2. Se a Assembleia da República rejeitar o projeto ou lhe introduzir alterações, remetê-lo-á à respetiva Assembleia Legislativa para apreciação e emissão de parecer.

3. Elaborado o parecer, a Assembleia da República procede à discussão e deliberação final.

4. O regime previsto nos números anteriores é aplicável às alterações dos estatutos político-administrativos e das leis relativas à eleição dos deputados às Assembleias Legislativas das regiões autónomas.”

Presidente: Tem que abreviar, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Ou seja, o processo ainda é longo, complexo e muito incerto. Neste momento o quadro parlamentar nacional oferece algumas garantias de que a iniciativa regional em causa poderá reunir os apoios necessários. Isto na medida em que este mesmo quadro parlamentar nacional aprovou, em 2012, uma alteração muito similar ao que agora se propõe. Os riscos são, neste momento, mínimos, do ponto de vista do contexto nacional.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

Mas a verdade é que o mesmo poderá não acontecer no âmbito de uma composição parlamentar nacional diferente e numa conjuntura partidária e governamental distinta.

Nestas circunstâncias, a aprovação deste Projeto de Deliberação – Fixação da Ordem do Dia na Assembleia da República da Proposta de Lei n.º 165/XII – diminui consideravelmente os riscos políticos que envolvem esta iniciativa e garante a conclusão do processo de alteração eleitoral ainda no decorrer da atual legislatura nacional.

São estes, em síntese, os argumentos aduzidos pelo PPM no âmbito da defesa desta deliberação.

Disse.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste Projeto de Deliberação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Deliberação apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PPM e 1 voto contra do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para uma declaração voto?

Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sra. Secretária Regional:

Eu não vou tecer nenhuma consideração sobre o conteúdo da Anteproposta de Lei, até porque na altura que se fez aqui a discussão, foi no lugar certo, no espaço próprio, no tempo próprio e adequado para o fazer.

Apenas justificar neste caso o voto contra da Representação Parlamentar do PCP, porque ao aprovarmos o agendamento potestativo na Assembleia da

República estamos a esgotar a possibilidade de fazer outro agendamento potestativo nesta sessão legislativa.

Nada nos garante que não tenhamos necessidade, por outro motivo mais urgente, de o fazer.

Portanto, vamos esgotar essa possibilidade.

Independentemente da posição que o PCP tomou que, foi como se sabe, o voto contra esta iniciativa do PPM, independentemente desta posição, o nosso voto hoje é contra exatamente porque esgota esta possibilidade de um agendamento potestativo.

Há tempo suficiente para se evitar aquilo que efetivamente a Anteposta de Lei, proposta pela Representação Parlamentar do PPM, produzir efeitos antes de 2016.

Nós estamos aqui a perder uma oportunidade. Podemos precisar dela ou podemos não precisar dela, mas a verdade é que ao decidirmos pelo agendamento potestativo esgotámos essa possibilidade.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, para uma declaração de voto, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma que tem que ser votado na Assembleia da República não é do PPM, é desta câmara.

Esta câmara teve o sentido de responsabilidade de propor essa alteração e teve também o sentido de responsabilidade de fixar a sua votação, porque é preciso ver que desde o dia 3 de julho de 2013 (3 de julho de 2013!) ainda não foi votada e aprovada na Assembleia da República.

Veja-se que no caso de serem introduzidas alterações, o procedimento ainda é complexo. Tem que voltar e ser votada aqui e depois tem que voltar a ser votada na Assembleia da República. Estamos a muito pouco tempo de terminar a legislatura na Assembleia da República.

Quero saudar todos os partidos (o Partido Socialista, o Partido Social Democrata, o CDS e o Bloco de Esquerda) pelo sentido de responsabilidade que tiveram nesta matéria.

Eu considero que este sentido de responsabilidade nesta matéria, que é absolutamente efetivo e que nos prestigia perante a população açoriana, não é no sentido de termos uma preocupação qualquer do ponto de vista populista ou demagógico. Não!

Há de facto um efeito não pretendido por parte do nosso sistema eleitoral e nós temos a responsabilidade de remeter a proposta e de termos a consciência que o processo é complexo e que não se pode perder tempo.

Penso que a posição tomada por esta câmara prestigia o sentido de responsabilidade dos partidos que aqui estão reunidos e eu tenho que saudar o posicionamento dos diversos partidos, com exceção, infelizmente, do Partido Comunista.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Vamos então avançar com os nossos trabalhos.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: Regressamos às 19:10H.

Eram 18 horas e 55 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares.

Eram 19 horas e 15 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar com a nossa Agenda. Entramos agora no ponto onze: **recurso quanto aos fundamentos da rejeição do Projeto de**

Resolução n.º 93/X – “Recomenda à Assembleia da República que promova as alterações necessárias ao sistema político, de forma a permitir o direto e livre sufrágio do povo português em relação à questão da natureza republicana ou monárquica do Estado Português”, recurso este apresentado pela Representação Parlamentar do PPM.

Conforme ficou definido pela Conferência de Líderes, o Sr. Deputado Paulo Estêvão dispõem de cinco minutos para apresentar o recurso e cada uma das restantes bancadas, querendo, também poderá falar até cinco minutos uma única vez.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Recurso para o Plenário

(A respeito da não admissão, discussão e votação democrática do Projeto de Resolução que “Recomenda à Assembleia da República que promova as alterações necessárias ao sistema político, de forma a permitir o direto e livre sufrágio do Povo Português em relação à questão da natureza republicana ou monárquica do Estado Português”)

A Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico considera que a não admissão da iniciativa legislativa não tem qualquer fundamento regimental ou constitucional e que atenta gravemente contra as liberdades políticas e o funcionamento democrático do nosso sistema parlamentar.

Nenhum outro Parlamento da Europa democrática se comporta assim, desde logo a própria Assembleia da República. A Divisão de Apoio ao Plenário (DAPLEN) elaborou uma Nota de Admissibilidade das Iniciativas Legislativas que está disponível na página da Assembleia da República. Neste relatório é analisada a conformidade dos requisitos formais, constitucional e regimentalmente previstos, aquando da apresentação de iniciativas legislativas e

elaboração das notas, informações e pareceres técnicos necessários à sua regular tramitação.

Nele se refere, e cito, o seguinte: **“a não admissão ou rejeição liminar pelo Presidente de uma iniciativa legislativa com base em violação da Constituição ou dos princípios nela consignados levanta-nos sérias dúvidas.** Repito: levanta-nos sérias dúvidas!

Deputada Zuraída Soares (BE): “Nos”, quem?

O Orador: O cabimento constitucional da recusa de admissão com base em inconstitucionalidade, que o Regimento prevê, é entendido como problemático por Gomes Canotilho, por permitir um juízo formal de inconstitucionalidade que dispensa a apreciação do mérito das iniciativas apresentadas e pode redundar (sublinho esta frase: e pode redundar) numa interferência da maioria parlamentar no poder de iniciativa.

Os Presidentes da Assembleia têm, de um modo geral, interpretado o poder de rejeição de iniciativas legislativas com a maior cautela. A Constituição não atribui ao Presidente da Assembleia da República competências para exercer funções de fiscalização da constitucionalidade.

A não admissão por violação da Constituição (continuo a citar, meus senhores) e dos princípios nela consignados tem suscitado bastantes reservas e dúvidas, que não deixaram de ser, muito concreta e expressamente, levantadas pelos Presidentes da Assembleia da República.

No entanto, (continuo a citar)...

Deputado André Bradford (PS): O senhor tivesse mandado vir cá Gomes de Canotilho!

O Orador: ... mesmo nos casos mais polémicos, a tendência foi para admitir as iniciativas e transmitir à comissão todas as dúvidas e reservas de natureza jurídico-constitucional suscitadas”, fim de citação.

O PPM pretende, através desta proposta, que o povo português possa escolher entre dois sistemas políticos: a república democrática ou a monarquia democrática. Existem repúblicas que não são democracias, como a Coreia do Norte ou a República Popular da China, governada pelo Partido Comunista

Chinês, assim como existem monarquias que não são democracias, como a Arábia Saudita.

O Índice de Democracia elaborado pela revista “The Economist” para examinar o estado da democracia em 167 países, analisa cinco categorias gerais: o processo eleitoral e pluralismo, as liberdades civis, o funcionamento do governo, a participação política e a cultura política. Os primeiros 10 lugares estão ocupados pela Noruega, Islândia, Dinamarca, Suécia, Nova Zelândia, Austrália, Suíça, Canadá, Finlândia e Holanda. Ou seja, 7 monarquias e 3 repúblicas.

O mesmo resultado se pode encontrar no índice que mede a qualidade de governo elaborada pela Universidade de Gotemburgo. Nele se constata que as monarquias, embora estejam em vigor em apenas 22% dos países do mundo, ocupam cerca de 50% das melhores classificações no que diz respeito à qualidade democrática das instituições governamentais.

Presidente: O seu tempo está a terminar, Sr. Deputado.

Deputado André Bradford (PS): Tivesse citado menos Gomes de Canotilho!

O Orador: Termina já, Sra. Presidente.

O mesmo se pode observar na lista de países referenciados no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), incluído no Relatório de Desenvolvimento Humano de 2014 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Nele se constata que as monarquias ocupam 10 dos primeiros 18 lugares.

Por aqui se pode concluir que a qualidade das democracias e dos sistemas de governo em nada é afetada pela existência de um sistema político monárquico. Os resultados apontam, precisamente, para a conclusão inversa.

O parecer jurídico (e termino, Sra. Presidente) continua a escudar-se na tese da inalterabilidade dos limites materiais da revisão constitucional. Cita, para o efeito, o autoproclamado Moisés da Constituição da República Português, o constitucionalista Jorge Miranda, e o Hammurabi do regime republicano, o ex-estalinista Vital Moreira.

(Risos da Câmara)

Presidente: Sr. Deputado, tem que terminar.

O Orador: Termino, Sra. Presidente.

O primeiro guarda ciosamente as “tábuas” da Constituição e tem das mesmas uma visão de tal forma mística e de propriedade e posse individual que, nos dias de hoje, quase nada o distingue dos homens santos da Alta Idade Média que deambulavam pelo deserto do Sinai. Se a sua interpretação, de carácter sagrado, tivesse triunfado no que diz respeito ao funcionamento prático do sistema político, a República Portuguesa assemelhar-se-ia hoje mais a uma pirâmide egípcia repleta de múmias do que a uma nação constituída por cidadãos vivos.

Presidente: Sr. Deputado, agradeço que termine.

O Orador: Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Termino, embora não tenha terminado de ler todo o texto e de desenvolver aqui toda a argumentação jurídica que era necessária, só com esta última frase que considero que é fundamental e que é aquilo que está em discussão.

Este recurso é um recurso a respeito da liberdade e da democracia. Da liberdade das ideias. Da liberdade de pensamento. Da liberdade de escolha do povo português em relação à organização do seu próprio sistema político.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há alguma inscrição.

Não havendo vamos então colocar à votação o recurso.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 17 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Eu apenas queria fazer um esclarecimento à câmara que, perante a votação, se impõe.

O indeferimento é da responsabilidade da Presidente com base no parecer dos serviços jurídicos desta Casa e que, como é habitual também na questão dos recursos, foi levado à Mesa que, por unanimidade, concordou com o despacho que a Presidente fez à não admissibilidade da iniciativa do PPM.

Portanto, impunha-se repor esta questão para que fique claro que a decisão foi, de facto, da Presidente, mas a Mesa corroborou com esta decisão.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pediu a palavra para uma declaração de voto?

Sr. Deputado Paulo Estêvão, peço desculpa. O Sr. Deputado António Ventura pede a palavra para?

Pedia ao Sr. Deputado Paulo Estêvão que aguardasse um pouco, porque o Sr. Deputado António Ventura...

Deputado António Ventura (PSD): Para repetir a votação, se faz favor.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!

Presidente: Vamos então repetir a votação do recurso.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos repetir a votação.

(Apartes inaudíveis entre os Deputados da bancada do PS e os Deputados da bancada do PSD)

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Sra. Presidente quer repetir a votação!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos repetir a votação. Não é algo inédito nesta Casa, por isso penso que é perfeitamente normal o que vamos fazer.

Vamos repetir a votação do recurso.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O recurso apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 1 voto contra do BE, 1 voto contra do PCP, 3 votos a favor do CDS-PP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão já tinha pedido a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Devo dizer que a minha convicção é que esta é uma luta pela democracia.

Esta luta de que o povo português possa escolher livremente o seu regime é uma luta pela democracia e o reconhecimento da soberania plena do povo português.

Mas devo dizer que o que aqui não permite este plenário da Assembleia, a Sra. Presidente em particular, que tem enormes responsabilidades nesta matéria, é que se discuta e que se utilize o direito ao contraditório, que se discuta com coragem política esta iniciativa do PPM.

Eu não tive praticamente tempo nenhum para poder rebater. Em cinco minutos é impossível ler um parecer jurídico. Tinha um texto de onze páginas. Li duas.

É evidente que a argumentação pode sempre parecer superficial, porque não há tempo absolutamente nenhum para desenvolver e é algo que temos que alterar nesta Casa. É que o direito a desenvolver uma defesa no âmbito de um recurso, de algo que é absolutamente gravíssimo, que é a não admissão de uma iniciativa de qualquer força política, é necessário que essa força política, seja ela qual for, e em diferentes circunstâncias, tenha tempo, o tempo mínimo, para se poder defender e poder discutir plenamente um conjunto de argumentos que são avançados nos pareceres jurídicos que sustentam a posição da Sra. Presidente.

Devo dizer o seguinte: eu não estou sozinho nesta matéria.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não! Está por milhares de portugueses que defendem a causa monárquica!

O Orador: Estou acompanhado por personalidades do Partido Socialista, que muito estimo, que deram um grande contributo à luta pela democracia em Portugal. É o caso, por exemplo (deixem-me citar), de Manuel Alegre.

Manuel Alegre subscreveu uma proposta e está de acordo que se altere o artigo 288.º no sentido de que o povo português possa votar de forma livre e democrática.

Deputado Berto Messias (PS): Não é nada disso!

O Orador: Vou aqui lembrar o seguinte:

Em declarações datadas de... Posso?

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Berto Messias (PS): Faça a declaração de voto!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Sra. Presidente, eu estou a fazer a declaração de voto, ou também não posso já falar?

Deputado Berto Messias (PS): Não! O senhor está a fazer uma nova intervenção!

Deputado Lúcio Rodrigues (PS): Isso não é uma declaração de voto!

Presidente: Vamos manter-nos, Sr. Deputado, na declaração de voto.

O Orador: É isso que estou a fazer.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não!

O Orador: Eu votei a favor e, nessa posição de votar favoravelmente, nessa perspetiva estou acompanhado de dirigentes históricos do Partido Socialista.

Aqui chegados, importa relembrar as declarações, datadas de 2006, de Manuel Alegre, histórico dirigente do Partido Socialista, em relação a este assunto. Nessa data, o jornal “Público” referia que “Manuel Alegre admite a possibilidade de vir a defender um referendo à monarquia em Portugal. À margem da apresentação do livro Dom Duarte e a Democracia, **o deputado socialista, questionado sobre o assunto, disse não ter qualquer tabu sobre essa matéria, lembrando que Sottomayor Cardia, fundador do PS,**

recentemente falecido, apresentou em tempos um projeto de revisão constitucional nesse sentido, Projeto de Revisão Constitucional que foi admitido na Assembleia da República, mas se o Sottomayor Cardia tivesse apresentado aqui, nesta Assembleia Legislativa, uma proposta dessa índole, não teria sido aceite pela Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso é que é a democracia!

O Orador: Ressalvando que votaria sempre pela manutenção da República – e não tomaria a *iniciativa* de alterar a Constituição –, o ex-candidato presidencial justificou esta posição com o argumento de que *não há tabus em democracia*. **Alegre salientaria, depois, que existem repúblicas que não são democráticas e monarquias que são democracias exemplares**”.

Meus senhores, eu nesta matéria, e termino Sra. Presidente, estou muito bem acompanhado, por quem defendeu a liberdade em Portugal antes do 25 de Abril e quem sofreu as consequências para defender a liberdade e da livre opção dos portugueses.

Meus senhores, estas figuras de referência da esquerda consideram que a opção é uma opção sem tabus, é uma opção que deve ser feita em democracia, em liberdade, em consciência, pelo único soberano que é o povo português.

Deputado Berto Messias (PS): Mas o senhor acha que o soberano é o Rei, como é que é o povo português?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Aníbal Pires pede a palavra para?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma declaração muito breve.

(Diálogo entre os Deputados Berto Messias e Paulo Estêvão)

Presidente: Srs. Deputados, vamos permitir que o Sr. Deputado Aníbal Pires também faça a sua declaração de voto.

O Orador: Apenas para dizer que a Sra. Presidente, com toda a legitimidade que lhe assiste...

Deputado Estêvão (PPM): Nos países governados pelo partido comunista é assim. A censura impera!

O Orador: Mas quem é que fez a censura? Fui eu ou foi a Sra. Presidente?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Os países comunistas não permitem o debate!

Presidente: Srs. Deputados, não entrem em diálogo. Vamos permitir que os trabalhos continuem a correr dentro da normalidade.

Sr. Deputado Aníbal Pires, para a sua declaração de voto.

O Orador: Apenas para dizer, aliás, refletido no sentido de voto da Representação Parlamentar do PCP, que V. Exa. decidiu, com toda a legitimidade que lhe assiste; esta câmara decidiu democraticamente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não decidi!

O Orador: ... sobre um recurso que foi apresentado. Parece-me que isto é o funcionamento natural da democracia.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é!

O Orador: Parece-me que há quem entenda que a democracia deveria funcionar de uma outra forma ,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Quando se impede o debate não é democracia!

O Orador: ... mas a democracia funciona assim.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é democracia! Impediu a discussão de ideias e de projetos!

O Orador: Como tal, aquilo que aqui aconteceu...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É o que acontece na Coreia do Norte e na China!

O Orador: ... foi o exercício pleno da democracia.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares, penso que também para uma declaração de voto.

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária, Sr. Vice-Presidente:

Dizer que o Bloco de Esquerda votou contra este Projeto de Resolução do PPM...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não votou contra! Peço desculpa!

A Oradora: Não?!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não! O projeto não foi admitido. Não pode ser discutido!

A Oradora: Foi pena, porque senão eu votaria contra também! Vai dar ao mesmo.

(Risos da Câmara)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já viu como o senhor não aceita as decisões democráticas deste Parlamento!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Só há um partido político e uma ideia!

Presidente: Srs. Deputados, a Sra. Deputada Zuraida Soares está no uso da palavra.

Sra. Deputada Zuraida Soares, faça o favor.

A Oradora: Sra. Presidente, de uma maneira ou de outra, com Projeto de Resolução, com recurso,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Mas não é a mesma coisa!

A Oradora: ... com aquilo que o senhor...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Foi reprovada a liberdade de se pronunciarem!

Deputado André Bradford (PS): O senhor tem que se acalmar!

A Oradora: Em democracia, Sr. Deputado Paulo Estêvão, quando uns falam os outros ouvem e é isso que o senhor não está a fazer.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Estou a fazer apertes!

A Oradora: Não sei se é isso que acontece nas monarquias, mas nas repúblicas e nos estados de direito não é.

Eu gostava de concluir a minha declaração de voto. Não posso fazê-lo quando o senhor fala em cima de mim.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque a senhora não está a dizer a verdade!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, os apartes não podem interferir desta forma no uso da palavra das Sras. e dos Srs. Deputados.

Eu agradeço, Sr. Deputado Paulo Estêvão...

Sr. Deputado Paulo Estêvão, os apartes são regimentais, mas não podem interferir desta maneira no uso da palavra dos colegas.

Eu peço-lhe alguma ponderação para podermos permitir à Sra. Deputada Zuraída Soares fazer a declaração de voto.

Sra. Deputada, tem a palavra.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem, Sra. Presidente!

A Oradora: Sra. Presidente, dizer que o Bloco de Esquerda concorda e subscreve a decisão da Sra. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e da Mesa deste Parlamento.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem! Isto é que é democracia!

A Oradora: Dizer também que me pareceria estranho, a mim que fui uma entre milhares e milhares de portugueses e portuguesas que em Portugal lutaram pela liberdade e lutaram contra a ditadura (eu fui uma de milhões, de milhares, e milhares e milhares)...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E agora?

A Oradora: Sra. Presidente, está difícil.

... e nunca me passaria pela cabeça, apesar de ter lutado pela democracia e pela liberdade (não era fácil, não foi fácil e foi mesmo mortal para muitos e muitas que lutaram)...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E é muito difícil!

A Oradora: ... referendar, por exemplo, o fascismo. Quer viver num sistema fascista?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Um protesto. Há comparação da democracia com o fascismo!

A Oradora: Ó senhor, eu ainda não acabei. O senhor está nervoso demais. Eu ainda não acabei. Ouça, Sr. Deputado. Não perca a cabeça!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande democrata!

A Oradora: Nunca me passaria pela cabeça referendar o fascismo; nunca me passaria pela cabeça referendar uma ditadura, perguntar a um povo se quer ou não quer viver debaixo de uma ditadura.

Nunca me passaria pela cabeça referendar um califado; nunca me passaria pela cabeça referendar nem o sistema matriarcal, e não digo patriarcal porque é aquele que temos na nossa sociedade.

Nunca me passaria pela cabeça referendar um Grão-Ducado, ou um sistema tribal.

Não me passa pela cabeça referendar a monarquia.

Se isto é um crime de lesa pátria e de lesa-majestade, confesso aqui a minha culpa e provavelmente o Sr. Deputado Paulo Estêvão vai meter-me na cadeia, mas não me passa pela cabeça referendar isso.

Uma das razões é exatamente porque eu considero (e assumo aqui, eu considero) que a monarquia é uma forma de limitação da democracia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Gostaria de explicar porquê. Sem entrar em grandes discussões de natureza teórica...

Presidente: Sra. Deputada, declaração de voto.

A Oradora: Já vou terminar, Sra. Presidente.

Presidente: Não é pelo tempo, é pela declaração de voto.

A Oradora: Dizer apenas que um sistema político que defende a suprema entidade que representa um país não resulta de uma votação democrática do povo, mas resulta de uma herança e de uma doença hereditária...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é isso que está em discussão!

A Oradora: ... não há nada mais contraditório com a democracia.

O Sr. Deputado não pode invocar a democracia para dizer que este recurso...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Infelizmente não posso argumentar consigo!

A Oradora: ... não é um recurso legítimo, porque isto é exatamente o contrário da democracia.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Aceita a decisão!

A Oradora: Finalmente, para terminar,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não aceito a ditadura nem aceito a censura!

A Oradora: ... não é democrático ser tolerante com a intolerância.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É a decisão da Presidente da Assembleia!

A Oradora: É este o princípio de que eu e o Bloco de Esquerda partimos.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um protesto que me parece evidente, porque...

Presidente: Sr. Deputado, não pode fazer protestos a declarações de voto. Não é regimental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tem toda a razão.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu apelo a um pouco mais do vosso tempo para avançarmos para o ponto doze que se refere ao **pedido de autorização para o Sr. Deputado Pedro Miguel Medeiros de Moura prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no processo disciplinar n.º 15/2013-A/D, da Ordem dos Advogados.**

O relatório foi distribuído por todos. Julgo não haver inscrições sobre esta matéria, pelo que vamos passar de imediato à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O relatório foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário vamos terminar os nossos trabalhos.

Regressamos amanhã às 10:00H.

Eram 19 horas e 42 minutos

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Bruno Filipe de Freitas Belo

(*) Texto não revisto pelo orador

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco